SEMANA
EUCLIDIANA
2023
Os Sertões
PRESENÇA E INFLUÊNCIAS DE
EUCLIDES DA CUNHA NA
CULTURA BRASILEIRA
DE 9 A 15 DE AGOSTO

REVISTA CULTURA EUCLIDIANA

SEMANA EUCLIDIANA 2023

ISSN: 2236-8205

São José do Rio Pardo/SP
Agosto de 2023

REVISTA ACADÊMICA CULTURA EUCLIDIANA 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
Departamento de Esportes e Cultura – DEC
Casa de Cultura Euclides da Cunha – CCEC
Telefone: (19) 3608 1022
E-mail: casadeculturaeuclidesdacunha@gmail.com
Site: www.casaeuclidiana.org.br

CONSELHO EDITORIAL
Ana Paula de Paulo Pereira de Lacerda
Maria Ap. Granado Rodrigues
Nicola S. Costa

ORGANIZAÇÃO
Nicola S. Costa

REVISÃO
Maria Aparecida Granado Rodrigues

EDITORAÇÃO
Ana Paula de Paulo Pereira de Lacerda

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Nathalia Cristina Andrade Catalano

Revista Cultura Euclidiana / Casa de Cultura Euclides da Cunha. - Vol. 13

(2021) – São José do Rio Pardo, SP: CCEC, 2019.

Anual
ISSN 2236-8205

1.Letras.2.Interdisciplinar.3.Literatura.4.Cultura.5.Ciências Sociais. 6.Geografia.7.História.8.Educação. I. Prefeitura Municipal de São José do Rio Pardo. Departamento de Esportes e Cultura. Casa de Cultura Euclides da Cunha.

"PRESENÇA E INFLUÊNCIAS DE EUCLIDES DA CUNHA NA CULTURA BRASILEIRA"

ÍNDICE

EUCLIDES DA CUNHA, PRESENTE ***4***
Ana Paula Lacerda

TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO EUCLIDIANO RIO-PARDENSE ***6***
Carmen Cecília Trovatto Maschieto

O TEMA DA SEMANA EUCLIDIANA ***11***

APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS ***12***

MITOS E VERSÕES SOBRE ANTÔNIO CONSELHEIRO, OS SERTANEJOS E CANUDOS ***15***
Nicola S. Costa

A IMPRENSA E A CONSTRUÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA SOBRE ANTÔNIO CONSELHEIRO ENTRE 1893 E 1897 ..... ***67***
Maria Olívia Garcia R. Arruda

COMO EUCLIDES DA CUNHA TORNOU-SE UM RIO-PARDENSE ***90***
Maria Aparecida Granado Rodrigues

A OBRA DE EUCLIDES DA CUNHA: LITERATURA E HISTÓRIA ***110***
Rosângela Aparecida Gomes Pereira

O REAL BRASIL EM EXPOSIÇÃO: O RETRATO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS A PARTIR DAS REFLEXÕES E OBRA "OS SERTÕES", DO ESCRITOR EUCLIDES DA CUNHA ***119***
Rick Azevedo da Cunha

DE EUCLIDES DA CUNHA A GRACILIANO RAMOS, O SERTANEJO SE ETERNIZA COMO UM FORTE ***126***
Elisângela Nogueira Luvizaro

JOSÉ CELSO MARTINEZ CORRÊA E O LIVRO OS SERTÕES NO TEATRO OFICINA ***139***
(HOMENAGEM)

EUCLIDES DA CUNHA, PRESENTE!

Ana Paula Lacerda
(Curadora da Casa de Cultura Euclides da Cunha)

O grande desafio que a Casa de Cultura Euclides da Cunha, o Conselho Euclidiano e os estudiosos têm em relação à obra euclidiana é justamente, após mais de um século, continuar transmitindo aos participantes da Semana Euclidiana a genialidade e a atualidade do escritor Euclides da Cunha.

Euclides da Cunha é um reconhecido escritor, jornalista e engenheiro civil brasileiro do final do século XIX e início do século XX. Suas obras e em especial "Os sertões" tornaram-se uma notável influência no que diz respeito à cultura do país. Trouxe à tona temas que valorizam a cultura do povo, de seu modo de vida, sua religiosidade e sua resistência, o que levou os leitores a refletirem sobre a questão da valorização regional do povo de nosso país, trazendo também um debate importante sobre a identidade e valor da cultural nacional.

Euclides da Cunha é considerado um dos maiores e mais importantes escritores da literatura brasileira, suas obras influenciaram e influenciam gerações de escritores, nacionais e internacionais. O livro "Os sertões" ultrapassou fronteiras, tendo sido traduzido para mais de dez países. Suas análises sociológicas, antropológicas, ecológicas e geográficas trouxeram uma nova forma de pensar e olhar para o país, trazendo discussões e aprofundamentos importantes para o Brasil, legitimando de certa forma uma maior discussão e engajamento político-social.

Portanto, falar de Euclides da Cunha é pensar na cultura, nas questões sociais, nas questões políticas e é na realidade pensar no Brasil, procurando desenvolver a nossa apreciação em relação à realidade, conforme afirma o professor Márcio José Lauria:

> "Euclides da Cunha funda a nossa própria consciência crítica, interpretando cientificamente um fato contemporâneo." (LAURIA, 2011, P.7)

Após a leitura de suas obras e um breve, mas preciso conhecimento da biografia do escritor, pode-se afirmar que seu pensamento é mais presente do que se possa imaginar, levando-se em consideração que antes mesmo de pensar na literatura, Euclides da Cunha escrevia em caráter de denúncia, contra as injustiças de nosso país, com uma visão à frente de seu tempo, daí sua importância, presença e influência na cultura brasileira.

E São José do Rio Pardo/SP tem essa grande missão e desafio que é transmitir às novas gerações a importância do escritor Euclides da Cunha e as suas ideias que são descortinadas em diversas manifestações culturais.

Sejam todos bem-vindos à Semana Euclidiana 2023.

TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO EUCLIDIANO RIO-PARDENSE

Carmen Cecília Trovatto Maschietto

O culto a Euclides da Cunha faz parte da história e da memória de São José do Rio Pardo. Tem um passado que resistiu ao tempo, produziu documentos, conhecimentos, monumentos, sendo reconhecido como patrimônio histórico. Continua vivo na memória sentimental da cidade e vive conscientemente como corrente de pensamento, preservado como tradição.

Com legitimidade assegurada, o movimento euclidiano é um capital simbólico, um investimento cultural aplicado no estudo de um escritor e sua obra, fonte de poder e de projeção para São José do Rio Pardo.

Essa história começou quando, no final do século XIX, uma sucessão de acontecimentos incomuns trouxe notoriedade à cidade de São José do Rio Pardo, pequeno vilarejo do oeste paulista, com pouco mais de 17.000 moradores, a maioria trabalhadores rurais. A região, localizada na rota do café, transbordava prosperidade e oportunidades. Uma ponte moderna e segura sobre o rio Pardo, há muito tempo esperada, desabou espetacularmente poucos dias depois de inaugurada, frustrando expectativas econômicas de uma vasta região, visto ser uma construção importante na logística do transporte do café, da fazenda à ferrovia, ao porto de Santos. O engenheiro Euclides da Cunha, funcionário do governo de São Paulo, designado para supervisionar o restabelecimento dessa obra tão necessária, veio morar com a família na cidade, onde permaneceu de 1898 a 1901.

O que podia ter sido um obstáculo aos planos do promissor escritor, se transformou em inesperada oportunidade para escrever o livro, que vinha fervilhando em sua mente, desde o momento em que se envolveu como repórter nos acontecimentos dramáticos que abalaram o sertão da Bahia, onde uma população pobre foi dizimada por ações e decisões do Exército e do Governo da República, causando comoção e críticas pelo país.

Nos três anos em que morou em São José do Rio Pardo, o engenheiro-escritor reconstruiu a ponte e escreveu “Os Sertões”, estabelecendo-se desde então uma conexão definitiva entre a ponte e o livro, entre a cidade e o escritor. Essa história extraordinária, contada e recontada durante anos, deu origem a uma narrativa fabulosa, que transformou a ponte metálica do rio Pardo em matriz fundadora do movimento euclidiano, um processo sociocultural, que identifica a cidade.

A ponte metálica, emblematicamente representada na bandeira e no brasão, é um símbolo em memória da cafeicultura e da passagem de Euclides da Cunha por São José do Rio Pardo. Ainda útil à vida da cidade, a ponte é um monumento, um documento vivo da expansão da cafeicultura no nordeste paulista, que transformou São Paulo em centro econômico e político, colocando o Brasil

no caminho do desenvolvimento moderno.

Naquele momento, Euclides da Cunha, em São José do Rio Pardo, escrevia “Os Sertões” e reconstruía a ponte, deixando registrado: “Estamos condenados à civilização: ou progredimos, ou desaparecemos”.

No dia 15 de agosto de 1912, três anos após a morte do escritor, foi realizado o primeiro movimento oficial em sua homenagem: uma romaria aos lugares que marcaram sua presença na cidade - a ponte, o rio, a cabana de zinco. São José do Rio Pardo registrava então 44.340 habitantes, um crescimento espantoso, em razão da chegada de levas de imigrantes, especialmente italianos, atraídos pela riqueza do café. Euclides da Cunha fez referências a eles, em duas cartas a Reinaldo Porchat: Na primeira: “Hoje é dia santo, os italianos não trabalham no dia consagrado à Madona – e é por isso que te posso escrever afinal”. Na segunda: “Vivo entre os meus rudes italianos manejadores de marretas e sinto-me verdadeiramente feliz adstrito a uma missão exígua e fatigante de operário”. Do Rio de Janeiro, em 1908, um ano antes de morrer, Euclides escreveu a Escobar, amigo de São José do Rio Pardo: “Como é difícil estudar-se e pensar-se aqui! [...] Que saudades do meu escritório de folhas de zinco e sarrafos, da margem do Rio Pardo! Creio que se persistir nesta agitação estéril não produzirei mais nada de duradouro”. Esse desabafo do escritor sensibilizou e continua sensibilizando a cidade.

Durante 25 anos, as romarias, prestigiadas por jornalistas, escritores e poetas convidados, lembravam continuamente esses acontecimentos, enfatizando fatos dramáticos da vida do escritor, realizando um trabalho inédito de preservação da memória de um escritor e suas obras. Nesse período, foi erguido o primeiro monumento do Brasil em homenagem a Euclides da Cunha, um obelisco de pedra, uma herma, simbolizando que foi ali, naquele lugar, que Euclides escreveu Os Sertões. Autoridades municipais, alertadas sobre a importância do movimento que se iniciava, oficializaram o 15 de agosto como “Dia de Euclides”, feriado municipal, um dia livre para reverenciar a memória do escritor. A humilde cabana de zinco, abrigo improvisado, utilizado por Euclides durante os trabalhos da ponte e do livro, protegida por uma redoma de vidro, ganhou aura de sacralidade, sendo anos depois reconhecida como “monumento histórico”, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN.

As romarias realizaram notável trabalho de preservação histórica: transformaram o conjunto - ponte, herma, cabana - em “lugar de memória”; deram forma, corpo e sentido ao movimento euclidiano; criaram símbolos, ritos, mitos, monumentos, documentando e perpetuando o Euclidianismo rio-pardense. Partindo desses sólidos alicerces, as Semanas Euclidianas foram sendo gestadas, voltadas a desenvolver conhecimentos sobre o Brasil, com base nas obras de Euclides da Cunha.

As Semanas Euclidianas adquiriram forma e consistência a partir da segunda metade dos anos 30, levando o movimento a novos rumos. A crise de 29 abalou o mundo, atingiu o Brasil, arruinou a cafeicultura, os produtores de café, gerou desemprego, problemas financeiros, descontentamentos gerais. Uma revolução derrubou do poder a tradicional oligarquia do café, alçando Getúlio Vargas ao governo do país, por 15 anos. Nesse momento de crises e clima de guerra, setores da sociedade rio-pardense movimentaram-se, procurando superar as dificuldades com realizações e conquistas: conseguiram implantar a educação secundária, oficial e gratuita, abrindo perspectivas ao futuro dos jovens; dois clubes esportivos começaram a estruturar-se em moldes modernos, com objetivos esportivos e sociais; o Rotary Club de São José do Rio Pardo foi fundado, estando entre os fundadores o Dr. Oswaldo Galotti; os "Festejos Euclidianos" foram substituindo a sisudez das romarias, adequando-se aos novos tempos.

Lideranças jovens tomaram as rédeas do movimento euclidiano, a partir de 1936. Implantando práticas e ideias socializadoras, os novos líderes estabeleceram metas e objetivos ambiciosos, incorporando ao movimento valores socioeducativos, cultivados até hoje, durante as Semanas Euclidianas.

A Educação Secundária oficial e gratuita, implantada dois anos antes, em 1934, estendia a escolaridade a um número crescente de jovens, levando para o centro dos acontecimentos sociais a juventude estudantil. Esse segmento social em formação tornou-se protagonista do renovado movimento euclidiano, que colocou em prática princípios e valores preconizados pelo autor de "Os Sertões". Dr. Oswaldo Galotti foi o grande incentivador desse novo modelo comemorativo. Contou com a colaboração do Prof. Hersílio Ângelo, criador da Maratona Intelectual Euclidiana, e do Prof. Jorge Luiz Abichabki, organizador das Olimpíadas Euclidianas. Galotti estabeleceu ainda uma sólida parceria com a Associação Atlética Riopardense, por décadas, arena e palco de competições esportivas e eventos sociais das Semanas Euclidianas. Com a criação da Casa de Cultura Euclides da Cunha, em 1946, completou-se o tripé em que se assentariam as Semanas Euclidianas, até por volta dos anos 80: Casa de Cultura Euclides da Cunha, CCEC, Colégio Estadual e Escola Normal Euclides da Cunha, CEENEC, Associação Atlética Riopardense, AAR.

Nesse conjunto de realizações centenárias, nomes não devem ser esquecidos. Inicialmente, dos precursores do movimento euclidiano: Jornalista Paschoal Artese e João Modesto de Castro, que supostamente participaram da primeira romaria, em 1912; Cel. José Pereira Martins de Andrade, prefeito da cidade, que oficializou, em setembro de 1925, o "Dia de Euclides"; os 22 fundadores do Grêmio Euclides da Cunha de São José do Rio Pardo, em 14 de novembro de 1925: Cel. José Pereira Martins de Andrade, Dr. Leão Ribeiro de Oliveira; Tarquinio Cobra Olyntho, Dr. Francisco Teive de Almeida Magalhães, Major João Modesto de Castro, Dr. João Gabriel Ribeiro, Luiz Perrella, Dr. Renato Gonçalves de Oliveira, Dr. Jovino de Sylos, José Honório de Silos, Major João Américo Ribeiro Filho, Lourenço Landini, Honorato Ferreira da Silva, João Rodrigues Lima, Waldemar Olyntho, Cel. Antonio Cândido Machado, João Ribeiro Nogueira Sobrinho, Antonio Augusto Nogueira, João Américo Ribeiro Neto, Cesar Masini, Roberto Scarano, Valêncio Bulcão. Destaque-se a presença de italianos na composição do Grêmio, o que indica a existência de interação na sociedade local.

As Semanas Euclidianas gravaram para sempre os nomes dos fundadores: Dr. Oswaldo Galotti, idealizador das Semanas Euclidianas, Prof. Hersílio Ângelo, criador das Maratonas Intelectuais, Prof. Jorge Luiz Abchabki, criador das Olimpíadas Euclidianas; Dr. Honório de Sylos, incentivador da criação da Casa Euclidiana; Dr. José Carlos de Macedo Soares, que oficializou a Semana Euclidiana; Prof. Márcio José Lauria e Dermal de Camargo Monfré, que instituíram o "Ciclo de Estudos Euclidianos", em 1966, incorporando ao movimento um enorme contingente de novos estudiosos e de publicações sobre temas euclidianos; Álvaro Ribeiro de Oliveira Neto e Rodolpho José Del Guerra, iniciadores do "Ciclo de Estudos Euclidianos – Área Municipal – 1º Grau. Del Guerra e Márcio Lauria são personalidades destacadas do Euclidianismo rio-pardense, ombreando em importância com Galotti e Hersílio Ângelo. Álvaro Ribeiro foi quem dirigiu por mais tempo a Casa Euclidiana e as Semanas Euclidianas, sendo seu trabalho um dos mais reconhecidos.

Desde sua criação, foram dirigentes da Casa de Cultura Euclides da Cunha, de acordo com informações da Casa Euclidiana: Dr. Oswaldo Galotti, 1949 a 1953; Rubens Ortis, 1956 a 1957, Arivelsio Padilha, 1958; Márcio José Lauria, 1959 a 1960; Rubens Ortis, 1960; Arivelsio Padilha, 1960 a 1968; Cleber Ribeiro, 1969 a 1976; Álvaro Ribeiro de Oliveira Neto, 1977 a 1980; José Aloísio Corrêa, 1980 a 1983; Carmen Cecilia Trovatto Maschietto, 1983 a 1988; Maria Silvia Barreto, 1988; Helena Takae Osakabe, 1988 a 1992; Álvaro Ribeiro de Oliveira Neto, 1993 a 1996; Lázaro Curvelo Chaves, 1997 a 2000; Álvaro Ribeiro de Oliveira Neto, 2001 a 2004; Ana Lúcia de Souza Sernaglia, 2005 a 2008; Marli Terciotti, 2009; Lúcia Helena Vitto, 2009 a 2012; Elizabeth dos Santos Abichabki, 2013; Ana Paula de Paulo Pereira Lacerda, a partir de novembro de 2013.

Em agosto de 1975, na gestão do Prof. Cleber José Ribeiro, foi publicado o chamado "apostilão", com o objetivo de preparar os "maratonistas", que participavam do Ciclo de Estudos Euclidianos, na XXXVI Maratona Intelectual Euclidiana. Foi uma publicação preparada por uma equipe de professores especialistas na obra euclidiana, destinada a melhorar o nível dos maratonistas e facilitar a tarefa dos professores. Coordenada pela Profa. Amélia Franzolin Trevisan, também coordenadora do Ciclo de Estudos, esta publicação pode ter servido de modelo para as demais revistas que se sucederam ao longo dos anos, até os dias atuais. Participaram dessa publicação professores considerados

precursores das futuras revistas euclidianas: Hersílio Ângelo (homenageado), Everton de Paula, Célia Mariana Franchi F. da Silva, Valdir Ferreira, Manoel Roberto Fernandes da Silva, Dálvaro da Silva, Lando Lofrano, Adelino Brandão, Ivo Vannuchi, Geraldo Majella Furlani, Amélia Franzolin Trevisan.

O jornal “Gazeta do Rio Pardo” iniciou, em 1978, uma revista especial, denominada “Suplemento Euclidiano”, com os mesmos objetivos da publicação de 1975, referida acima. Com 13 edições (de 1978 a 1990), era encartada no jornal, em 9 de agosto, na abertura da Semana Euclidiana, sob supervisão de Álvaro Ribeiro. A partir de 1991, as publicações continuaram a ser destacadas no jornal, em caderno especial. Foram colaboradores dos 13 Suplementos iniciais: Adelino Brandão, Adolfo Casais Monteiro, Aldo Cipolato, Amélia Franzolin Trevisan, Amélia Thomas, Ana Lúcia Lauria, Anne Marie Gill, Antenor A. Gonçalves Filho, Bahige Fadel, Carmen Cecília Trovatto Maschietto, Célia Mariana F.F. da Silva, Célio Pinheiro, Dálvaro da Silva, Dante Pianta, Dorival Soares Ramos, Elvis Cesar Bonassa, Emerson R. de Oliveira, Everton de Paula, Francisco de Assis Borba, Francisco José Parisi Braghetta, Francisco Marins, Francisco Versaci, Frederic Amory, Geraldo Majella Furlani, Guilherme C. Manso Vasconcellos, Henrique Novac, Hersílio Ângelo, Honório de Sylos, Ivo Vannuchi, Joel Bicalho Tostes, José Calazans, José Santiago Naud, Lando Lofrano, Manoel Roberto Fernandes da Silva, Márcio José Lauria, Marco Antônio Parisi Lauria, Mário Savelli, Mateus Marcondes Romeiro Netto, Moisés Gicovate, Odete Junqueira Ângelo, Oswaldo Galotti, Paulo Dantas, Rachel Aparecida Bueno, Rodolpho José Del Guerra, Rodrigo Otávio do Amaral Gurgel, Rosaura Escobar, Valdir Ferreira, Walter P. Guerra.

Estas publicações incentivaram novos artigos e pesquisas, estimularam novos estudiosos da obra euclidiana, sendo esse conjunto de estudos e publicações uma das grandes contribuições do movimento euclidiano à cultura brasileira.

Professor Adelino Brandão publicou em 2002, no centenário da publicação de “Os Sertões”, “Euclides da Cunha. Bibliografia Comentada”, a mais completa bibliografia sobre Euclides da Cunha, até então publicada. Com 9.372 verbetes, parte dos quais referentes a autores de livros, conferências, artigos, reportagens, poesias com alguma relação com as Semanas Euclidianas de São José do Rio Pardo. O próprio autor foi maratonista, professor por mais de 50 anos nos Ciclos de Estudos Euclidianos, autor de centenas de trabalhos sobre Euclides da Cunha, um exemplo da influência exercida pelo movimento euclidiano na formação de um intelectual e prolífico pesquisador, que muito contribuiu com a cultura brasileira.

O TEMA DA SEMANA EUCLIDIANA 2023:

PRESENÇA E INFLUÊNCIAS DE EUCLIDES DA CUNHA E SUA OBRA NA CULTURA BRASILEIRA (1902-2023)

Desde a publicação do livro Os sertões, de Euclides da Cunha, em 1902, o impacto dessa obra e a influência desse autor tornaram-se inegáveis em todos os aspectos da cultura brasileira, com repercussões internacionais, com a tradução do grande livro em quase vinte línguas. Também no cotidiano, Euclides da Cunha e sua obra estão presentes e são lembrados, coo nomes de escolas públicas e Faculdades, em ruas, como nome de cidades (na Bahia e no interior paulista), em eventos como a Semana Euclidiana de São José do Rio Pardo, na forma de estátuas, em teses acadêmicas, em romances nacionais e estrangeiros, em peças teatrais, em fotografias, em documentários, em curta metragens, em longas metragens, em poesias, em pinturas, em músicas, em obras sociológicas, em obras filosóficas, em obras científicas, em críticas literárias, em obras históricas, em obras políticas, em obras geográficas, em obras antropológicas, em discussões sobre racismo, em livros sobre a Amazônia, em análises de seu estilo literário, em biografias, nas suas relações com a Bíblia, nas influências que recebeu de grandes autores de sua época, nos artigos que escreveu sobre outros países, na sua visão histórica, nas suas leituras, nas suas opiniões pedagógicas, nas suas opiniões políticas, nas suas abordagens religiosas, etc. O sertões é uma obra inesgotável, enaltecida e criticada, mas que continua a fornecer temas aos estudiosos de suas infinitas faces. Assim, a cidade de São José do Rio Pardo continua sendo o centro de convergência de tudo que se refere a Euclides da Cunha e sua obra literária e científica, com destaque para Os sertões, reunindo o vasto patrimônio de tudo que foi refletido sobre eles em seus arquivos que estão sempre abertos aos pesquisadores de todas as origens e diversos interesses intelectuais.

APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS

No artigo “Mitos e versões sobre Antônio Conselheiro, os sertanejos e Canudos (1874-2023), Nicola S. Costa procura demonstrar que os mitos e as versões sobre Antônio Conselheiro, os sertanejos e Canudos estão em conflito permanente, refletindo os diferentes interesses pessoais e grupais em choque no decorrer do processo histórico brasileiro. De 1874 a 1930, aproximadamente, contra eles estavam praticamente todos as pessoas e os grupos que representavam a ideologia monárquica e depois a ideologia republicana (imprensa, polícia, latifundiários, intelectuais, clero católico, autoridades, políticos, funcionários, etc). No geral, era exaltados os vencedores e estigmatizados os derrotados. Após 1930, os mitos e versões sobre Antônio Conselheiro, os sertanejos e Canudos vão se modificando, já que o país sofria transformações econômicas, sociais, políticas e ideológicas. Às explicações biológicas, psicológicas e teológicas, começam a contrapor-se explicações sociológicas, culturais e históricas, desencadeando um conflito de interpretações que permanece até hoje. De maneira geral, Antônio Conselheiro deixa de ser visto como“louco” para ser encarado como um líder popular e carismático; os sertanejos deixam de ser os “fanáticos” para ser os construtores de uma sociedade igualitária no sertão baiano; Canudos deixa de ser considerado um “antro de loucos e bandidos” para representar uma luta de classes entre ricos e pobres ou a comunidade que concretizou uma utopia. Etretanto, velhos mitos e versões resistem às novas interpretações e reaparecem com frequência. Em todos os casos, essas interpretações refletiam e refletem as transformações e as diferentes conjunturas atravessadas pelo país no decorrer do século XX e início do século XXI, expressando a variedade ideológica dos diferentes grupos sociais em conflito.

Em seu artigo “A imprensa e a construção da opinião pública sobre Antônio Conselheiro entre 1893-1897”, Maria Olívia Garcia R. Arruda destaca que, no final do século XIX, a imprensa era o principal meio de comunicação de massas e os jornalistas ditavam a nova forma de vida, voltada para o progresso, influenciando a opinião pública como propagadores de “verdades” quase indiscutíveis. Sobre a revolta de Canudos, liderada por Antônio Conselheiro, a imprensa parece haver construído uma narrativa baseada nas primeiras notícias veiculadas e no Relatório apresentado por Frei Monte Marciano, após a frustrada missão religiosa de 1895, no arraial, e esses textos atuaram como formadores de opinião, levando grande parte da população brasileira a apoiar o envio de tropas para derrotar aquele povoado, sendo portanto o artigo a primeira parte de uma pesquisa cujo objetivo é selecionar algumas narrativas de jornais entre 1893 e 1896, sobre o beato, para posteriormente, em uma segunda parte, proceder ao cotejo desses textos com a descrição feita do Conselheiro em Os sertões, de Euclides da Cunha.

O objetivo do artigo de Maria Aparecida Granado Rodrigues, “Como Euclides da Cunha tornou-se um rio-pardense”, é falar das experiências de Euclides da Cunha em São José do Rio Pardo, colhidas em algumas cartas escritas por ele. Partindo da análise de alguns trechos da correspondência de Euclides da Cunha, em especial, as enviadas de São José do Rio Pardo a algumas pessoas e também algumas enviadas depois para os amigos que fez na cidade onde esteve por três anos, objetivamos compor uma imagem de Euclides por meio das pistas deixadas nos próprios textos. Pistas essas que autorizam afirmar que Euclides da Cunha se tornou um rio-pardense de coração e mente, quase um século antes de receber o título “post mortem” de cidadão rio-pardense, concedido pela Câmara Municipal, em agosto de 1998.

O artigo de Rosângela Aparecida Gomes Pereira, “A obra de Euclides da Cunha: literatura e história”, tem como objetivo principal discorrer sobre a obra de Euclides da Cunha como fonte de literatura e história, confirmando sua influência na cultura brasileira, jà que ela nos oferece descrições ricamente detalhadas e fidelidade aos acontecimentos, conduzindo o leitor para o plano histórico e geográfico onde os fatos se dão. Especificamente em “Os Sertões”, o autor oferece uma descrição do sertanejo e do sertão, abrangendo aspectos como clima, relevo, hidrografia e vegetação, dentro de uma manifestação expressiva que impressiona o leitor de forma envolvente.

No artigo “ O Brasil real em exposição: o retrato das desigualdades sociais a partir das reflexões e obra “Os sertões”, do escritor Euclides da Cunha”, Rick Azevedo da Cunha analisa a obra “Os Sertões” como um retrato contundente das desigualdades sociais presentes no Brasil do final do século XIX e início do século XX. Através de uma abordagem científica e realista, Euclides da Cunha expõe as contradições e injustiças da sociedade brasileira da época, fornecendo uma visão profunda sobre as condições de vida no sertão nordestino. São exploradas as contribuições do autor para a cultura brasileira, bem como sua influência na formação da identidade nacional. Também é discutida a importância de sua obra para as áreas de geografia, antropologia e jornalismo investigativo. O artigo baseia-se em uma revisão bibliográfica de estudos críticos, pesquisas acadêmicas e análises literárias relacionadas ao tema.

O artigo “De Euclides da Cunha a Graciliano Ramos, o sertanejo se eterniza como um forte”, de Elisângela Nogueira Luvizaro, objetiva fazer um paralelo, um estudo comparativo da força e resitência do sertanejo em duas obras expressivas da literatura brasileira, “Os sertões”, do escritor pré-modernista Euclides da Cunha (1866-1909), publicada em 1902, que narra os acontecimentos da guerra de Canudos, liderada por Antônio Conselheiro, ocorrida no interior da Bahia, um marco da literatura e da história do Brasil, e “Vidas Secas” do escritor modernista Graciliano Ramos (1892-1953), um romance inspirado na figura do sertanejo, explorando as questões da miséria, da opressão e da seca do Nordeste.

O derradeiro artigo da Revista, “José Celso Martinez Corrêa e o livro Os

Os sertões no Teatro Oficina", é uma homenagem ao grande ator e diretor araraquarense recentemente falecido que adaptou a obra euclidiana a uma montagem antológica em 5 partes, com a duração de 27 horas no Teatro Oficina de São Paulo, entre 2002 e 2006, com repercussão internacional. Evoé, Zé Celso!

ARTIGOS

MITOS E VERSÕES SOBRE ANTÔNIO CONSELHEIRO, OS SERTANEJOS E CANUDOS

(1874-2023)

Nicola S. Costa
(nicolasouzacosta@gmail.com)

"não fosse isso e era menos/
Não fosse tanto e era quase/"
(Paulo Leminski)

RESUMO: O objetivo deste artigo é demonstrar que os mitos e as versões sobre Antônio Conselheiro, os sertanejos e Canudos estão em conflito permanente, refletindo os diferentes interesses pessoais e grupais em choque no decorrer do processo histórico brasileiro. De 1874 a 1930, aproximadamente, contra eles estavam praticamente todos as pessoas e os grupos que representavam a ideologia monárquica e depois a ideologia republicana (imprensa, polícia, latifundiários, intelectuais, clero católico, autoridades, políticos, funcionários, etc), só restando vozes isoladas para defende-los ou manifestar alguma solidariedade, principalmente após a guerra. Quase todos entenderam e explicaram a guerra de Canudos pela mesma versão histórica manipulada, aquela que exaltava os vencedores e estigmatizava os derrotados. Após 1930, os mitos e versões sobre Antônio Conselheiro, os sertanejos e Canudos vão se modificando, sem excluir a reafirmação de muitas das opiniões anteriores que resistem, já que o país sofre transformações econômicas, sociais, políticas e ideológicas. Às explicações biológicas, psicológicas e teológicas, começam a contrapor-se explicações sociológicas, culturais e históricas, desencadeando um conflito de interpretações que permanece até hoje. De maneira geral, Antônio Conselheiro vai deixando de ser visto como um "louco" para ser encarado como um líder popular e carismático; os sertanejos deixam de ser os "fanáticos" para ser os construtores de uma sociedade igualitária no sertão baiano; Canudos deixa de ser considerado um "antro de loucos e bandidos" para representar uma luta de classes entre ricos e pobres ou a comunidade que concretizou uma utopia. No entanto, velhos mitos e versões resistem às novas interpretações e reaparecem com frequência. Em todos os casos, essas interpretações refletiam e refletem as transformações e as diferentes conjunturas atravessadas pelo país no decorrer do século XX, expressando a variedade ideológica dos diferentes grupos sociais em conflito.

ABSTRACT: The objective of this article is to demonstrate that the myths and versions about Antônio Conselheiro, the sertanejos and Canudos are in permanent conflict, reflecting the different personal and group interests in conflict during the Brazilian historical process. From 1874 to 1930, approximately, against them were practically all the people and groups that represented the monarchical ideology and later the republican ideology (press, police, landowners, intellectuals, Catholic clergy, authorities, politicians, officials, etc.), leaving only isolated voices to defend them or express some solidarity, mainly after the war. Almost everyone understood and explained the war in Canudos using the same manipulated historical version, the one that exalted the winners and stigmatized the defeated. After 1930, the myths and versions about Antônio Conselheiro, the sertanejos and Canudos began to change, without excluding the reaffirmation of many of the previous opinions that resisted, as the country underwent economic, social, political and ideological transformations. Sociological, cultural and historical explanations begin to oppose biological, psychological and theological explanations, triggering a conflict of interpretations that remains until today. In general, Antônio Conselheiro is no longer seen as a "crazy" to be seen as a popular and charismatic leader; the sertanejos are no longer the "fanatics" to be the builders of an egalitarian society in the backlands of Bahia; Canudos is no longer considered a "den of madmen and bandits" to represent a class struggle between rich and poor or the community that made a utopia come true. However, old myths and versions resist new interpretations and frequently reappear. In all cases, these interpretations reflected and continue to reflect the transformations and different conjunctures that the country went through in the course of the 20th century, expressing the ideological variety of the different social groups in conflict.

PALAVRAS-CHAVE: Mitos, Versões, Antônio Conselheiro, Sertanejos, Canudos

KEYWORDS: Myths, Versions, Antônio Conselheiro, Sertanejos, Canudos

Muito tempo antes de acontecer a trágica guerra de Canudos, em 1896-1897, inúmeros mitos e versões históricas haviam sido criados para tentar explicar Antônio Conselheiro e o séquito de sertanejos que o acompanhavam. Durante e após o conflito, o arraial de Canudos e a guerra também foram objetos das mais diversas considerações míticas ou históricas, permanecendo a polêmica até a atualidade. Esses juízos de valor, fantasiosos ou reais, refletiam e refletem os diferentes interesses dos observadores em relação a Antônio Conselheiro, aos sertanejos, ao arraial de Canudos e a guerra, sendo baseados em argumentos diversificados.

A distinção entre mito e História têm sido objeto de discussões permanentes na área das Ciências Humanas e Sociais. Segundo a etimologia, a palavra grega mythos significa fantasia, o que é criado pela imaginação, pela subjetividade, enquanto a palavra história corresponde à descrição do passado, ao conhecimento baseado em informações objetivas, documentadas. Na Grécia Antiga, a reação contra a mitologia de base irracional, imaginária, de apelo psíquica, deu-se com o desenvolvimento da filosofia de base racional, lógica e científica. Ao mythos a filosofia grega opôs o logos, sem conseguir, contudo, excluí-los do imaginário social e individual. O problema acentua-se na medida em que aqueles que detém o poder político sempre utilizam mitos coletivos e especulações filosóficas como ideologia de poder, a fim de controlar ou mobilizar a sociedade. Metodologicamente, no entanto, para os historiadores, sempre foi impreciso precisar os limites entre mito e logos transformados em ideologia de poder, já que eles se interpenetram, se fundem, se mesclam, ficando sujeitos à reflexão de cada geração que os critica, preserva, exclue, retifica ou adapta de acordo com os seus valores e interesses ideológicos. Por isso, a história está sempre sendo reescrita, recontada, reinterpretada. Sobre a possibilidade de se chegar à verdade histórica, um personagem do romance "Viva o Povo Brasileiro", do escritor João Ubaldo Ribeiro, um cego sábio, faz uma reflexão pertinente: (...) ***toda a História é falsa ou meio falsa e cada geração que chega resolve o que aconteceu antes dela e assim a História dos livros é tão inventada quanto a dos jornais, onde se lê cada peta de arrepiar os cabelos. Poucos livros devem ser confiados, assim como poucas pessoas, é a mesma coisa. Além disso, a História feita por papéis deixa passar tudo aquilo que não se botou no papel e só se bota no papel o que interessa. Alguém que tenha o conhecimento da escrita pega da pena e tinteiro para botar no papel o que não lhe interessa? Alguém que roubou escreve que roubou, quem matou escreve que matou, quem deu falso testemunho confessa que foi mentiroso ? Não confessa. Alguém escreve bem do inimigo? Não escreve. Então toda a História dos papéis é pelo interesse de alguém. E tem mais, o que para um é preto como carvão, para outro é alvo como um jasmim. O que para um é alimento ou metal de valor, para outro é veneno ou flandre. O que para um***

alimento ou metal de valor, para outro é veneno ou flandre. O que para um é um grande acontecimento, para outro é vergonha a negar. O que para um é importante, para outro não existe. Por conseguinte, a maior parte da História se oculta na consciência dos homens e por isso a maior parte da História nunca ninguém vai saber, isto para não falar em coisas como (o incêndio de grande Biblioteca de Alsandria (Alexandria), que matam a memória" (Ribeiro, 1984: 515/516).

Os artistas em geral expressam essa polêmica relação entre mito e história, aproveitando-os como temas de suas obras, não demostrando preocupação exclusiva com o logos filosófico e científico, já que a arte apresenta intensa conotação de fantasia, imaginação e subjetividade, embora os artistas sejam agentes históricos sujeitos às influencias ideológicas da sociedade em que vivem como quaisquer outros. A complexidade dessa questão foi manifestada pelo poeta francês Jean Cocteau nos seguintes termos: ***"A reinterpretação dos mitos é vital para a sobrevivência. É passada de um escritor, de uma geração para outra, como certas histórias transmitidas oralmente. Elas se embelezam ou perdem o sentido. Em todo caso, são alteradas por cada narrador. O mito é como uma chave que abre a mais fechada alma para a escrita. Sempre preferi o mito à História porque a História consiste em verdades que viram mentiras, ao passo que o mito consiste em mentiras que viram verdades."*** Como não recordar aqui o famoso verso do poeta português Fernando Pessoa, `` o mito é nada que é tudo``, o que tornaria equivalente, em contrapartida, no sentido dado por Cocteau, a definição de História como tudo que é nada.

Na época da guerra de Canudos, por exemplo, opiniões expressavam versões históricas entrelaçadas de mitos ou mitos entrelaçados de versões históricas. O coronel João Cordeiro de Andrade, político de Monte Santo, escreveu o seguinte numa carta em 2 de janeiro de 1897: ***(...) O Conselheiro (...) já demoliu mais de cem casas, currais, cercados etc., incendiando a muitas. Não sabemos onde irá parar isto, pois de momento o Santo pode mudar de plano. Ele não é o homem que muitos julgaram de maníaco e inofensivo; é vaidoso aventureiro, que tratou de fanatizar aos ignorantes, e muita gente boa se iludia com ele... hoje querendo aniquilá-lo, porque a política dele é toda diferente, monarquista intransigente, donde presumia ser bem recompensado se viesse a restauração, ignorando o que sucedeu a Silva Jardim, Tiradentes, Frei Caneca e outros; mas contenta-se em ficar célebre na história com a sua coerência!..."*** (Sampaio, 1999: 131). O coronel Andrade atribuia ao Conselheiro e seus seguidores depredações nunca ocorridas e intenções políticas que ele nunca teve, recordando arbitrariamente personagens históricos que morreram sob o regime monárquico, insinuando que ele deveria aceitar a República para não ter o mesmo fim. Esse "arranjo" combinando mito e versão atendia aos interesses ideológicos do coronel Andrade, representante

dos fazendeiros inimigos de Canudos. Meses depois, em 22 de setembro de 1897, quando a guerra estava em seus últimos dias, Francisco Pires de Carvalho Aragão, compadre do barão de Jeremoabo, o maior latifundiário do sertão baiano, escreveu-lhe do Rio de Janeiro, afirmando: ***(...) Canudos tornou-se um mito politicamente engrossado e explorado (...) Quem refletir (...) um pouco há de reconhecer que todas as nossas guerras são iguais a Canudos*** `` (Sampaio, 1999: 217/218).

Aragão fez uma observação importante sobre o que Canudos havia sido transformado naquela época pelos adversários, ou seja, um mito manipulado ideologicamente pelos detentores do poder que projetavam nele todas as fantasias e versões que lhes interessavam. Por ``engrossado``, entenda-se que as referências a Canudos foram exageradas, aumentadas, ampliadas, com o fito de criar pânico, medo, terror, para justificar a repressão, e por ``explorado``, o proveito político da guerra que certos grupos obtinham enquanto massacravam os canudenses. Sobra-lhe razão ao comparar Canudos com todos os conflitos ocorridos anteriormente no Brasil porque, com poucas exceções, todos foram reprimidos brutalmente. Aragão percebeu como, naquele momento, na capital federal, houve a manipulação política do assunto Canudos para explorá-lo em função dos interesses dos grupos políticos e sociais que disputavam o poder político nacional na época (civis X militares, republicanos X monarquistas, federalistas X centralistas, prudentistas X vitorinistas, liberais X positivistas, fazendeiros paulistas X oligarquias estaduais), aproveitando para comparar a guerra de Canudos com todas as outras acontecidas no país, ou seja, denunciando que todas foram manipuladas ideologicamente por grupos sociais que visavam alcançar seus objetivos políticos às custas de mitos e da deturpação dos fatos históricos.

Quase um século mais tarde, Antonio Olavo dos Santos Filho, fotógrafo e cineasta baiano, que realizou em 1993 o premiado documentário `` Paixão e Guerra no Sertão de Canudos``, fez importantes observações que revelam a sua visão sobre o significado histórico de Canudos, deixando clara a multiplicidade de versões criadas no próprio momento do conflito. Destaquemos algumas delas: `` ***Na verdade eu penso que o que aconteceu em Canudos é diferente de tudo que se relatou sobre o que aconteceu em Canudos. Um jornalista correspondente em Canudos, o Manoel Benício, relatava determinadas coisas de forma bastante distinta do Fávila Nunes, que relatava de forma distinta do Lélis Piedade, que relatava de forma distinta do Euclides da Cunha...***" (Neto, 2001: 153). Aliás, Euclides da Cunha, o célebre autor de "Os sertões", publicado em 1902, tem sido apontado como um reprodutor e criador de mitos que só começaram a ser contestados 50 anos depois do final da guerra de Canudos. Além disso, tanto Euclides como o livro "Os sertões" (1902) passaram a ser considerados mitos dentro da cultura brasileira, o que teria aprisionado o

assunto Canudos numa “gaiola de ouro”, segundo o historiador José Calasans, dificultando a percepção de novas versões históricas. Como afirma o jornalista Francisco Costa, para quem (…) mergulhar no mundo de Euclides da Cunha é se banhar numa água povoada de mitos, muitos deles quase religiosos``(Revista USP, 2002: 52).

O historiador Júlio José Chiavenato, por sua vez, anota com mais veemência: `` ***Para ele (Euclides da Cunha), os sertanejos lutavam por crenças que lhes atribuíam e acreditavam na fé emanada confusamente por Conselheiro, porque eram geneticamente prejudicados pelo cruzamento de raças inferiores. Aceitando os mitos que a ciência da época oferecia para o consumo ideológico do Poder, não foi capaz de entender a santa revolução do Conselheiro, a tentativa de construir-se uma sociedade, no mínimo, comunitária no sertão. (…) Os Sertões, que denunciou à nação estarrecida os crimes do Exército e a miséria do povo, é um tratado mitológico, encobrindo, por incapacidade do autor, presa dos preconceitos do saber acadêmico do seu tempo, a própria personalidade das gentes sertanejas e os seus anseios, suas lutas e o claro projeto político de Canudos. O peso do mito é tão grande que, até hoje, permanece a visão mais ou menos enfatizada, de Canudos como antro de fanáticos que foram injusta e desnecessariamente assassinados pelo Exército. Isto é um exemplo. Não se trata, evidentemente, de ``destruir`` um clássico como Os Sertões, de Euclides da Cunha. Nem de diatribe gratuita (…) Mas, evidentemente, da tentativa de demonstrar como é importante avançar e lutar contra o mito. Situá-lo e conhece-lo. Demitificá-lo, desmistificando seus veículos, para que a realidade apareça do ``nosso lado`` na luta contra manipulação da História pelos intelectuais orgânicos, direta ou indiretamente a serviço do Poder***`` ( in `` Os Voluntários da Pátria (e outros mitos)``, 1983, p. 192 e 194). Assim, esse autor considera ``Os sertões`` como `` um tratado mitológico``, na medida em que Euclides da Cunha absorveu os mitos da ciência de sua época que projetou em sua obra maior. Daí, segundo Chiavenato, a incapacidade de Euclides para entender a revolução de Antônio Conselheiro, o seu projeto político, que queria organizar uma sociedade comunitária no sertão, e a mentalidade dos sertanejos e suas lutas, embora reconheça a importância de “Os sertões” para a cultura brasileira.

Em 1997, o diretor cinematográfico Sérgio Rezende, que filmou `` Guerra de Canudos``, justificou seu filme afirmando que, ***(…) a história fascinante de Canudos é a história do povo sertanejo, esse personagem anônimo e grandioso. Nos registros da guerra, fala-se das grandes figuras, dos generais, militares, de Conselheiro, mas dos anônimos que estavam lá, milhares de pessoas, ninguém fala. Decidi, então, criar uma família que fosse a representação desse povo sertanejo. Ela é o fio condutor da história. Através da sua história, conta-se a saga da construção, da guerra e do fim de Canudos***

A - O MITO DO MILAGREIRO REPUGNANTE

A primeira notícia referente a Antônio Conselheiro foi publicada pelo jornal “ O Rabudo”, de Estância, Sergipe, de 22 de novembro de 1874, sobre Antonio dos Mares, como era conhecido então Antônio Vicente Mendes Maciel. Nela encontramos alguns mitos contra ele que irão perdurar até a atualidade, embora existam provas conhecidas e divulgadas da mesma época que os invalidem. É o caso da suspeita de que ele “ cometeu um grande crime”. Constrói-se uma imagem física, mental e religiosa de Antônio Conselheiro que viria a ser desmentida por testemunhas que o conheceram pessoalmente. Afirma-se que ele era “aventureiro santarrão” e “milagreiro”, mas ninguém considerou-o aventureiro ou viu-o realizar milagres, nem ele jamais permitiu que o comparassem a Jesus Cristo nem que o adorassem. Enfatiza-se a sua “falta” de asseio pessoal, também desmentida, que é relatada com a clara intenção de transformá-lo numa criatura repugnante. Suas prédicas são reduzidas a meros conselhos sem conteúdo teológico sério. Seu vegetarianismo e seu repúdio a esmolas correspondem à realidade, já que trabalhava para ganhar o pão de cada dia. A solução policialesca, prática comum da elite social contra quaisquer movimentos populares, herdada do período colonial, para capturar e entregar o Conselheiro às autoridades imperiais, foi sugerida nos seguintes termos: (...) Pedimos providências a respeito: seja esse homem capturado e levado à presença do Governo Imperial, a fim de prevenir os males que ainda não foram postos em prática pela autoridade da palavra do Fr. S. Antônio dos Mares moderno``. Portanto, nessa primeira notícia, já surgem os mitos de que o Conselheiro seria assassino, aventureiro, milagreiro, fanático e repugnante.

B - O MITO DO CRIMINOSO E DO FANÁTICO

Em 18 de junho 1876, o jornal “ A Província de São Paulo”, divulgou uma nota sobre Antônio Conselheiro enfatizando aspectos vagos, em nada científicos, de sua pessoa, como seu “exterior misterioso”, a prática de “atos de selvageria” contrários à vida civilizada, a possibilidade de ser talvez um “grande hipócrita” perigoso para a moral pública, um “fanático” incompatibilizado com a vida mental equilibrada e, supostamente, um perigoso caso patológico, levantando a suspeita de ser ele “ um criminoso” (Schwarcz, 1987: 223). Era a ótica que predominava nos meios intelectuais e jurídicos da época, como esse mesmo jornal viria a definir anos mais tarde : “ (...) É hoje supérfluo estabelecer que os criminosos tem escrito no seu cérebro e no seu organismo os vícios hereditários ou adquiridos, as paixões bestiais ou a degeneração de que estão feridos” (29/11/1883). Como em todo o século XIX, o comportamento social dos indivíduos era explicado por fatores biológicos, genéticos, raciais e inatos inspirados nas idéias de pensadores europeus como Augusto Comte, Ernest Renan, Hippolythe Taine, Charles Darwin, Herbert Spencer, Joseph A.Gobineau, Cesare Lombroso

e outros.

Em 28 de junho de 1876, o delegado Francisco Pereira Assunção, que prendeu Antônio Conselheiro em Itapicuru, no sertão baiano, escreveu um ofício ao Chefe de Polícia da Bahia: " Peço a v. s. para dar providências, a fim de que não volte o dito fanatizador do povo ignorante; e creio que v. s. assim o fará, porque não deixará de saber da notícia, que há meses apareceu, de ser ele criminoso de morte na província do Ceará ". Não fica muito claro se a prisão de Antônio deveu-se ao fato de ser ele "fanatizador do povo ignorante" ou por causa da "notícia (e não provas...), que há meses apareceu de ser ele criminoso de morte na província do Ceará". O importante para essa autoridade era que ele não voltasse mais para a Bahia.

Mas ainda em 1876, o Juiz Municipal de Quixeramobim, Alfredo Alves Matheus, terra natal de Antônio Conselheiro, , absolveu-o da acusação de matricídio e uxoricídio, nos seguintes termos: (...) tendo verificado não ser o referido Maciel criminoso, o mandei pôr em liberdade alguns dias depois de sua chegada a esta cidade". Apesar de ter sido absolvido das acusações de assassinato da própria mãe, que morrera quando ele tinha 6 anos, e da esposa, que fugira com outro homem , as calúnias e invencionices contra ele continuaram sendo reafirmadas pelos seus adversários. Muitos outros mitos e versões foram sendo criados, de outros teores, quando os mencionadas até aqui já não podiam ser sustentados convincentemente. Os mitos anteriores caracterizando Antônio Conselheiro como milagreiro, fanático ou criminoso continuaram sendo reafirmados pelos seus adversários, apesar da absolvição oficial pela justiça cearense em 1876.

Em 1879, o escritor e crítico literário sergipano Silvio Romero anotou sobre o Conselheiro: " Um indivíduo criminoso do Ceará saiu a fazer penitência a seu modo e inaugurou prédicas públicas pela mesma forma por que os nossos enfastiados, sedentos de nomeada inauguram conferências.(...) Era um missionário a seu jeito. Com tão poucos recursos fanatizou as populações que visitou, que o tinham por Sant 'Antônio Aparecido." O intelectual Silvio Romero reafirma o caráter criminoso de Antônio Conselheiro, três anos após a sua absolvição pela justiça cearense... Ignorância, má-fé ou pouco caso de um representante da inteligência nacional em relação a fatos e indivíduos de menor importância social ? Note-se a ironia do autor ao fazer a comparação das prédicas de Antônio Conselheiro com as conferências daqueles que buscavam fama a qualquer preço nos meios intelectuais, com a evidente intenção de rebaixá-los. Recorde-se que Silvio Romero travou áspera polêmica com Machado de Assis depois que este criticou seus primeiros escritos poéticos. Assim, em Romero o mito prevaleceu à verdade dos fatos, a calúnia à inocência do Conselheiro.

OS MITOS E AS VERSÕES DA IGREJA CATÓLICA

Se Antônio Conselheiro já incomodava tantos setores, era inevitável ser notado pelos membros da Igreja Católica Apostólica Romana, e o foi com evidente incompreensão e intolerância até a sua morte. Numa circular de 1882, o Arcebispo de Salvador o acusava de divulgar "doutrinas supersticiosas", sem precisar quais, e de "enfraquecer a autoridade dos párocos" da região. Alertava que se entenderia com o Chefe de Polícia de Salvador caso o Conselheiro continuasse a praticar os mesmos abusos. Dessa forma, a Igreja Católica , unida ao Estado imperial e privilegiada por ser o catolicismo a religião oficial do país desde 1824, considerava-se a dona e a orientadora única da fé das pessoas. As "providências" que o Arcebispo ameaçava solicitar ao Chefe de Polícia seriam a ação policial contra Antônio Conselheiro e a sua prisão. A questão religiosa era vista como um caso de polícia, como alguns anos mais tarde também seria considerado caso de polícia a questão social...

Como a circular de 1882 não detivera a pregação de Antônio Conselheiro, com o beneplácito de muitos padres católicos, e o aumento do número de seus seguidores, o novo Arcebispo de Salvador, D. Luiz Antonio dos Santos, em 1887 denunciou ao Presidente da Província da Bahia não mais as "idéias supersticiosas" de Antônio Conselheiro, mas suas "idéias subversivas ", sua desobediência e dos seus em relação "à religião e ao estado". Calunia o Conselheiro acusando-o de considerar-se " o Espírito Santo", quando isso jamais aconteceu. O Arcebispo sugeria ao Presidente da Província que ele deveria "providenciar da forma que melhor entender", eufemismo que significava a repressão policial pura e simples contra o Conselheiro e seus seguidores..

Em 1895, já no período republicano, Frei João Evangelista de Monte Marciano e outros dois padres ficaram alguns dias em Canudos em missão oficial da Igreja Católica baiana. Ali celebraram missas, ouviram confissões e realizaram casamentos, pois Antônio Conselheiro " não se arroga nenhuma função sacerdotal". Encontrou resistências e ameaças nos canudenses ao tentar convence-los a abandonar Canudos e a voltar para seus lugares de origem. O Conselheiro defendeu a existência de homens armados para sua proteção pessoal e declarou sua aversão pelo governo republicano que instituíra o casamento civil obrigatório, o que não aceitava por razões religiosas. Frei João Evangelista em seu relatório realçou Canudos com expressões mais políticas que religiosas, tachando-o de "seita político-religiosa", "foco de superstição e fanatismo", "núcleo (...) perigoso e funesto de ousada resistência e hostilidade ao governo constituído do país", " um estado no Estado" onde não eram aceitas as leis, as autoridades e o dinheiro republicano. Sua sugestão ao governo baiano para impor a Canudos a religião católica, as leis republicanas e a civilização era uma "providência", ex-

uma “providência”, expressão muito usada pelo clero católico, que significava a intervenção militar em Canudos, para acabar com o “fanatismo” e a “anarquia” ali reinantes, segundo sua opinião. (Revista USP- Dossiê Canudos, dez/jan/fev 1993-94).

Em 1897, o próprio Antônio Conselheiro anotou suas idéias e opiniões num caderno. Dessas preciosas anotações deixadas por Antônio Conselheiro ressaltam límpidas as idéias que formavam sua visão social e política. Em sua visão de mundo, ele explicava tudo partindo dos dogmas, sacramentos e rituais da religião católica apostólica romana. A abolição da escravidão, que ele apoiava por considerar a escravidão “degradante”, era vista como uma “ordem do céu” que a princesa Isabel apenas cumprira... Tornou-se adversário da República quando esta separou a Igreja do Estado, em 1889, instituindo o casamento civil obrigatório. Antônio Conselheiro discordava por considerar o casamento “ puramente da competência da santa Igreja, que só seus ministros têm poder para celebrá-lo”. Por isso, pregava a desobediência a essa nova exigência do regime republicano e a todas as suas decisões. Sonhava com a volta da monarquia deposta em 15 de novembro de 1889, pois quando ela existira a religião oficial do país era a católica e o único casamento permitido era o feito pelos sacerdotes católicos. Portanto, Antônio Conselheiro era católico, abolicionista e monarquista, sendo que esta opção política foi explorada ao máximo pelos seus adversários, tornando-se o pretexto mais forte para justificar a guerra contra Canudos. (Nogueira, 1978: 175…).

PERFIS DE ANTÔNIO CONSELHEIRO

Em 1892, o correspondente do Jornal de Notícias da Bahia em Monte Santo escreveu: “Acha-se aqui de passagem o conhecido Antônio Conselheiro, o qual como verdadeiro penitente tem feito com o auxílio do povo, obras de grande utilidade nos lugares onde faz passagem. Ouvi uma das suas prédicas as quais são por ele enxertadas com referência política , manifestando-se contra o casamento civil e outros atos do governo republicano. Isto, porém, nada influi no ânimo público, que só aproveita delas o que é útil`` (Calasans, 1997: 75) No ano seguinte, o mesmo correspondente anotou: `` Fui testemunha ocular de que quando aqui esteve o ano passado (Antônio Conselheiro) envidou meios de fazer-se alguns reparos nas capelas e na estrada do Monte daqui a fim de não continuar a decadência em que se achava a instituição da irmandade dos Santos Passos do Senhor do Calvário, pedindo e aplicando o resultado das esmolas que recebia para este fim`` (Calasans, 1997: 75). Na primeira nota, reconhece-se a importância social de Antônio Conselheiro com suas obras públicas, ao mesmo tempo que alerta para a postura anti-republicana de suas prédicas, a quem seria dada uma importância desmedida para justificar a repressão militar contra ele e

os seus seguidores. Na segunda nota, o desprendimento de Antônio Conselheiro é acentuado por sua ação em favor de suas obras religiosas, no caso as capelas e no caminho de Monte Santo.

Em 1893, o tenente Durval Vieira de Aguiar opinou sobre o Conselheiro e os conselheiristas: “ Sou obrigado a vir a imprensa declarar que esse indivíduo, longe de ser um facínora perigoso, é apenas um inofensivo ente devotado a uma mania religiosa. É verdade que o Conselheiro, nas suas peregrinações, anda acompanhado por enorme séquito, mas essa gente, também inofensiva, só se assanha na defesa do Conselheiro, o qual mantém as mesmas honras, as mesmas práticas e o mesmo acompanhamento de que se rodeiam os missionários, pois, como estes, aconselha o casamento, os batizados, as orações e os bons costumes, se bem que em linguagem menos correta. O público sensato que avalie qual o grau de criminalidade que há nisso; talvez o mesmo que o governo reconheceu há anos, quando o mandou buscar para incontinente o soltar por falta de culpa.” O tenente Aguiar assinala o caráter religioso e pacífico do movimento de Antônio Conselheiro e seus seguidores. Deixa claro o catolicismo veemente do Conselheiro. Sensatamente, sugere que o mesmo erro do passado não se repita, quando ele foi acusado de ser criminoso e não era, não vendo motivos para que se interfira com essa gente “inofensiva”, e percebendo lucidamente que ela “só se assanha na defesa do Conselheiro”.

Em junho de 1893, o correspondente do “Jornal de Notícias” da Bahia em Queimadas, observou: (O Conselheiro é) “doente de monomania religiosa”. “É entretanto admirável e muito honroso para o caráter do povo baiano: - essa gente, da noite para o dia, arrancada ao trabalho pela crença religiosa, ainda não se manchou com o latrocínio nem mesmo com o furto; alimenta-se à custa dos próprios haveres e com as esmolas que de toda a parte recebem em profusão. Não impele aos romeiros nenhum pensamento político, como impatrioticamente informaram; domina-os, sim, o fanatismo religioso, o pior de todos os fanatismos. Pelo que me têm informado a respeito do Conselheiro, estou compenetrado de que ele não é um perverso, um homem de maus instintos; é pelo contrário, um homem em extremo humanitário – todo abnegação, todo altruísmo.” Outro testemunho do caráter essencialmente religioso do movimento que ressalta o seu caráter apolítico, a honestidade de seus seguidores, assinalando a humanidade, a abnegação e o altruísmo de Antônio Conselheiro, ao contrário do que vinham fazendo os fazendeiros, jornalistas, policiais, intelectuais e membros do clero católico

MITOS E VERSÕES DA CLASSE DOMINANTE

Em 1894, o coronel baiano José Américo Camelo escreveu uma carta em sua fazenda, no sertão baiano, endereçada a seu primo, o Barão de Jeremoabo: " Mas hoje não está assim... (...) não tendo mais governo nesta infeliz terra está ele (Antônio Conselheiro) mais poderoso do que Napoleão I. Eu não sou Brasileiro: e considero a maior ofensa que um homem me pode fazer é chamar-me Brasileiro sou hoje considerado e pretendo naturalizar-me Africano. Temos muito breve de ver este sertão confiscado por ele e seu povo; pois está com mais de 16 mil pessoas; povo este miserável tudo que foi escravo, tudo que é criminoso de todas as Províncias: não tendo uma só criatura que esta seja humana, e ele impondo as leis; criando exército de soldados; e fazendo tudo que lhe vem a vontade" (Sampaio, 1999: 97). Sendo grande proprietário rural, a observação do coronel acertava no varejo mas errava no atacado, pois embora fosse grande o número de ex-escravos, chamados de " 13 de maio" em Canudos, e Antônio Conselheiro tenha aceitado criminosos desde que ali levassem vida exemplar, a população canudense era diversificada, reunindo todos os marginalizados, perseguidos, humilhados e ofendidos do sertão. Como foi colocado pelo coronel, dava a impressão de que Canudos reunia só aqueles a quem os proprietários como o coronel temiam. Transparece também o desprezo do coronel pelos ex--escravos, classificado por ele como " povo miserável", numa confissão inconsciente, seis anos depois da abolição, da marginalização a que foram relegados pela elite social política que dominava o país no final do Império e no início da República e da qual ele fazia parte com seus parentes. Contraditório era também o coronel, já que desprezava os ex-escravos, não considerando-os humanos, ao declarar que pretendia naturalizar-se africano... Se o coronel não exagerou, e havia razões para ele exagerar, aumentar o perigo, a população de Canudos concentrou 16 mil pessoas em apenas 1 ano, o que era espantoso, um verdadeiro fenômeno social.

Em março de 1897, o próprio Barão de Jeremoabo (Cícero Dantas Martins) teve duas cartas publicadas no "Jornal de Notícias" da Bahia, de onde destacamos o seguinte: " (o Conselheiro é) um elemento perturbador da ordem e do trabalho em sua região"; (Seu regresso do Ceará) ateou com intensidade o fogo do fanatismo e Antônio Conselheiro já não era mais penitente, era um enviado de Deus ou o próprio Deus. (...) O povo em massa abandonava as suas casas e afazeres para acompanhá-lo. Com a abolição do elemento servil ainda mais se fizeram sentir os efeitos da propaganda pela falta de braços livres para o trabalho. (...) Assim foi escasseando o trabalho agrícola e é atualmente com suma dificuldade que uma ou outra propriedade funciona, embora sem a precisa regularidade." Sendo um dos maiores latifundiários da Bahia, dono de 61 fazendas no nordeste da Bahia e em Sergipe, o Barão de Jeremoabo denunciava

ciava Canudos como um imã que atraía, com seu apelo religioso, a escassa mão-de-obra existente no sertão da Bahia, inclusive os ex-escravos, o que prejudicava a produção agrícola. O Conselheiro perturbava a ordem econômica e social que interessava aos fazendeiros baianos. Nem ele nem nenhum outro grande proprietário denunciaram a ocupação de suas terras pelos canudenses, já que o problema era a mão-de-obra que seguia para Canudos.

OS MITOS DA IMPRENSA

Durante a guerra contra Canudos, nas grandes cidades brasileiras, os jornais divulgavam as opiniões mais disparatadas sobre os canudenses, apelando para manchetes e expressões sensacionalistas, muitas delas de cunho político absurdo ou carregadas de psicologia simplista que excitava a opinião pública nas grandes cidades da época. É evidente que isso deve ser entendido dentro do contexto e dos interesses em jogo, mas hoje, distanciados daquele momento, percebemos a proporção do mal que a imprensa ajudou a forjar contra o país com esse alarmismo gratuito contra Canudos.

Walnice Nogueira Galvão assinala que `` a Guerra de Canudos invade o editorial, a crônica, a reportagem, o anúncio e até o humorismo. Como forte veículo de manipulação, antes da era da comunicação eletrônica, o jornal, a serviço de correntes políticas a quem interessava criar o pânico e concentrar as opiniões em torno de um só inimigo, prestou serviços inestimáveis. Já que não era caso de invasão, não se podia contar com um inimigo externo; tinha-se aqui, bem à mão, e tão marginalizado que nem poderia protestar contra o papel que lhe atribuíam, um inimigo interno. A função do jornal foi servir como porta-voz das referidas correntes, lançando um brado de alerta e de convocação do corpo nacional ameaçado pela subversão interna (…) no caso do Brasil, foi de um pioneirismo extraordinário. E, se esse pioneirismo é mais para envergonhar que para honrar, todavia nesse momento a eficácia do veículo foi enorme.`` (Galvão, 1981: 71/72)

A guerra contra Canudos seria entendida e explicada pelos jornais com os argumentos conservadores até aqui enumerados, e reforçados pelas premissas teóricas das correntes positivistas, evolucionistas, deterministas e lombrosianas então em voga na intelectualidade nacional. Os principais jornais do país passaram a denunciar Canudos como o "centro de convergência da ação restauradora", o "poderosíssimo reduto central do tresloucado e caduco monarquismo", o "antro dos famigerados", o "covil dos miseráveis inimigos da pátria", o "antro do banditismo", a "cidade maldita", onde "o banditismo, a ignorância e o fanatismo estúpido e perverso acastelaram-se para a eterna vergonha de nossa pátria".

Os jornais classificavam Antônio Conselheiro como "célebre bandido", e os canudenses como "bandidos", "bestas-feras", "monarquistas encobertos", "malvados inimigos", "bárbaros", "desgregados da sociedade", "inimigos da pátria", "celerados", "hordas selvagens", "inimigos da república", etc. Os soldados

defensores da pátria", "bravos defensores da República", "intrépidos cruzados da República", "valentes soldados", "obreiros da boa causa da pátria", etc. (Galvão, 1977)"; "A Gazeta de Notícias": "Não há quem a esta hora, não compreenda que o monarquismo revolucionário quer destruir com a República a Unidade do Brasil"; "O País": " A tragédia de 3 de março em que, juntamente com Moreira César perderam a vida o ilustre coronel Tamarindo e tantos outros oficiais briosíssimos do nosso Exército, foi a confirmação de quanto o Partido Monarquista, à sombra da tolerância do poder público e, graças até aos seus involuntários alentos, tem crescido em audácia e força."; " O Estado de São Paulo": "trata-se da restauração; conspira-se; forma-se o Exército imperialista. O mal é grande; que o remédio corra parelhas com o mal. A monarquia arma-se ? Que o presidente chame às armas os republicanos"(Galvão, 1977); " O movimento insurrecional do sertão da Bahia é monarquista. Não é preciso indagar se sempre o foi, porque, se o não era, nós republicanos, nós mesmos, que o tomamos como inimigo, lhe demos esse caráter. Para monarquistas e republicanos o movimento dos fanáticos de Antônio Conselheiro é hoje restaurador – para eles, para se aproveitarem da agitação que domina o interior do Estado da Bahia; para nós, para a repressão, que temos de fazer dessa agitação. Fosse ou não monarquista em seu nascedouro, o certo é que hoje o é, e que, como tal tem que ser tomado e, como tal tem que ser combatido." (Janotti, 1976: 144/145).

Dessa forma, os jornais que expressavam as preocupações das classes dominantes alimentaram a hipótese de que Antônio Conselheiro e de seus seguidores eram controlados por grupos que queriam restaurar a monarquia no país. Essa hipótese foi criada pela imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo, já que quase nenhum fazendeiro ou autoridade da Bahia acreditava ou manifestara tal temor. Em todo caso, o propalado perigo de "restauração" monárquica foi a justificativa para fazer-se a guerra contra Canudos. Essa fantasma, na verdade, ajudou o combalido regime republicano a unir suas forças e a consolidar-se definitivamente no país. No trecho do jornal " O Estado de São Paulo" há a confissão maquiavélica, sem meias palavras, de que a propalada "restauração monárquica" atribuída aos canudenses não passou de um mito inventado pelos republicanos para justificar a repressão contra Antônio Conselheiro e seus seguidores. Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros assinala que, `` chafurdando na Ciência da Política, governantes, legisladores, autoridades militares e articulistas de importantes jornais manipularam fatos, inventaram alianças entre canudenses e a destronada monarquia, fabricaram navios carregados de armas deslocando-se da Europa para o sertão, conseguindo enfim modelar o pensamento aterrorizado, defensivo e vingativo da época. Desembocando o clina de tensão numa histeria de pânico das populações urbanas, instaura-se o vandalismo na capital da República, com multidões empastelando jornais e destruindo residências de monarquistas nas ruas mais sofisticadas por onde desfilavam os ``segmentos

segmentos mais civilizados`` do país`` (in `` Canudos na perspectiva científica``, site www.portfolium.com.br).

O jornal inglês "The Times", de Londres, fez uma longa análise do que estava acontecendo no sertão baiano, da qual destacamos o seguinte trecho: " O movimento de Antônio Conselheiro não tem importância em si. A facção extremada do partido republicano no Rio acusou os monarquistas de serem cúmplices do Messias sertanejo; mas (...) tal acusação não tem fundamento algum, embora servisse de pretexto para molestar, atacar e até matar proeminentes monarquistas. Esse movimento dos sertões da Bahia tende, porém, a tornar-se um perigo, porque "politiqueiros sem escrúpulos" estão dispostos a servir-se da força que o apoio de um vasto corpo de homens armados lhes pode dar, e é essa possibilidade de intrigas para o futuro que se deve temer" (Galvão, 1977: 76/77). O jornal inglês desmentia o possível caráter monarquista do movimento de Canudos, vendo nele apenas um pretexto para " politiqueiros sem escrúpulos" tirarem proveito, tanto no plano federal, no Rio de Janeiro, quanto no estadual, na Bahia. Dessa forma, a guerra contra Canudos e o seu alarmado monarquismo restaurador não teriam passado de mitos forjados para encobrir interesses políticos mesquinhos, às custas de um banho de sangue sem precedentes na História brasileira.

OS PRIMEIROS LIVROS SOBRE CANUDOS

Terminada a guerra de Canudos, jornalistas, políticos e militares começaram a registrar seus depoimentos em obras escritas com opiniões e juízos sobre Antônio Conselheiro, os sertanejos, Canudos e a guerra. O repórter Manoel Benício Fontenelle reuniu seus artigos publicados no "Jornal do Comércio" e publicou em 1899 a "crônica histórica e de costumes sertanejos" intitulada "O rei dos jagunços", relatando a Campanha de Canudos de forma romanceada, "guardada a maior fidelidade histórica" (MB, p. 6). O acadêmico de Medicina e diretor do Hospital de Variolosos de Canudos na 4a. expedição militar, Alvim Martins Horcades, publicou uma `` Descrição de uma viagem a Canudos``, em 1899. Dias após o fim da guerra de Canudos, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro incumbiu o político e escritor baiano Aristides Augusto Milton de escrever um livro que intitulou-se `` A campanha de Canudos``, publicado em 1900. O tenente Henrique Duque-Estrada de Macedo Soares publicou "A guerra de Canudos"em 1902. O sergipano Manuel Pedro das Dores Bombinho, que acompanhou a quarta expedição em Canudos, escreveu o longo poema `` Canudos, história em versos``, num total de 5.984 versos, divididos em quatro partes. Nessas obras vamos encontrar, com pequenas exceções, a persistência de mitos e versões históricas a serviço dos interesses ideológicos dos grupos políticos dominantes e que repetiam o que havia sido divulgado desde 1874, e pela imprensa durante o conflito. As citações a seguir correspondem às obras citadas acima.

A - O MITO DO MILAGREIRO REPUGNANTE

Sobre a guerra de Canudos, Manoel Benício entendia que, “a comoção de Canudos, eliminação, pelas vias devolutivas, que de ordinário aparece sob a forma religiosa nas raças atrasadas, e economica nas adiantadas, foi um sintoma desta moléstia social que grassa no centro do Brasil, porque a testada já está conquistada por outras gentes e outras idéias” (p. 200). Para Alvim Horcades, a guerra contra Canudos foi`` uma campanha da civilização contra a barbárie`` (p.II). Aristides Milton nota inicialmente que a Campanha de Canudos, `` tendo sido explorada por uma politicagem perversa, serviu muitas vezes de pretexto para agressões injustas ao Governo, e afrontas insensatas ao povo baiano`` (p.12). Desmente o boato de que os monarquistas tivessem ligação com Canudos chamando-o de ``balela`` (p.13). Para Henrique Duque-Estrada, (...) (A trágica guerra de Canudos) foi o fruto das maquinações de um tresloucado e fanatizado aventureiro, quiçá obediente a ocultos e ignóbeis manejos daquilo que no Brasil tem sido a causa de tantos males e a que erroneamente intitulam – Política ! “

Dessa forma, não havia unanimidade entre os autores sobre o que teria desencadeado a guerra, sendo apontadas como causas prováveis: a manifestação religiosa das raças atrasadas, a civilização contra a barbárie, a politicagem, a loucura e o fanatismo.

B - OPINIÕES DOS AUTORES SOBRE ANTÔNIO CONSELHEIRO

Manoel Benício fez os seguintes juízos sobre Antônio Conselheiro: “ austero eremita” (, p.65), “Conselheiro começou a pregar contra a República, não porque soubesse o que fosse república, nem porque fosse monarquista ou assalariado de conspiração monárquica, mas porque a república ameaçava a sua religião “(p. 158); “velho maníaco”(p. 160); “teocrata de Belo Monte “(p. 167); “teocrático eremita”(p. 170); “taciturno César canudense”(p. 176); “Califa de Canudos”(p.179); “inculto missionário”(p.285); “terrível rei de Canudos”(p. 379); “rude evangelizador das selvas” (p.399); “ Simples, sem cultura intelectual, modesto, sem aspirações no mundo, humilde e bom, ele sabia consolar os desesperados e aconselhar para o bem, de sorte que criminosos, velhacos de todos os sexos, homens e mulheres de todas as posições sociais, ouviram-no cheios de contrição e arrependimento, enveredando depois pelo caminho das virtudes. O seu nome será inolvidável na crônica nacional “ (MB) . Alvim Horcades considerava Antônio Conselheiro`` um mentecapto, onde abundavam a hediondez e o banditismo vís`` (p. 59);, chamando-o de`` o bandido-chefe da horda canudense`` (p. 98). Aristides Milton assim caracterizou Antônio Conselheiro: `` Um homem alucinado pela doutrina religiosa, que ele próprio criara, alterando a seu talante a ortodoxia aprendida de seus pais, conseguiu fanatizar uma população numerosa, pela qual era tido em conta de apóstolo insubstituível,

e verdadeiro inspirado de Deus. É exato que ele atacava a república, menos porém pela pretensão de restaurar a monarquia do que pela vontade de ver ainda estabelecidos os institutos, como - por exemplo - o do casamento religioso, que a Constituição de fevereiro havia substituído, incorrendo por isto no desagrado dos tradicionalistas impenitentes (…) Ele se insurgia contra a república, porque esta ousara enfrentá-lo em Maceté, dando assim o sinal de que não reconhecia aquele estado no estado, constituído à sombra de uma tolerância imperdoável, em menoscabo das autoridades e da lei. Cumpre, porém, reconhecer que era preciso ser um homem fora do comum para se impor à multidão por meio da palavra e do gesto, como Antônio Conselheiro o fazia, a despeito de faltar-lhe a eloquência dos oradores de escol, e a majestade grandiosa dos profetas bíblicos (p. 13) (…) não passava de um louco, de um sonhador das cousas do céu`` (p. 14). Para Henrique Duque-Estrada,`` pretensas infidelidades da esposa transformaram-no (Antônio Conselheiro) em criminoso com o assassinato da própria mãe; desde então, estavam de par em par abertas as portas da sua vida original e acidentada. Preso por mais de uma vez, perseguido pela justiça, abandonou o torrão natal e foi procurar um abrigo em terras longínquas (p. 42). O poeta Manuel Pedro das Dores Bombinho manifestou suas opiniões sobre Antônio Conselheiro nos seguintes termos: “Um fanático sem crença nem fé/ (…) Manhoso, malvado era ele (p. 22) ; `` infame Vilão`` (p. 27); O bandido era rei em Canudos (…)``intruso embusteiro Vilão`` (p.35) ; Um bandido sem crença nem fé (p.42), (…) o Conselheiro,/ General dos jagunços no Sertão/ (p.135), `` rei absoluto no Sertão`` (p.141).

Assim, também sobre Antônio Conselheiro não houve unanimidade, embora predomine os juízos condenatórios dos autores que o consideravam fanático, ignorante, mentecapto, bandido, louco, malvado, embusteiro, etc. Porém, enquanto Aristides Milton já vislumbrava em Antônio Conselheiro traços de “um homem fora do comum” ao conduzir seus seguidores, ainda perdurava em Duque-Estrada o mito do Conselheiro como matricida, 26 anos após a sua absolvição pela justiça em Quixeramobim.

C - OPINIÕES DOS AUTORES SOBRE OS CANUDENSES

Manoel Benício viu os canudenses como uma “horda de fanáticos”(p. 57); “ era um composto heterogeneo das diversas castas cruzadas do Brasil. Junto à jovem tapuia domesticada e vagabunda, o caboré feroz, de faca à cinta e bacamarte ao ombro, tresandava o fortum acre da pele mal cuidada. O preto crioulo, o africano quarentão, o curiboca bronzeado, o mameluco, o mulato, o branco, enfim toda casta de cabra descendente de raças puras e raças cruzadas e mestiças, confundia-se ali sem hierarquia moral” (p. 66); “Era como um numeroso magote de ciganos, errando por países estrangeiros. Aleijados, doidos, donzelas, ladrões, doentes, assassinos, vagabundos, cantadores, mucambeiros, cegos, possessos, incestuosos, pobres, afortunados, prostitutas, a mais hedionda mescla que se pode aglomerar por monomania religiosa, estendia-se atrás do Conselheiro, o chefe, o pastor e o pai daquele ambulante Pátio dos Milagres “ (p. 67); “desordeiros”(p.210); “fanáticos” (p. 230). Para Alvim Horcades, os canudenses eram `` desviados da Lei`` (p. 2); `` desvairados`` (p.2); `` nossos ignorantes irmãos`` (p. 27); ``horda jagunçada`` (p. 54); `` jagunçada infrene`` (p. 64); `` o estado mental dos revoltosos de Canudos era extremamente precário, devido ao fanatismo que havia inundado o seu cérebro`` (ps. 115 e 116); `` indivíduos sem completo ou nenhum discernimento de civilização, sendo estes em grande maioria. Assassinos, ladrões, soldados desertados das fileiras do exército e das polícias, beatas, mulheres indolentes e acossadas pela fome, sendo naturalmente acompanhadas por seus filhos, ajuntando-se-lhes ainda negociantes estúpidos e exploradores, foi quem formou a barreira perigosa e quase inexpugnável, que a Pátria teve a de combater em nome dos seus créditos, da sua moralidade e dos foros de civilizados que possuíam seus filhos`` (p. 184). Os canudenses são assim descritos por Aristides Milton: (…) homens e mulheres, velhos e crianças, doentes e sãos (…), pessoas crédulas e simples (…), desordeiros (…), criminosos (…), fanáticos (…). Henrique Duque-Estrada assinalou que, (...) a fama dos milagres do Conselheiro, sempre crescente, a vida patriarcal e preguiçosa que levavam seus asseclas e a segurança em que repousavam, fora da ação das leis, atraíram para Canudos inúmeras famílias de pontos mais ou menos remotos. Em Sergipe e Alagoas, ocorreram sublevações nos respectivos corpos de polícia, e não pequeno número de soldados a Canudos foi ter, desertado, com as armas e munições. Outros desertores e bandidos para lá seguiram, unindo-se aos fanáticos, engrossando as fileiras do Bom Jesus, que a todos recebia amável, aconselhando o crescite et multiplicamini (ps. 44/45). Sobre os canudenses, Bombinho fez os seguintes juízos: ``jagunços``, ``sequiosos de mui sangue`` (p. 16), `` São feras e não homens os jagunços/ São cruéis, traiçoeiros tiranos/ Não combatem no campo da honra/ Nada tem de cristãos ou humanos// `` (p.17), ``bandidos`` (p.19), `` malvados jagunços`` (p.55), (…)`` feras bravias`` (p.105), `` são hienas e não homens os jagunços/ Pra eles não existia perdão/ Eram ordens recebidas do chefe/ Que se dizia general no Sertão`` //(p.111), Alarma sem nome e nunca visto/ Foi aquele que ali se viu então/ Grande grupo de jagunços atrevidos/ Aniquilando as fazendas do sertão// (p. 129), ``canalha`` //(p.207), ``Pois que com tino bem seguro/ Sabia o Conselheiro manobrar/ O povo que dispunha em Canudos/ Era valente e não sabia recuar.// (p.253).

Foram tantos os impropérios assacados contra os canudenses pelos autores que seria impossível reduzí-los a alguns exemplos. Todos revelavam uma visão social elitista impregnada de desprezo pelos humildes sertanejos, e, como no caso do poeta Bombinho, negando até sua humanidade e rebaixando-os na escala zoológica, ao afirmar que eram “feras e não homens os jagunços” e que “nada tem de cristãos ou humanos”. Esse argumento servia para abonar os excessos praticados pelos militares durante e após a guerra, ao não deixar sobreviventes que pudessem testemunhar as barbaridades cometidas em nome da “Ordem e do Progresso”.

D - OPINIÕES DOS AUTORES SOBRE CANUDOS

Alvim Horcades via Canudos como um `` pesadelo angustioso`` (p. III); `` o hediondo e lúgubre Canudos`` (p. 30); `` antro que resguardava a selvageria e a perversidade do castigo ordenado por um poder superior`` (p. 80); `` Canudos não era mais do que um antro de ignorância, que o medo e a covardia de alguns tornaram em um reduto quase inexpugnável`` (p. 96); `` antro de misérias`` (p. 131); Aristides Milton assim avaliava e comparava Canudos: `` E foi desse modo que se formou aquela nova Vendéia, comparável à da França pelos acidentes topográficos, que ambas ofereciam, natureza especial do solo, devotamento cego a uma superstição e a um erro, pretexto religioso também como justificativa de uma conduta antipatriótica, insensata e criminosa afinal. Para ser mais perfeita a semelhança, que assim fica indicada, o jagunço baiano usava de processo igual ao dos insurretos da gleba francesa. Ele caçava os soldados republicanos de dentro dos matagais onde costumava se ocultar, como os outros tinham atacado o Exército nacional, a fuzil (…) (p.16). Bombinho considerava Canudos como um (…) covil de tantos bandidos// (p.76).

Horcades usa expressões carregadas de negativismo ao referir-se a Canudos, enquanto Aristides Milton, revelando uma provável influência dos dois famosos artigos de Euclides da Cunha, “A Nossa Vendéia”, compara Canudos e a tática de luta dos canudenses à revolta dos camponeses monarquistas e católicos da região da Vendéia durante a Revolução Francesa (1789-1799), contra a República que executou o rei Luís XVI e a rainha Maria Antonieta na guilhotina. Aliás, sobre o propalado monarquismo dos canudenses, Alvim Horcades fez questão de observar indignado: ``Nem sequer o nome de um só filho da Bahia figurou ali como cúmplice de idéias monárquicas. Até mesmo não creio que as houvesse; e se alguém que lá esteve o afirmar não apresentará, certamente,

as provas patentes de suas asserções, porque ninguém pesquisou mais esses negócios do que eu, para quando falasse ser com a base precisa de quem tem convicção`` (p. 95); (…) dizer-se que o elemento monárquico era o que ali existia, é uma mentira e ao mesmo tempo uma injúria atirada à face dos cidadãos que ali combateram em prol da República. A idéia monárquica nunca existiu ali, mas sim a ignorância, auxiliada pela perversidade e chefiada por um maníaco--bandido`` (p. 184); (…) Monarquia em Canudos nunca houve; nunca, nunca e nunca`` (p. 186). Horcades repudia o mito político da restauração monárquica que a República explorou para justificar a guerra contra Canudos, mas alimenta outro mito, de natureza psicológica e cultural, ao atribuí-la à "ignorância, auxiliada pela perversidade e chefiada por um maníaco-bandido".

E - OPINIÕES DOS AUTORES SOBRE OS MILITARES

Todos os escritores teceram elogios hiperbólicos aos militares, em contrapartida às críticas veementes aos canudenses. Alvim Horcades considerava os militares "defensores das instituições republicanas contra as garras do fanatismo de um grupo de irmãos degenerados pereciam em Canudos `` (p. 1); "nossos caros irmãos`` (p. 2); `` gigantes, leões, homens feitos de aço`` (p. 68). Em relação aos militares que combateram Canudos, Aristides Milton anotou: "Disse um documento oficial: a raiva tocava o seu auge, e tanto o inimigo como os nossos esqueciam-se da misericórdia; fuzilavam-se a dois passos de distância, ou matavam-se à baioneta, a machado, à faca, por todas as formas, enquanto que as casas conquistadas, verdadeiros redutos, eram devastadas pelo incêndio. Um horror, em suma.`` (p.128); `` o compatriota não pode ser confundido com o verdadeiro inimigo, jamais !`` (p.131). Aristides Milton omite sutilmente a decapitação do cadáver de Antônio Conselheiro: (…) descobriram-lhe a sepultura, de onde foi retirado o seu cadáver, a fim de lhe reconhecer a identidade (…) Concluído o auto, relativo a essa diligência, o corpo do Conselheiro foi de novo encerrado na cova`` (p.134) Sobre os militares que combateram Canudos, Bombinho fez as seguintes considerações: `` heróis``(p.15), `` heróicos`` (p.17),`` bravo Major destemido`` (p.48), `` soldados intrépidos`` (p.50), `` heróis dos heróis`` (p.53), `` Moreira César Coronel destemido`` (p.63), `` homem de tino`` (p.64), ``bravo Coronel`` (p.66), `` O Major Cunha Matos/ Homem de muito valor/ Não receiava da luta/ Tinha pela pátria amor``// (p.75), `` pobres soldados`` (p.107), `` Os soldados pobres coitados`` (p.110), `` Os pobres infelizes soldados`` (p.112), ``destemidos`` (p.116), ``Generais de valor e bizarria`` (p.143), `` Os soldados lutavam com amor`` (p.153), `` Os heróicos e intrépides soldados/ Morriam dando vivas a Nação`` (p.154), ``heróicos batalhões`` //(p.196).

F - OPINIÕES DOS AUTORES SOBRE A REPRESSÃO CONTRA CANUDOS

Sobre a repressão e a degola de canudenses, Manoel Benício manifestou-se: "O futuro há de dizer se a um governo humano assiste o poder de ser desumano com os seus governados antes de verificar maduramente qual o crime porque deixa-os ser punidos com o degolamento em massa" (p. 323) Alvim Horcades, mais veemente, anotou: `` Eu fui dos primeiros a apreciar, por entre as ruínas, tudo quanto havia. Horror ! e mais horror ! o cúmulo do horror ! (p. 91); ``Em Canudos foram degolados quase todos os prisioneiros `` (p. 103); `` Belo exemplo de civismo e progredimento social ! Levar-se homens de braços atados para trás como criminosos de lesa-majestade, indefesos, e perto mesmo de seus companheiros, para maior escárnio, levantar-se pelo nariz a cabeça, como se fora a de uma ave, e cortar-lhe com o assassino ferro o pescoço deixando cair a cabeça sobre o solo - é o cúmulo do banditismo praticado a sangue frio como se fora uma ação nobilitante ! Assassinar-se uma mulher, pelo simples fato de ser o seu companheiro conivente com o que se dava - é o auge da miséria ! Arrancar-se a vida a criancinhas que ainda não haviam sentido o mais leve bafejo da ação corruptora do humanismo, cérebros inconscientes em que não haviam vibrado ainda sentimentos maus e que mais tarde concorreriam para solidificar a muralha pujante que sustenta as crianças republicanas - é o maior dos barbarismos e dos crimes monstruosos que o homem pode praticar ! E além de tudo, estes prisioneiros estavam isentos de quaisquer castigos pelo juiz o mais probo e severo - a ciência, porquanto a psicologia diz que o fanático é irresponsável, é inconsciente; e ainda as leis de guerra do nosso país, como de todos, suponho que garantem a vida do prisioneiro. Mas entendeu-se que ali a lei era a força e o juiz o punhal. Que horrível decepção para nós ! (ps. 104 e 105); (…) mandar extinguir, constantes e resolutos, qualidades talvez as mais essenciais para o homem da guerra, que deram uma excelente lição aos homens governantes e governados, é bárbaro, é desumano ! (p. 106); `` De que nos serviu ela (a vitória )? Ela não foi mais do que um pacto vergonhoso, realizado à sombra do auri-verde pavilhão e escudado pela efígie da República … `` (p. 109); (…) tratou-se de pôr em prática o plano traçado pelo general-em-chefe: - Não deixar ficar em pé nem um só pau que indicasse ter havido ali uma choça sequer `` (p. 124).

Sobre a destruição de Canudos, o tenente Henrique Duque-Estrada observou espartanamente, laconicamente, como um militar cumpridor de ordens superiores: (…) Foi decidido que nem uma parede se conservasse de pé, nem uma estaca sequer, lembrando ter existido o formidável reduto. Para sua completa destruição foram dadas as respectivas ordens e, ao amanhecer de 6, centenas de soldados começaram a afanosa tarefa, amontoando paus, caibros, vigas, ateando-lhes fogo, reforçado com os milhares de corpos perdidos entre as ruínas. Tudo foi demolido, arrancado e queimado: o arrasamento foi completo.

Sob os alicerces das igrejas foram estabelecidas minas, que, explodindo com reboante estrondo, fizeram voar massas enormes de granito, terra e areia. (…) No dia 10 tudo mais havia desaparecido. Fora terrível o castigo imposto aos perturbadores da ordem e dificilmente os próprios fanáticos sobreviventes reconheceriam os lugares das antigas habitações.`` (Macedo Soares, 1985: 229). Essa era a visão oficial da guerra dos guardiães da ordem, contra os "perturbadores da ordem". Duque-Estrada descreve a destruição completa de Canudos à base de fogo e de tiros de canhão, omitindo a degola de prisioneiros, e justificando-a como um `` castigo imposto aos perturbadores da ordem``. Deixa clara a intenção de riscar Canudos do mapa, para que, com o tempo, também fosse sendo apagada da memória e caísse no esquecimento. Portanto, Canudos teve o mesmo destino de muitas cidades arrasadas pelos inimigos, como Mileto pelos persas, Cartago pelos romanos, Tenochtitlán pelos espanhóis e Varsóvia, Oradour-sur-Glane e Lídice pelos nazistas alemães.

Bombinho não se conteve sobre a repressão denunciando em versos:``-Pacheco comandante do piquete/ Assaltou a posição do inimigo/ Cercou com coragem e muito tino/ E consultou ao Teles seu amigo// O que devo fazer de uns jagunços/ Que os prendi e se acham encurralados?/ Degola degola em continente / Em continente foram todos executados/ (p.255).(…) a luta era forte e mais que forte/ Os jagunços eram duros de acabar// (p.278) Na passagem do rio, ou mais adiante/ Eram logo chamados um por um/ Degola tal canalha já e já/ Que não fique da canalha aqui nenhum.// (p.331), ``Crueldade inaudita e monstruosa/ Foi aquela que ali se viu então/ Os jagunços eram todos degolados/ Não faziam parte da Nação// Ignorantes e de baixa classe eram eles/ Na força predominou a crueldade/ Que vergonha meu Deus para o país!/ Foi tais cenas para nós fatalidade.// (p.333)

Dessa forma, só depois de terminada a guerra de Canudos é que começaram as denúncias contra os excessos praticados e os mitos oficiais que os justificaram, mas estes resistiram, prolongando-se através do tempo em muitas opiniões. Horcades denunciou a politicagem, as degolas de prisioneiros, prisioneiras e crianças, as vinganças, o `` banditismo``, os ``barbarismos`` e ``crimes monstruosos`` praticados pelos militares, as execuções feitas sem julgamento, o desrespeito aos direitos mais elementares, a política de terra-arrasada contra Canudos e o mito de existirem ali agentes interessados na restauração da monarquia, enfim, tudo aquilo que Euclides chamaria de ``crime contra a nacionalidade`` em seu livro "Os sertões", publicado em 1902.. Horcades ironiza `` o belo exemplo de civismo e de progredimento social`` dado pelos republicanos. Essa foi a ideologia republicana que proclamava o lema `` ordem e progresso``, de inspiração positivista, levada pelos soldados para o sertão baiano e que justificou todos os crimes em nome da ``civilização`` contra aqueles que representavam a ``desordem``, o ``atraso`` e a ``barbárie``.

OS PRIMEIROS LIVROS SOBRE CANUDOS

Em 1920, Robert B. Cunninghame Graham, inglês residente em Buenos Aires, publicou em Londres o livro `` Um místico brasileiro - Vida e milagres de Antônio Conselheiro``. Essa obra inspirou-se sobretudo na leitura de ``Os sertões``, de Euclides da Cunha, mantendo muitas informações e conceitos do grande autor fluminense. Cunningham Graham cometeu erros ingênuos de informação e interpretação, já que não teve contato direto com a região de Canudos nem com outras obras sobre a guerra de Canudos, escassas na época. Utilizando idéias anglófilas, aristocráticas, racistas e deterministas, emanadas do contexto social e intelectual inglês da época, interpretou a seu modo Antônio Conselheiro, os sertanejos e Canudos, sem deixar de revelar também sua antipatia pelo catolicismo, já que era protestante.

Graham afirma que o sertanejo resultou do cruzamento de três raças, de quem teria herdado os seguintes atributos: `` Seu sangue indígena dá a ele firmeza e uma paciência sobrehumana nas adversidades. Por um lado, de seus antepassados brancos ele herdou a inteligência, o amor pelo indivíduo, por outro, a ampla liberdade inerente às raças latinas, bons modos e uma significativa dose de respeito por si mesmo. O toque de sangue negro, embora no sertão tenda a desaparecer da raça, pelo menos das características físicas, pode porventura ter dado a ele quaisquer qualidades que o africano afirma ter``(p. 50). Para Graham, `` das profundezas da superstição e da violência, Antônio Conselheiro surgiu para mergulhar todo o sertão em um eretismo de fanatismo religioso e de sangue`` (p.74), embora reconhecendo que `` sua educação foi superior à de seus parentes, recebida muito provavelmente dos padres, que certamente lhe inculcariam ódio às idéias republicanas, lealdade à monarquia e respeito por todo tipo de tradições antigas. Suas leituras certamente estavam restritas a vidas de santos, livros de religião e o breviário. O que encontrou na atmosfera do sertão foi o sebastianismo, que ninguém questionava, e a vida toda que levou o conduziu para o misticismo`` (p. 83). Graham exalta a inteligência, a liberdade e individualismo do tipo branco de origem européia, atribuindo ao indígena e ao negro qualidades secundárias, sendo neste último condicional às "qualidades que o africano afirma ter", numa evidente interpretação baseada em mitos racistas europeus da época.

Graham cometeu equívocos de informação e interpretação ao fazer várias afirmações, dentre as quais destacamos as seguintes: que Antônio Conselheiro nasceu ``cerca de 1842 ``(p.83) (o ano correto é 1830); que o nome de sua mulher `` a história não conservou`` (p. 85) (o nome era Brasilina); que `` em Ipu teve a oportunidade de entrar para a política`` (p.86) (o Conselheiro entrou para a política); que ao tornar-se beato " não estava louco, não de todo lúcido`` (p.89) ( expressão desprovida de sentido, ambígua, vaga); que ``sua própria semi-lou-

loucura deu-lhe autoridade`` (p. 90) (haveria uma semi-lucidez ?); que era seguido por ``desclassificados, negros, esses habitantes da dupla Bohemia da pobreza e da cor, (que) deixavam a caneca ou a gadanha estendida no campo e engrossavam a multidão de fiéis, à qual se juntou o devido fermento de ladrões e desses homens que, nas regiões silvestres como o sertão, começam sua vida com uma junta de bois que gradualmente produz um rebanho (…) Toda essa gente, derrotada na luta pela vida, era precisamente a classe de homens que acodem a um profeta (…) (p.92) (se Graham teve alguma razão em enumerar e julgar os conselheiristas dessa forma preconceituosa, mais méritos tiveram eles em viver honradamente ao lado do Conselheiro em Canudos); que no seu séquito, ``a massa do mesmo estava composta por mestiços raciais, mulatos, negros e ainda caboclos, e um estranho cruzamento de índios e negros, de aspecto simiesco, conhecidos no Brasil como cafuzos`` (p. 93) (já assinalamos acima como a redução de seres humanos à escala zoológica implica numa desculpa com a intenção de eliminá-los); que ele foi absolvido da acusação de ter matado a espôsa e sua própria mãe, porque elas `` estavam vivas`` nessa época (p.96) (a mãe de Antônio Conselheiro morrera quando ele tinha 6 anos e a mulher sobreviveu a ele); que,`` como é natural, os frades pregadores, dos quais havia no Brasil uma quantidade considerável, eram todos seus inimigos. Ele se metia em sua diocese, cobrava dos camponeses as contribuições que aqueles haviam tido como privilégio próprio e os superava na esfera da pregação, que eles consideravam seu território especial no campo religioso`` (p. 99) (Antônio Conselheiro recebeu inúmeros elogios de sacerdotes católicos, tendo desfrutado a amizade de muitos deles); que `` o tipo de vida que levava e sua intervenção em assuntos espirituais como batismos, festividades, novenas etc, provocaram o receio tanto dos frades pregadores como do clero regular, que viram suas reservas atacadas pelas cerimônias não autorizadas de Antônio Conselheiro e suas incursões em um terreno particularmente próprio`` (pags. 104/105) (testemunhas assinalaram que Antônio Conselheiro jamais ministrou os sacramentos católicos reservado somente aos padres ordenados); que ``seus milagres foram bem-testemunhados e acreditados, apesar de que ele mesmo nunca proferiu a menor pretensão de poder sobrenatural`` (p. 108) (não se conhece nenhum depoimento ou testemunha que tenha presenciado um milagre de Antônio Conselheiro, ou melhor, talvez o seu grande "milagre " tenha sido Canudos…) ; que``a abdicação de Dom Pedro de Alcântara, (ocorreu) no ano de 1893`` (p. 109) (D. Pedro II foi deposto pelos republicanos em 15 de novembro de 1889) ; que Antônio Conselheiro `` dava pouca importância ao casamento`` (p. 120) (Antônio Conselheiro só aceitava o casamento religioso e não o casamento civil) ; que ``Canudos foi o ponto de concentração dos bandos errantes de bandidos, ladrões de gado e miseráveis que durante anos haviam infestado todo o território, entre o rio São Francisco e o das Éguas - de fato, desde o Piauí até a província de Goiás`` (p.141) (Canudos

atraiu os marginalizados, os humilhados e ofendidos do sertão); que a segunda expedição contra Canudos foi comandada pelo `` coronel Pedro Nunes Tamarindo`` (p.152) (a segunda expedição contra Canudos foi comandada pelo major Febrônio de Brito) ; que o povoado de Monte Santo foi o `` lugar de nascimento do frade missionário Apolônio de Todi`` (p. 153) (Frei Apolônio nasceu em Todi, na Itália), etc..

OS MITOS DE UM HISTORIADOR BRASILEIRO PARA INGLESES

Se os equívocos de Robert B. Cunninghamme Graham em seu livro deveram-se, em parte, ao fato de ser inglês e não ter contato com a realidade brasileira, são chocantes as opiniões de João Pandiá Calógeras, político conservador mineiro que chegou a ser Ministro da Guerra na presidëncia de Epitácio Pessoa (1919-1922). O trecho a seguir faz parte de seu livro "Formação Histórica do Brasil", escrito para leitores ingleses em 1930, e com certeza queria impressioná-los. Calógeras explica Canudos assim: " A população do interior é uma mescla de gente ignorante, misturada com mestiços oriundos de índios e de escravos africanos. Um velho fazendeiro do Ceará, tendo sofrido grandes perseguições por parte dos chefes e autoridades subalternas locais, fugiu após ter assassinado um de seus atormentadores, refugiou-se no sertão da Bahia. Ali, vivendo de esmolas, vagueava de fazenda em fazenda, demorando-se por vezes mais um pouco em arraiais ou vilas sertanejas (...) Dele não se pode dizer que fosse inteiramente são de espírito; sua doutrina era uma extraordinária mistura de cristianismo primitivo, absurdos supersticiosos, ódio e revolta contra todas as autoridades, como consequência do que a suas mãos havia sofrido. Era mais um caso moral, passível de intervenção eclesiástica, paciente e fraterna, para conduzir ao aprisco ovelhas desgarradas, ou talvez um exemplo de tratamento psicológico ou mesmo psiquiátrico, do que uma ocasião de proclamar qualquer índole ou motivo político. As turbas que se ajuntavam em torno de Antônio Conselheiro, tal era o seu nome, manifestavam mero fanatismo (...) formou em Canudos uma larga cidade de cafuas, na qual milhares de seus sectários viviam em promiscuidade e em ajuntamento ilegal. Desordem, quer moral, quer legal, era regra tolerada, e mesmo desculpada, pelo chefe. Tantos eram os roubos, violações de propriedade ou de leis, diariamente cometidos, que o governo da Bahia se viu forçado a intervir para reprimir a anarquia. Muitas expedições foram mandadas para restaurar a lei e a ordem, e apagar tal centro de inconduta. Missionários haviam sido repelidos." (Calógeras, 1930: 348…)

Poucos textos sobre Antônio Conselheiro, os sertanejos e Canudos foram tão injustos como o de Pandiá Calógeras. Suas opiniões formam um amontoado de mitos, eivados de preconceitos, invencionices, calúnias, difamações, manipulação total da História, má-fé absoluta. Afirmar que Antônio Conselheiro " fugiu (do Ceará) após ter assassinado um de seus atormentadores ", que ele não era

“ inteiramente são de espírito” , que sua doutrina “ era uma extraordinária mistura de cristianismo primitivo, absurdos supersticiosos, ódio e revolta contra todas as autoridades”, que seu caso pessoal talvez fosse resolvido com “ tratamento psicológico ou mesmo psiquiátrico”, que seus “sectários viviam em promiscuidade e em ajuntamento ilegal”, que em Canudos imperava a “desordem, quer moral, quer legal”, que a intervenção militar contra Canudos foi provocada para impedir “ os roubos, violações de propriedade ou de leis, diariamente cometidos” pelos sertanejos e para “ restaurar a lei e a ordem e apagar tal centro de inconduta”, etc. Isso, em 1930, era virar as costas para os fatos históricos e manipular a História a favor dos vencedores e defender a versão histórica oficial da guerra, inalterada e até piorada em alguns aspectos. A persistência dessa visão histórica antipopular, elitista, preconceituosa, mítica, difamatória, manipulada para atender os interesses da classe dominante, ainda resistiria por muito tempo na cultura brasileira até começar a ser contestada.

OS MITOS DE GRAÇA

Em 1940, o escritor alagoano Graciliano Ramos escreveu sua versão sobre Antônio Conselheiro, os sertanejos e Canudos, em muitos pontos semelhantes às visões de Cunninghamme Graham e Pandiá Calógeras. O texto intitulado “Canudos” está incluído no livro “ Alexandre e outros heróis”, Ed. Record, RJ, 14ª edição, 1977.

Esse texto foi redigido por Graciliano Ramos como parte de uma “Pequena História da República”, “livro destinado às crianças”, em 1940, para a revista “Diretrizes”. Estávamos na época do Estado Novo, da ditadura de Getúlio Vargas, de clara inspiração fascista, ultraconservadora, contrária aos movimentos populares, censora e repressora. Anos antes, o próprio Graciliano fora preso e seus livros proibidos no país. A visão de Canudos por Graciliano Ramos é estranha e descuidada, pois repetia todas as distorções, exageros, pouco caso, má-fé, calúnias, invencionices e erros crassos escritos desde 1874, há quase 70 anos.... Sobre o Conselheiro, por exemplo, afirmou: ele era de uma “família de malucos”, era “ louco e meio analfabeto”, dizia “coisas desconexas”, era “idiota”, pregava “idéias subversivas” e “era um monarquista perigoso”. Sobre os sertanejos que seguiam o Conselheiro, afirmou que eram “sujeitos menos loucos e mais analfabetos que ele, a pior canalha da roça” e “ fanáticos”. Não discute as causas que provocaram a guerra, que é tratada superficialmente, apenas sob a ótica oficial. Por duas vezes, chamou o lugarejo de Uauá de “Naná”... Ao descrever a guerra, trata com simpatia os militares, exaltando sua bravura, escondendo suas deficiências, maquiando suas derrotas, omitindo qualquer referência simpática aos sertanejos. Termina o texto laconicamente, evitando denunciar o massacre dos prisioneiros, as degolas, assim: “ Dos combatentes nenhum foi preso: morreram todos.” (Ramos, 1977: 151…)

MITOS DE MAIS DE 50 ANOS NOS ANOS 50

No volume número 5 da obra chamada `` Histórias da nossa história``, de José Pimentel Pinto, publicada na década de 50, sem data precisa, pela Editora do Brasil S/A, voltamos aos velhos mitos contra Antônio Conselheiro, considerado como ``fanático milagroso e falso monge``, e os sertanejos, classificados como `` fanáticos ignorantes`` e `` horda de rudes sertanejos``. A presença de Antônio Conselheiro é explicada de forma curiosa, sem antecedentes, miticamente, pela simples palavra ``surgiu``… Fazendo contorcionismos verbais, o autor evita reconhecer o valor dos sertanejos, atribuindo o fracasso das expedições a explicações truncadas como `` facilmente desbaratadas``, `` malogrou tristemente`` e `` ao desconhecimento da região, aos rigores do clima e à pouca experiência de combate nessas paragens``… Refere-se ao `` espírito fanático dos ``jagunços`` de Conselheiro `` como um dos motivos que impeliam os sertanejos à luta. Chama o general Artur Oscar de Andrade Guimarães de ``Artur Costa``, confundindo-o provavelmente com o ministro da Fazenda de Getúlio Vargas nas décadas de 30 e 40, Artur (de Souza) Costa, num descaso de informação clamoroso… Afirma que a última expedição era composta por 6.000 homens, quando chegara aos 10.000 homens. Conclui afirmando que o custo da guerra foi de 5.000 `` preciosas vidas``, referindo-se aos soldados, “esquecendo-se” de mencionar as milhares de vidas dos sertanejos que morreram ou foram mortos pelos militares, que, com certeza, para ele deviam ser vidas dispensáveis, sem importância, indignas até de menção.

A MEMÓRIA E AS PALAVRAS DOS SOBREVIVENTES

Em 1953, o jornalista Luciano Carneiro conseguiu entrevistar dois raros sobreviventes da guerra de Canudos que faziam parte do grupo de Antônio Conselheiro. Eram eles Manoel Ciríaco e Pedrão. A entrevista saiu na revista `` O Cruzeiro`` e foi resumida da seguinte forma: `` Antônio Conselheiro não era contra a Igreja Católica. Acatava os padres, respeitava os sacramentos, jamais oficiava uma cerimônia qualquer que fosse privativa de um clérigo. Não se considerava um enviado dos céus. A quem se ajoelhava para tomar-lhe a benção, dizia: `` Levanta-te, que Deus é uma outra pessoa``. Só pregava o bem e só fazia o bem. Construiu as melhores igrejas da região, combateu o roubo, a mentira e o homicídio. Impediu que vivessem juntos os casais não unidos na Igreja. Mandava chamar um padre para batizar, casar e confessar a gente do arraial. Mentira que ele fosse tolerante para com o amor livre. Jamais empunhou um revólver ou um fuzil, por acesa que a luta estivesse. Sua arma era o rosário. Sim, era contra a República. Talvez porque o novo regime separou o Estado da Igreja. Mas não pensava em lutar fora de Canudos. Nunca pensou em rendição, pois não reconhecia o Governo que mandara atacar o arraial. Enquanto fosse

vivo, mandou anunciar, o dinheiro republicano não correria no arraial. Não correu. Das presas de guerra, só permitia que se utilizassem as armas. Dinheiro, mantimentos, pertences, tudo era jogado no mato. Conselheiro não queria a sua gente com as coisas dos ``incréus``. Às vezes o povo matava a fome com ``cabeça de frade``, embora o inimigo houvesse abandonado, na estrada, grande quantidade de charque. Não importava. Antes a fome do que botar na bôca comida da República. Parecia não odiar ninguém. Era um bom.`` (Carneiro, 1965: 113/114)

Em 1955, Paulo Dantas entrevistou Maria Mamede de Jesus, sobrevivente de Canudos, então com 80 anos, que disse o seguinte: `` O Conselheiro me ensinava os bons caminhos; queria todos nós nas obras pias. Se chega uma pessoa em sua casa e ela manda proceder bem, você pode ficar com raiva dessa pessoa ? Assim era o meu Santo Conselheiro que quando aqui chegou nos dizia: a perseguição vem nem que se caminhe palmo por palmo. Era um tempo de fartura, nada faltou no tempo do Conselheiro. Nos seus conselhos ele dizia: aquele que derramar sangue como Jesus derramou, será salvo mesmo que tenha pecado da cabeça aos pés. Não gostei do que fizeram degolando tanta gente. Era gente nessa caatinga que nem formiga doida no tempo de mutirão. Os conselhos que ele dava eu guardava no coração. Eu o vi montado no seu cavalinho, morenozinho com os cabelos cortados nos ombros. Não comia carne. Sua comida vinha num papeiro de menino. De tudo comia e de tudo voltava`` ( in Dantas, Paulo, ``Os Sertões de Euclides e outros sertões``, Comissão Estadual de Literatura, São Paulo, 1969).

José Ciríaco, irmão de Manuel Ciríaco e de Maria Mamede, declarou em 1959: `` O tempo do Conselheiro, antes da guerra começar, nos alvoroços, foi um tempo de paz. Havia muito legume de caroço e criações de chiqueiro. O rio tinha muita água e se comia muito sortido de boi e de bode`` (Dantas, 1969: 128)

Esses depoimentos orais daqueles que tiveram contato direto com Antônio Conselheiro ajudam a confirmar certos traços de sua pessoa, de suas convicções pessoais e de como era Canudos. Confirmam que Conselheiro era católico fervoroso, trabalhador, vegetariano, aconselhador, estimulador de casamentos, contrário à república, disposto a resistir contra ela, etc, e que, contrariamente ao que se divulgou na época, existia fartura em Canudos antes da guerra.

Em 1962, o jornalista Nertan Macedo conseguiu um importante depoimento de Honório Vilanova, sobrevivente de Canudos: " Um dia, (meu irmão e compadre) Antônio (Vilanova) me convidou para morar também em Canudos. Eu e ele, já éramos casados. Fui, antes, dar uma espiada no arraial. Gostei tanto da ordem ali observada que resolvi ficar. Canudos era um pedaço de chão bem-aventurado. Não precisava nem mesmo de chuva. Tinha de tudo. (...) Durante o dia alguns homens levavam nas carretas de madeira ou na cabeça, conforme a promessa ou a necessidade, pedras para a construção da nova igreja. Quase nunca aparecia o Peregrino. Vivia dentro de casa, meditando ou rezando. Os homens, repito, não eram tanto de frequentar os ofícios.

As mulheres, sim, iam quase todas ao santuário ou à latada, onde rezavam e ouviam pregação. (...) Cachaça, não. Nem devassidão. Era um povo ordeiro e não havia briga. (...) dele próprio nunca falou o Peregrino. (...) Uma única vez falou de si, dizendo que, quando menino, fora maltratado pela madrasta. (...) Não era doido e ninguém soube de fatos que lhe desabonassem a conduta. Santos e justos eram os seus conselhos a todos, homens e mulheres. Ah, não pegava em dinheiro da República! Mas não pegava em dinheiro de qualquer espécie, nem mesmo o de D. Pedro II! (...) Grande era o Canudos do meu tempo. Quem tinha roça tratava da roça, na beira do rio. Quem tinha gado tratava de gado. Quem tinha mulher e filhos tratava da mulher e dos filhos. Quem gostava de reza ia rezar. De tudo se tratava porque a nenhum pertencia e era de todos, pequenos e grandes, na regra ensinada pelo Peregrino. Eu e compadre Antônio tinhamos a nossa loja, mesmo defronte ao santuário. Era um formigueiro de gente, zelosa e ordeira nos seus bons costumes, onde não havia uma só mulher prostituta. Do balcão eu via em derredor a quietude e a paz em que findavam os dias. Reinava o Peregrino. A sua palavra era ouro de lei. (...) De vez em quando aparecia o Padre Sabino, vigário do Cumbe, que vinha celebrar, batizar e casar na igreja do Peregrino. O reverendo gostava de Canudos e ali ficava mais de um dia e era muito bem recebido. Depois ia embora, com a bolsa regalada. (...) Os mascates que chegavam a Canudos viam a nossa paz, prosperidade e riqueza e saíam propalando pelo mundo. (...) Não havia precisão de roubar em Canudos porque tudo existia em abundância, gado e roçado, provisões não faltavam. Se o Peregrino ditava contra a República é porque a República era contra a religião. De sua vida, já disse, nada dizia o Peregrino. Só de uma feita, quando perguntou ao povo: " como posso ter assassinado minha mãe se fui maltratado pela minha madrasta ? " (Macedo,1964: 39, 40, 67, 69 e 70).

Esse precioso depoimento foi recolhido quando Honório Vilanova tinha 97 anos de idade. A descrição que fez de Canudos 65 anos após a sua destruição é impressionante. Cita a ordem, a fartura, os trabalhos, as rezas, a ausência de vícios, a religiosidade do Conselheiro, o comunitarismo de bens, a presença ocasional de um padre, a paz em que viviam, a ausência de roubos e a aversão do Conselheiro pela República por julgar que ela " era contra a religião". A ser verdadeiro tudo isso, Canudos foi realmente uma utopia no sertão, utopia não copiada de livros de autores europeus, mas organizada na prática para negar tudo aquilo que o Império e a República tinham "oferecido" até então aos pobres, ou seja, violência, fome, exploração, escravidão, egoísmo, marginalização, repressão, etc.

LUTA DE CLASSES NO SERTÃO

Em 1958, o sociólogo Rui Facó apresentou uma nova interpretação conceitual para explicar o que teria sido o fenômeno canudense: " Canudos foi, sob a capa do misticismo religioso em torno do Conselheiro, fundamentalmente uma luta de classes – uma luta aguerrida contra o latifúndio, contra a miséria e a exploração terríveis que o monopólio da terra engendra e mantém secularmente no Brasil . Cinco ou seis mil famílias, deslocadas da terra por fatores diversos, mas fundamentalmente pela opressão dos grandes fazendeiros semifeudais, procuravam viver, e para isso lutavam de armas na mão. Lutavam contra uma ordem de coisas injusta, brutalmente opressiva, que esmagava qualquer anseio de vida, para não falar em liberdade. (...) eles travavam uma luta de classes. Inconscientemente, não importa, mas uma luta de classes." (Facó,1980: 115).

Rui Facó era marxista e interpretou a guerra de Canudos segundo essa ideologia, como uma luta entre classes sociais, sob a aparência de um conflito religioso. Assim, depois de ter sido explicada por diversos autores como uma luta entre raças superiores e inferiores, entre civilização (litoral) e barbárie (sertão), entre republicanos e monarquistas, entre católicos e fanáticos, a guerra de Canudos passa a ser explicada como uma guerra entre ricos e pobres, os primeiros representando o latifúndio e as grandes famílias de proprietários, contra os pobres, explorados e oprimidos que se apegavam à religião por não ter consciência de sua luta social.

LUTA DE CLASSES NO SERTÃO

Em 1968/1969, o professor Flávio José Simões Costa apresentou sua dissertação de Mestrado na Universidade Federal da Bahia, mas só a publicou na forma de livro em 1998 , com o título de "Antonio Conselheiro, louco? ", um estudo sobre o líder canudense à luz de conceitos de psicologia social. Vamos transcrever algumas de suas reflexões:

…) Diríamos, enfaticamente que, sob o ponto de vista da análise vivencial, considerando-se sua história de vida, os ambientes de família e do sertão onde se criou, Antonio Conselheiro não foi um doente mental do tipo delirante como queria Nina Rodrigues e tantos outros. Diríamos mais que, para efeito de uma análise de sua personalidade, as fases de sua vida, seu comportamento místico, nada têm de loucura, antes representam normalidade e coerência com a forma de vida religiosa que adotou, quando readaptou seu esquema vivencial.

Os fatos singulares de sua vida atribulada representam para nós, sobretudo, o manifestar-se natural de uma personalidade buscando encontrar aquele destino onde melhor possa cumprir seu plano de vida. São expressão de tentativas naturais que o ser empreende, buscando realizar-se naquela configuração existencial onde menos sofra, resultado natural de uma personalidade mística

que tentou realizar-se, adotando papéis diversos, na busca do seu destino vivencial.

Antonio Conselheiro não foi uma personalidade anormal. Não foi sequer um fanático (…)

Não, Antonio Conselheiro não foi um fanático. Nada há, em sua atribulada existência, evidenciando o ódio reprimido que daria caracterização ao tipo psicológico. Nada de idéia fixa que conduz à destruição sem motivo e sem razão. O Conselheiro nunca estimulou violências, nunca destruiu, embora pareça o contrário. Viveu pregando o bem e a concórdia. Não destruía nem atacava. Não praticou atos violentos como expressão de uma patologia mental, de fundo sádico. Apenas atacou, destruiu, defendendo-se, quando foi atacado e se buscava bárbara e insanamente destruí-lo e aos seus.

(…) Num certo sentido, lá todos eram fanáticos, delirantes, soldados e jagunços, todos inspirados nas ideologias que motivavam seus comportamentos. No cenário de uma natureza hostil e adversa, mergulhados no pânico da guerra, numa estrutura momentânea de desorganização social e de anomia, todos, ali, eram desumanos, insensíveis, bárbaros, psicóticos. Lá estavam os chefes do exército sádicos, cortadores de gargantas e o místico em seu santo delírio, buscando salvar almas para Deus (…)

(…) Visto e examinado à luz da sua realidade cultural, nada há de anormalidade psíquica no comportamento do Conselheiro. Sua patologia só se corporifica, materializa, sobressai, sob o enfoque conceitual de outras normas culturais, dos nossos padrões de anormalidades psíquicas. É a relatividade da loucura. O desequilíbrio mental, fenômeno cuja caracterização é sempre relativa, só é reconhecido como tal à luz de certas referências culturais. Não podemos esquecer, quando se pretende a análise do problema da personalidade do Conselheiro, que o sertão do seu tempo era o que era: uma sociedade mística, afogada na superstição. Talvez à luz de outros padrões pudesse ser considerada uma sociedade anormal, como ambiente onde o delírio e o misticismo eram comuns. Mas, conforme os seus próprios padrões, tais fenômenos eram rotineiros, encontradiços e, portanto, normais. Convém talvez aqui destacar que tais aspectos, delírio e misticismo, estavam de tal maneira associados à realidade cultural do sertão, de tal maneira relacionados e presentes no contexto da realidade vivencial do sertanejo que viajantes estrangeiros como Saint Hilaire, Spix e Von Martius, não deixaram de assinalar a ocorrência e o significado dos místicos para aquele segmento da realidade brasileira, quando dos seus contatos com a civilização do nordeste. No mais, fique-nos a observação do próprio Euclides da Cunha quando afirmou que a biografia do Conselheiro compedia e resume a existência mesma da sociedade sertaneja.

Antonio Conselheiro não foi um anormal psíquico (aspecto psicológico) se analisada a estrutura de sua personalidade, relacionada com a

realidade onde viveu, sofreu e se fez mártir. Seu comportamento, sua manifestação psíquica, sua personalidade, ao fim da vida, integralmente compatível com o papel de místico, não são evidências de loucura mas, ao contrário, representam a expressão de uma readaptação do esquema vivencial, surpreendementemente bem sucedida.

Mas Nina Rodrigues e tantos outros não o viram assim, inclusive o grande autor de Os Sertões que, literalmente, nas últimas linhas de sua obra monumental, que se pretendia vingadora e denunciante do drama absurdo encenado na caatinga baiana, faz baixar a cortina, como uma última fala, infamante, lombrosiana, ante a cabeça decepada do Conselheiro:``Ali estavam, no relevo das circunvoluções expressivas, as linhas essenciais do crime e da loucura…``(Costa, 1998: 138…).

O professor Flávio José Simões Costa não considera Antônio Conselheiro um doente mental, um anormal, um fanático, mas um místico de comportamento normal e coerente com o papel a que se propôs cumprir na sociedade. O Conselheiro pregava o bem, era construtivo e não destrutivo, não era violento, apenas defendeu-se ao ser atacado. Simões Costa identifica fanatismo e barbárie tanto nos soldados como nos conselheiristas. A acusação de loucura do Conselheiro e de anormalidade da comunidade que organizou tinha origem cultural, naqueles que fizeram a guerra contra Canudos e que vinham das cidades do litoral imbuídos da pretensão de serem normais e civilizados, mas não foi percebida nem por Nina Rodrigues nem por Euclides da Cunha na época.

O MITO DA SURDEZ

O golpe militar de 1964, no Brasil, foi um movimento reacionário, conservador, antipopular, defensor do latifúndio e das classes proprietárias. Nesse clima, os mitos e as versões sobre Antônio Conselheiro, os sertanejos e Canudos voltaram a ser semelhantes às da época do Estado Novo de Getúlio Vargas, já que as explicações populares do movimento foram proscritas pela repressão em detrimento da apologia dos militares. Foi o caso do professor Antônio da Rocha Almeida, que publicou em 1969 um “Dicionário de História do Brasil”, em plena vigência do Ato Institucional nº 5 e da ditadura escancarada, e que reflete a nova escalada de desfiguração dos fatos. O autor qualifica Canudos como um “centro de misticismo e vadiagem” e que a guerra foi “ contra a ignorância e o banditismo”, pois ali Antônio Conselheiro divulgava sua “esquisita doutrina”... A esquisitice de Antônio Conselheiro e de sua personalidade, “desconfiado e avesso a qualquer divertimento”, teria sido causada, segundo o autor, por uma “surdez” (sic), que o atacou ainda menino” (Almeida,1969 : 21 e 69). Provavelmente, essa afirmação refletia a época da publicação do “Dicionário de História do Brasil”, quando, além do terror oficial para manter silêncio sobre tudo o que fosse popular, era conveniente também ser “surdo” às versões que não agradassem aos

militares no poder. Convém lembrar que, em 1972, o regime militar investiu pesado nas comemorações ufanistas do sesquicentenário da independência do Brasil, trazendo de Portugal os restos mortais do Imperador D. Pedro I. Por aí pode-se perceber a visão histórica da ditadura militar e com qual personagem histórico ela identificava-se. D. Pedro I foi o imperador que prendeu adversários políticos, dissolveu a Assembléia Constituinte, outorgou uma Constituição , mandou fuzilar rebeldes, exilou outros, fez guerras e tratados desastrosos para o país, e acabou abdicando o trono para não ser derrubado pelo povo em 1831. Uma de suas últimas frases como imperador foi – Tudo farei para o povo, mas nada pelo povo ! Qualquer semelhança entre D. Pedro I e o regime militar implantado a partir de 1964 teria sido mera coincidência ?

CANUDOS COMO MITO REAL

`` A guerra revolucionária estava no auge, em 1970, quando o Dops (Departamento de Ordem Política e Social) entrou no circuito e combinou com a II Auditoria de Guerra a melhor forma de se punir um inofensivo líder religioso de uma cidade de São Paulo, Santa Fé do Sul. Aparecido Galdino Jacintho foi considerado `` altamente subversivo`` porque deixara a barba crescer longamente, como o Conselheiro de Canudos, e unia pessoas em constante oração, `` na busca de cura e de salvação``. Galdino passou a benzer os seguidores, como se isso fosse uma bênção, e a lhes dizer que ouvia estranhas vozes avisando que o mundo terminaria antes do ano 2000, como uma bola de fogo. Galdino e seu ``exército`` aguardariam em oração, estocando rebenques para se defender das agressões do demônio. Já barbudo, Galdino passou a usar uma túnica. A existência desse exército da fé chegou ao conhecimento do delegado de Santa Fé do Sul, que resolveu fazer uma verificação sobre o que se passava entre os rurícolas (nos órgãos de segurança, por esses tempos, evitava-se a palavra ``camponês``, por ser ``típico linguajar de subversivos``) e seu estranho líder. Foi acompanhado de outros policiais e chegou invadindo a casa de Galdino exatamente no momento de uma celebração. Um mulato enorme, que se considerava `` sargento da Força Divina``, imobilizou o delegado, obrigando-o a ajoelhar-se. Galdino aproveitou para ``batizar`` o delegado, enquanto os fiéis aplicavam golpes de rebenque nos demais policiais, que se viram obrigados a fugir. Mas depois vieram reforços e Galdino foi preso. O movimento chamou tanto a atenção que Fleury foi verificar pessoalmente o que estava acontecendo, para definir quem seria aquele homem misterioso, chamado por alguns seguidores de ``capitão Galdino``. O lugar onde ele morava ia ser inundado para a construção de uma hidrelétrica. A indenização a ser paga para os pequenos proprietários rurais era irrisória. Foi contra isso, fundamentalmente, que Galdino se insurgiu. Os militares imaginaram que estava nascendo uma perigosa liderança camponesa.

Pelo sim , pelo não, Fleury prendeu Galdino e levou-o para o Dops. Convenceu--se de que ele era `` um revoltado``. Do rigoroso inquérito contra ele constava que gostava de dizer ``Deus deu a terra aos homens para que plantem; ninguém é dono dela``; e que estava formando um ``exército``. Nada mais, porque Galdino sentiu o gosto amargo de ser pendurado de cabeça para baixo e tomar choques, mas nada tinha a acrescentar ao que espontaneamente já havia dito. Transformado em IPM (Inquérito Policial Militar), o caso - com provas das mais precárias - foi apreciado pela 2a Circunscrição Judiciária Militar, que o considerou ininputável mas aplicou uma pena de medida de segurança detentiva por dois anos. Aos médicos psiquiatras que foram examiná-lo, Galdino, simplório, disee que estva `` montando um exército para salvar o povo``. A psiquiatria repressiva instalada no Manicômio Judiciário repetia laudos padronizados, em que afirmava que seria de se prever `` reincidência na infração penal que determinou a sua medida de segurança``. Era preciso agradar aos militares sem preocupar-se com resquício de ética médica. Somente depois de Galdino ter sido submetido a nove absurdos anos de prisão é que a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo soube do caso e o denunciou como exemplo de ``repressão psiquiátrica à maneira dos dissidentes soviéticos``. Os pareceres psiquiátricos informavam que o ``denunciado e numerosos lavradores, quase todos analfabetos, achavam-se reunidos nos fundos da residência do primeiro, curandeiro e falso líder religioso, em Rubinéia, neste Estado, fardados e promovendo sessões ritualísticas, pretendendo inclusive invadir e dominar aquele município; quando interpelados pelos policiais que lá foram averiguações, os rechaçaram e agrediram por meio de rebenques de confecção caseira, chicotes, paus, tijolos, facas, facões, bombas e outros objetos, em virtude do que numerosos policiais ficaram feridos``. Os pareceres repetiam que Galdino era portador de esquizofrenia de forma paranóide. Um louco-líder. A liberdade para Galdino chegaria somente em junho de 1979. Como Canudos tragada pelo açude de Cocorobó``, o lugar onde benzia seus adeptos, Rubinéia, tinha sido engolido em sua maior parte pela usina hidrelétrica de Ilha Solteira (Souza, 2000: 494…).

Com as devidas ressalvas, há tantas semelhanças incríveis entre o tratamento oficial dispensado a Canudos e Antônio Conselheiro e ao grupo de Aparecido Galdino, de Rubinéia, que seria desnecessário destacá-las. Notemos, porém, elementos comuns: repressão policial, religiosidade, pobreza, arbitrariedades, calúnias, mentiras, psicologismo, relatórios oficiais, represas sobre os locais, etc… Alguns argumentos utilizados contra Canudos e Antônio Conselheiro em 1897 continuaram sendo usados contra Aparecido Galdino e seus seguidores em 1970, embora setenta e três anos separassem um acontecimento do outro. Ambos foram considerados subversivos, revoltados, falsos líderes religiosos e psicologicamente desequilibrados que atentavam contra a estabilidade social e eram perigosos, para a ordem e o progresso, no caso de Canudos, e

e para a segurança e o desenvolvimento, no caso de Aparecido Galdino. Se contra Canudos, pela sua grande proporção, foi necessário fazer uma guerra de extermínio, contra Rubinéia bastou uma simples ação policial que prendeu seu líder e dispersou seus seguidores. A esses dois casos, e aos muitos outros que aconteceram entre eles, cabe meditar sobre a seguinte reflexão de Percival de Souza: `` Quando se tem vergonha de lembrar, acredita-se que o melhor seja destruir`` (Souza, 2000: 300).

A VERSÃO SOCIALISTA

Em 1978, o historiador Edmundo Moniz causou polêmica ao afirmar: “ Canudos foi a tentativa de estabelecer uma sociedade socialista no sertão da Bahia, tendo em vista o fato da burguesia unir-se aos latifundiários quando se apossou do poder político com a proclamação da República em vez de efetivar a reforma agrária, tarefa histórica que lhe competia realizar. Os camponeses de Canudos não lutaram contra o regime republicano que, para eles, não se distinguia do regime monárquico. Lutavam contra a burguesia em ascensão que se unira aos grandes proprietários rurais para a preservação dos latifúndios.” (Moniz, 1978: 11…).

Com o enfraquecimento do regime militar, Canudos voltou a ser interpretado como um movimento popular, como uma luta de classes sociais, como uma tentativa de implantar “uma sociedade socialista no sertão da Bahia”, pois com a proclamação da República as classes proprietárias(latifundiários + burguesia) uniram suas forças para evitar a reforma agrária, a divisão dos latifúndios. Moniz não menciona nem a religião nem a liderança de Antônio Conselheiro como fatores básicos nessa definição, mas enfatiza as contradições sociais do movimento. A polêmica causada em torno dessa explicação nem sempre considera a época da guerra de Canudos, quando as idéias anarquistas e socialistas causavam mobilizações populares na Europa e em vários países da América, com alguns reflexos no Brasil. Nesse sentido, há unanimidade entre os historiadores sobre a influência de várias correntes de pensamento europeu (liberalismo, positivismo, evolucionismo, racismo, etc) sobre acontecimentos históricos e a cultura brasileira do século XIX, mas quando trata-se de anarquismo, socialismo, ou simplesmente influências utópicas, rejeita-se ou evita-se com veemência a simples menção dessas correntes, cada um procurando defender sua versão com as idéias que melhor lhe convém.

CORDEL DE MITOS, POESIA DE HISTÓRIA

Em 1980, o cordelista baiano Minelvino Francisco Silva, escreveu o cordel ``Antônio Conselheiro e a guerra de Canudos``, onde diz o seguinte: `` Parecendo ser marcado (Antônio Conselheiro)/ Por um futuro ferino,/ Foi em Quixeramobim/ Que se tornou assassino/ E se abriu mais uma página/ No livro de seu destino.// Antônio, sendo impelido/ Por motivo ignorado,/ A matar a sua esposa,/ Sem pensar, foi castigado,/ Porque na luta matou/ A própria mãe, enganado.// Fugiu, para não ser preso,/ Levando na consciência/ A mancha negra do crime/ Feito pela violência./ Resolveu, para esconder-se,/ Fazer uma penitência.// (p. 4) O homem religioso/ Que quer seguir para a luz,/ Não deve entrar na política,/ Pois dobra o peso da cruz -/ Finda saindo da ética/ Da Santa Lei de Jesus. (p. 6) // Isso mesmo aconteceu/ Com Antônio Conselheiro:/ Quando pensava seguir/ A nosso Deus verdadeiro,/ Foi se meter na política,/ Virou-se num carniceiro.// Porém as autoridades/ Não acreditavam nele/ E nem tampouco aceitavam/ Pregações e curas dele/ Achavam ser perigoso/ Um movimento daquele.(p. 7)// É uma tolice do homem/ Que tenta se revoltar/ Contra as leis do seu país,/ Pois não pode triunfar -/ Como Antônio Conselheiro/ Só terá que se acabar./ Pois ninguém pode viver/ Sem pagar o seu imposto/ De todo a renda anual,/ Que vai de agosto a agosto -/ A lei tem que ser cumprida,/ Mesmo sendo a contragosto.// Até mesmo Jesus Cristo,/ Quando na Terra passou,/ Sem negociar, sem nada,/ O seu imposto pagou -/ E prá pagarmos também/ Seu exemplo nos deixou.// Mas Antônio Conselheiro/ Caiu em contradição,/ Quando misturou política/ Na sua religião,/ Querendo botar abaixo/ As leis de nossa nação.// Uns dizem que Conselheiro/ No fim da luta morreu/ E fizeram exumação,/ Arrancando o corpo seu -/ Já outros dizem que não, /Que ele desapareceu. (p.31) (Silva, 1980).

Embora em 1980 vários mitos sobre Antônio Conselheiro estivessem superados por novas informações históricas, o cordelista Minelvino reafirmava velhas acusações e preconceitos. Antônio Conselheiro é considerado ``assassino`` da própria mãe, fugitivo da justiça, curandeiro, mau exemplo, já que não pagou impostos, meteu-se em política, misturando-a com religião, não obedeceu as leis, virando um ``carniceiro``, ao contrário de Cristo, que pagou impostos e não se revoltou, dando exemplo a ser seguido. Afirma que o Conselheiro foi exumado após sua morte ou, ao contrário, ``desapareceu``… Os juízos do cordelista resgatam a visão conservadora das elites que, volta e meia, e de acordo com as circunstâncias históricas e seus interesses, se manifestaram desde 1874, depreciando o líder sertanejo, os sertanejos e Canudos, e que vimos enumerando no decorrer deste artigo.

No ano seguinte, o poeta cearense Patativa do Assaré escreveu uma poesia sobre Antônio Conselheiro que serve de contraponto aos versos de Minelvino Francisco Silva: `` Cada um na vida tem seu direito de julgar./ Como tenho o meu

também, com razão quero falar/ Nestes meus verso singelos, mas de sentimentos belos/ Sobre um grande brasileiro, cearense, meu conterrâneo./ Líder sensato, espontâneo, nosso Antônio Conselheiro// Este cearense nasceu lá em Quixeramobim./ Sei eu sei como ele viveu, sei como foi o seu fim./ Quando em Canudos chegou, com amor organizou/ Um ambiente comum, sem enredos nem engodos,/ Ali era um por todos e eram todos por um// Não pode ser justiceiro e nem verdadeiro é/ O que diz seu conselheiro, enganava a boa fé/ O conselheiro queria acabar com a anarquia/ Do grande contra o pequeno. Pregava no seu sermão/ Aquela mesma missão que pregava o nazareno.// Com a sua simpatia, honestidade e brio/ Ele criou na Bahia um ambiente sadio/ Onde vivia tranquilo, ensinando tudo aquilo/ Que a moral cristã encerra. /Defendendo os desgraçado/ Do julgo dos potentados, dominadores da terra// Seguindo um caminho novo, mostrando a luz da verdade,/ Incutia entre o seu povo, amor e fraternidade/ Em favor do bem comum, ajudava a cada um/ Foi trabalhador e ordeiro, derramando o seu suor./ Foi ele o líder maior do nordeste brasileiro.// Sem haver contrariedade, explicava muito bem/ Aquelas mesmas verdades que o Santo evangelho tem./ Calado em sua missão contra a feia exploração/ E assim, evangelizando, com um progresso estupendo/ Canudos ia crescendo e a notícia se espalhando.// O pobrezinho agregado e o explorado parceiro,/ Cada qual ia apressado recorrer ao Conselheiro/ E o líder recebia muita gente todo dia. Assim,/ Fazendo os seus planos, na luta não fracassava/ Porque sabia que estava com os direitos humanos.// Mediante a sua instrução, naquela sociedade/ Reinava paz e união dentro do grau de igualdade/ Com a palavra de Deus ele conduzia os seus/ Era um movimento humano de feição socialista,/ Pois não era monarquista, nem era republicano// Desta forma, na Bahia, crescia a comunidade/ E ao mesmo tempo crescia uma bonita cidade/ Já Antônio Conselheiro sonhava com o luzeiro/ Da aurora da nova vida. Era qual outro Moisés,/ Conduzindo os seus fiéis para a terra prometida// E assim, bem acompanhado, os planos a resolver/ Foi mais tarde censurado pelos donos do poder/ O taxaram de fanático, e um caso triste e dramático/ Se deu naquele local. O poder se revoltou/ E Canudos terminou numa guerra social.// Da catástrofe sem pá o Brasil já tá ciente/ Não é preciso contar pormenorizadamente tudo quanto aconteceu./ O que Canudos sofreu nós guardados na memória/ Aquela grande chacina, a grande carnificina/ Que entristece a nossa história// E andar pela Bahia, chegando ao dito local/ Onde aconteceu um dia o drama triste e fatal,/ Parece ouvir os gemidos entre os roncos e estampidos./ E em benefício dos seus, no momento derradeiro/ O nosso herói brasileiro pedindo justiça a Deus``. ( Assaré, 1981: LP `` A Terra é Naturá``).

Nesse belo poema, o poeta cearense Patativa de Assaré faz uma magnífica abordagem sobre Antônio Conselheiro, Canudos e a trágica guerra, com uma lucidez histórica e um poder de síntese poética realmente impressionantes que merece a reflexão dos estudiosos interessados no assunto. O poeta consi-

dera Antônio Conselheiro `` um grande brasileiro``, ``o líder maior do nordeste brasileiro``, um ``líder sensato, espontâneo``, que ``queria acabar com a anarquia do grande contra o pequeno``, ``defendendo os desgraçado/ do julgo dos potentados, dominadores da terra``. Assinala que embora ele fosse ``trabalhador e ordeiro`` e que ``estava com os direitos humanos``, foi ``censurado pelos donos do poder``que ``o taxaram de fanático``. Para ele, em Canudos ``reinava paz e união dentro do grau de igualdade`` e ``era um movimento humano de feição socialista``. Por isso, `` o poder se revoltou/ E Canudos terminou numa guerra social``, resultando numa ``grande chacina``, numa ``grande carnificina``. Numa quadra publicada em outra obra, Patativa do Assaré manifestou sua visão crítica da História nos seguintes termos: "Somente o rico na terra/ Tem o seu nome na história/ Quando o pobre vence a guerra,/ O rico alcança a vitória" (Assaré, 2000: 134)

Ao considerar Canudos como `` um movimento humano de feição socialista``, Patativa do Assaré toca num ponto que suscita os mais vivos debates ideológicos entre os intelectuais que assumem posicões radicais, a maioria negando, a minoria aceitando. Parece-nos que não se pode negar alguns traços socialistas em Canudos, quando o compreendemos inserido numa região de latifúndios que estruturava uma sociedade de características escravistas que só recentemente havia sido desarticulada em suas bases. Por que então os latifundiários reagiram com tanta veemência contra Antônio Conselheiro e a sua comunidade ? Por que o maior proprietário de terras do sertão baiano, o barão de Jeremoabo, chegou a acusar os canudenses de ``comunistas`` ? Se não era pela disputa de terras, era pela perda de mão-de-obra que seguia o Conselheiro que incomodava os grandes proprietários. Para a Igreja católica, o que incomodava era a perda de controle de uma massa humana para um pregador leigo. Além dos conceitos de ``feudalismo`` e de ``socialismo``, outras discussões são feitas em torno dos conceitos de utopia e de anarquismo. Quanto à hipótese de ter sido a concretização de uma utopia, não no sentido da transposição de um modelo utópico imaginado por um intelectual europeu para o sertão baiano, insistimos que Canudos foi uma experiência histórica espontânea cujas características podem ser identificadas com diversas utopias produzidas desde "A República", de Platão, a "Utopia" de Thomaz Morus, os socialismos utópicos e os sonhos libertários dos anarquistas, os dois últimos produzidos em grande quantidade e divulgados no decorrer do século XIX. A título de exemplo, lembremos aqui o apoio dado pelo imperador brasileiro D. Pedro II a um grupo de anarquistas italianos que vieram para o Paraná fundar a famosa Colônia Cecília em 1890. Dois romancistas, o peruano Mario Vargas Llosa e o brasileiro José J. Veiga, colocaram personagens anarquistas em seus romances sobre Canudos, Gabriel Gall em "A Guerra do Fim do Mundo", do primeiro, e o príncipe Kropotkin, em "A casca da serpente", do segundo.

CANUDOS COMO A UTOPIA DE THOMAS MORUS

Num artigo publicado no jornal carioca `` Tribuna da Imprensa ``, em 11 de janeiro de 1986, o filósofo Rolando Corbisier anotou categoricamente: `` Na história das lutas de classe, em nosso País, Canudos é, sem dúvida, o episódio mais importante e significativo. Inspirando-se, confessadamente, em Tomás Morus, o genial autor de Utopia, o Conselheiro mostrava, na prática, que a utopia é, a rigor, realizável, que é possível não apenas sonhar com a cidade igualitária (…) (Alves Filho, 1999: 299)

Corbisier faz uma afirmação polêmica, a de que Antônio Conselheiro inspirou-se `` confessadamente `` no livro ``A Utopia``, do inglês Tomás Morus, para organizar Canudos. Antônio Conselheiro citou Tomás Morus em uma de suas prédicas, como santo católico e não como reformador social. Não se sabe se ele conhecia o livro que imaginava uma sociedade perfeita escrito na primeira metade do século XVI. Outros autores preferem ver na organização de Canudos um sopro de socialismo utópico enquanto alguns preferem ver características anarquistas.

Da mesma forma que Roland Corbisier afirmara em 1986 ter sido o livro ``A Utopia`` a inspiração de Antônio Conselheiro para organizar Canudos, a professora Zilda Márcia Gricoli Iokoi endossa tal opinião em 1989. Segundo ela, " foi (...) no Arraial de Canudos, às margens do rio Vaza-Barris, que se instalou na década de 1880 um grupo de retirantes, liderado por Antonio Conselheiro. O objetivo era construir uma comunidade, inspirada na Utopia de Thomas Morus. Aproximadamente 20 mil famílias ali construíram sua favela (nome da fibra utilizada para armar as casas), produzindo gêneros agrícolas, criando gado, segundo uma divisão de trabalho que respeitava a diferença sexual e a idade dos seus membros. A comunidade recebia gente de todo tipo, porque a Utopia de Thomas Morus atraía muitos desencantados. Não apenas os miseráveis, mas também pessoas de alguns pertences e até de bens. Em primeiro lugar, havia na comunidade de Conselheiro liberdade em relação aos valores tradicionais da sociedade. O casamento não era indissolúvel. O sexo não era pecaminoso. O culto era celebrado para garantir a fé das pessoas, sendo a religiosidade muito presente. Este grupo tinha uma divisão de trabalho muito respeitada. Havia os que cuidavam do plantio, os que cuidavam da criação, os que construíam, os que faziam a defesa da comunidade, estrategicamente organizados, e os que lidavam com a atividade comercial (Canudos manteve durante muito tempo um comércio exportador de couro) " (Iokoi, 1989: 66/67) . Zilda Iokoi também é categórica, como Rolando Corbisier, ao relacionar a Utopia de Thomas Morus com Canudos.

Sem dúvida, Antônio Conselheiro citou o santo católico inglês Thomas Morus numa de suas prédicas. Morus foi decapitado por ordem do rei inglês Henrique VIII porque recusou-se a reconhece-lo como o chefe da Igreja Nacional

inglesa, preferindo manter-se fiel à autoridade do Papa romano. Morus escreveu em 1516 o livro " A Utopia", em que imaginou uma sociedade igualitária e sem problemas internos e externos. Entendida no contexto de sua época, porém, a comunidade de Canudos não foi a Utopia idealizada por Thomas Morus, mas teve muitas características utópicas, sem dúvida, já que negava a ideologia republicana consubstanciada no lema positivista "ordem e progresso", que separou a Igreja do Estado, promovia a imigração estrangeira, preservava o latifúndio e descentralizou o poder político com a adoção da Federação. A ideologia republicana tentava substituir a ideologia monarquista que admitia a união entre Igreja e Estado, a escravidão, o latifúndio e a centralização política com o Estado Unitário, etc. Antônio Conselheiro identificava-se com grande parte da ideologia monarquista negada pelos republicanos e recusou-se a reconhecer suas decisões (casamento civil, leis, impostos, etc) e seus símbolos (moedas), não aceitando nada disso em Canudos, o que deu a essa experiência características utópicas inéditas na sociedade brasileira que foram bem sucedidas, embora por apenas 5 anos, de 1893 a 1897.

CANUDOS COMO A UTOPIA DA LIBERDADE

Num denso e surpreendente artigo jornalístico publicado em 1987, "O pesadelo no país de Canudos", o poeta mineiro Antonio Carlos de Brito (Cacaso), precocemente desaparecido, analisa os vários significados que o episódio de Canudos teve, em sua opinião. Identifica que a fé religiosa existente ali tinha como base uma ética que estimulava a justiça social, a liberdade, a solidariedade, a dignidade, o igualitarismo, pois estavam a serviço do " progresso civilizatório", e não de interesses egoístas que exploravam os sertanejos em nome de instituições, de autoridades e de leis do tirânico "Estado-vampiro republicano". Por não submeter-se a este, por viver em liberdade, por não cumprir suas exigências, por não se deixar explorar, por ter se tornado " a utopia da liberdade", é que Canudos (" uma ilha de liberdade cercada de tirania por todos os lados") foi "destruída, mas não derrotada", pela autoritária, sádica, louca, desequilibrada e cruel República, que era a sua antítese. "A insânia, a loucura, o desequilíbrio mental, existiram de fato na guerra de Canudos. Só que do lado das forças republicanas, e não do lado dos caboclos, como geralmente se pensa. O equilíbrio estava do lado de Antônio Conselheiro, e não de Moreira César ". Conclui afirmando ser Canudos o episódio síntese de nossa história republicana, "o símbolo imortal de todas as resistências libertárias", (…) um Não imortal a todas as tiranias e brutalidades antisociais", e Antônio Conselheiro " o maior vulto de nossa história", de cujo espírito "andamos carentes". ("Folha de São Paulo", 05/07/1987: A-58).

O cineasta Antônio Olavo, autor do livro `` Canudos em fotografia`` e do premiado documentário `` Paixão e guerra no sertão de Canudos`` (1994), tem opinião semelhante à de Cacaso sobre o significado histórico de Canudos:

`` Canudos foi o maior acontecimento político da história do Brasil. Desafiou a República recém-implantada. Conseguiu se manter, praticamente durante um ano, nas páginas dos jornais, nas confabulações políticas. Canudos desafiou o poder das oligarquias. Antônio Conselheiro era o sul-americano mais conhecido e divulgado fora do Brasil (…) E a prova de que Canudos foi o maior acontecimento da história do Brasil é que, 100 anos depois, nenhum fato histórico, nenhuma personalidade histórica são tão estudados, tão pesquisados quanto Canudos e Antônio Conselheiro (…) As pessoas buscavam em Canudos uma condição de vida totalmente diferente daquela que tinham até então, marcada pela miséria, fome, opressão, subserviência às oligarquias. Nesse momento elas ganhavam - além de um padrão de vida, além de não fome, não opressão, não miséria - crença, auto-estima, amor-próprio e aquela grande esperança, grande felicidade de finalmente acreditar que estavam construindo o seu destino com as próprias mãos. Por isso foram capazes de doar suas vidas por essa realidade. O projeto desenvolvido em Canudos foi um projeto viável. Canudos demonstrou que é possível construir uma sociedade diferente de uma sociedade estratificada, discriminadora, opressora. Em Canudos estava se gestando a construção desse projeto novo. Porque era viável, ele foi destruído. Se Canudos não ameaçasse nada nem ninguém, estaria até hoje, como inúmeras outras cidades, que surgiram durante ou posteriormente ao período que Canudos surgiu``. (Garret, 1997: 37-38) Assim, Antônio Olavo considera Canudos como `` o maior acontecimento político da História do Brasil``, da mesma forma que outros autores consideram Antônio Conselheiro o personagem mais importante. Isso porque Canudos desafiou a República, tornou-se um fato jornalístico prolongado, desafiou os oligarcas, criou um modo de vida diferente daquele em que viviam os sertanejos e deu-lhes dignidade. Por ter sido um projeto social viável, alternativo, é que foi destruído pelos donos do poder.

Na mesma linha de Cacaso e Antonio Olavo, José Carlos Fellet e Tereza Inês Leite e Castro assim opinam sobre o significado histórico de Canudos em seu artigo `` Uma ameaça chamada Canudos`` : `` Canudos foi uma real alternativa de vida em um nordeste de lavouras decadentes onde as mudanças que ocorriam no sul pareciam não chegar até os sertões. Pobreza, seca e exploração eram uma constante na vida dos sertanejos que só queriam um pouco de paz e dignidade. Mas os meios que usaram para alcançar tão simples objetivo incomodaram os ``grandes`` daquela época. O fim do Arraial foi determinado por ele ser um antro de monarquistas (na visão da elite dominante), mas eles não eram monarquistas no sentido de estarem fazendo frente ou articulando movimentos contra a recém-proclamada República. Viam nela, na República, sob a ótica de seu líder, uma ameaça à religião católica que perdia poderes para o governo. Mas o rótulo de monarquistas foi apenas uma máscara para os reais motivos que levaram ao seu fim. Aquele grupo de pessoas simples, maltrapilhas, analfabetas,

de aparência rude tal qual a caatinga, representava a maior e pior ameaça que os homens do poder poderiam temer: Canudos era capaz de mostrar ao Brasil que o humilde não precisava se submeter aos grandes latifundiários e outros poderosos para viver. Canudos colocava em evidência que os pobres não eram dependentes, incapazes. Muito ao contrário, mostrava que poderiam ser senhores de si mesmos e de suas vidas. Mostrava que podiam guiar seus destinos, trabalhando em terras coletivas, tirando dela seu sustento. Mostrava que, bem ao inverso do que se colocava, não eram seres apáticos, sem iniciativa e sem coragem. Eram seres humanos, no total significado da palavra e que, como tal, eram seres capazes de fazer sua HISTÓRIA. Uma história que a elite dominante não permitiria ser ``contada`` ou ``escrita`` pois colocaria em jogo sua posição de predomínio político, social e econômico``. (in NetHistória - www.nethistória.com)
de aparência rude tal qual a caatinga, representava a maior e pior ameaça que os homens do poder poderiam temer: Canudos era capaz de mostrar ao Brasil que o humilde não precisava se submeter aos grandes latifundiários e outros poderosos para viver. Canudos colocava em evidência que os pobres não eram dependentes, incapazes. Muito ao contrário, mostrava que poderiam ser senhores de si mesmos e de suas vidas. Mostrava que podiam guiar seus destinos, trabalhando em terras coletivas, tirando dela seu sustento. Mostrava que, bem ao inverso do que se colocava, não eram seres apáticos, sem iniciativa e sem coragem. Eram seres humanos, no total significado da palavra e que, como tal, eram seres capazes de fazer sua HISTÓRIA. Uma história que a elite dominante não permitiria ser ``contada`` ou ``escrita`` pois colocaria em jogo sua posição de predomínio político, social e econômico``. (in NetHistória - www.nethistória.com)

AS “CANUDOS” CARIOCAS

O professor José Calasans afirmou em 1995: `` Pelo que nos foi possível, alicerçados sobretudo na voz popular, o séquito do Bom Conselheiro reunia todas as ``nações`` do sertão. E pela presença de ex-escravos se pode até aventar a hipótese de ser Canudos o ``último quilombo``. No ano anterior, o sociólogo Hélio Jaguaribe anotara num artigo: “ As favelas cariocas apresentam certa analogia com o acampamento de Canudos, em que, em lugar de sertanejos místicos, vivem os excluídos da urbanidade” (“Folha de São Paulo”, 1994: 3)

O mestre sergipano José Calazans considerou Canudos como “o último quilombo” por causa da grande quantidade de ex-escravos que ali viveram e pela formidável resistência oferecida às forças republicanas. Cremos não ser descabido também ver em Canudos algo como a primeira grande favela, já que o próprio nome favela foi dado pelos ex-combatentes cariocas que instalaram-se em morros do Rio de Janeiro após a guerra de Canudos. Em Canudos havia o Morro da Favela, nome derivado de uma pequena árvore chamada favela, de folhas ácidas e espinhentas. As primeiras favelas do Rio de Janeiro surgiram após a guerra contra Canudos, quando os soldados que participaram da guerra

contra Canudos, quando os soldados que participaram da guerra ocuparam os morros da cidade, esperando os terrenos que o governo prometera-lhes e que nunca receberam. O nome Favela foi dado para as novas aglomerações que se formavam na cidade do Rio de Janeiro, na clara intenção de lembrar do morro com características semelhantes do sertão de Canudos e com isso incomodar os governantes. Estranhamente, as favelas guardavam e guardam alguma semelhança com o arraial de Canudos, não só na forma, com construções desalinhadas, mas porque, como assinala Hélio Jaguaribe, se neste viviam “sertanejos místicos” que eram os marginalizados da sociedade, naquelas vivem “ os excluídos da urbanidade” dos tempos atuais.

A REPETIÇÃO DA HISTÓRIA ?

Em 1999, o teatrólogo, poeta e romancista Ariano Suassuna afirmou:

> “ O que houve em Canudos e continua a acontecer até hoje, no campo como nas grandes cidades brasileiras, foi o choque do Brasil “oficial e mais claro” contra o Brasil “real e mais escuro”, (sendo que o primeiro estava convencido) de que o Brasil real de Antônio Conselheiro era um país inimigo que era necessário invadir, assolar e destruir.(...) E os acontecimentos de Canudos continuam a se repetir a cada instante. Em todos os lugares. Em todos os campos de atividades. Diariamente, incessantemente.(...) o confronto havido ali é o mesmo de hoje, com o Brasil oficial esmagando e sufocando o povo do Brasil real. (...) Foi uma comunidade pobre mas solidária (..) que se procurou efetivar em Canudos. O Brasil já tem, e muito, o que dividir: não divide porque a insensível elite econômica e política não quer. Por isso, acho que, já agora, deveríamos socializar nem que fosse a pobreza, reduzindo-se o luxo supérfluo para diminuir a distância entre opulentos e miseráveis, numa sociedade mais justa, fraterna e despojada. (Temos) que ampliar e aprofundar a comunidade verdadeira mas local de Canudos em comunidade verdadeira e nacional” (“Folha de São Paulo”,1999: 2). Numa publicação posterior, acrescentou: `` Conselheiro foi a maior figura que o Brasil já produziu. Ele conseguiu organizar em Canudos, pela primeira vez no Brasil, uma comunidade que surgiu de baixo para cima, sem intervenção externa ou deformação que viesse de fora nem de cima. Por isso mesmo, o Brasil oficial percebeu o perigo, foi lá e cortou a cabeça dele (…). (Primeira Leitura, 2002: 48)

Ariano Suassuna entende a guerra de Canudos como uma guerra entre o Brasil “oficial e mais claro” e o Brasil “ real e mais escuro”, que repete-se até hoje em todo o país, “diariamente, incessantemente”, porque “ a insensível elite econômica e política “ que o governa não quer dividir os bens materiais, criando uma “sociedade mais justa, fraterna e despojada”. Em 1920, o escritor Monteiro Lobato já havia denunciado em 1920 a existência no Brasil de uma “mediocracia

rapinante não resolve problemas sociais", a quem Suassuna considera "insensível".

A REPETIÇÃO DA HISTÓRIA ?

O professor Antônio Câmara, do Dpto. de Sociologia da Universidade Federal da Bahia, retoma um velho e polêmico mito sobre Canudos e Antônio Conselheiro e afirma o seguinte:

`` No movimento de Canudos, destaca-se o papel de Antônio Conselheiro que, prevendo o retorno do rei D. Sebastião, organiza os camponeses na perspectiva milenarista, antecipando a inauguração de uma era de fartura para os pobres camponeses. O discurso ideológico sintetizava a revolta contra as condições de vida da massa camponesa, o pagamento de impostos, a ausência de terra para plantar e a rejeição à República, entendida pelo beato como o demônio que destruía a vida do povo. O discurso messiânico contempla as aspirações de satisfação das necessidades imediatas dos camponeses e a perspectiva milenarista de promessa de um mundo futuro em que todos teriam assegurada a felicidade terrestre e foi capaz de mobilizar uma imensa quantidade de camponeses. Essa população pauperizada seguiu Conselheiro até a localidade de Canudos, onde se construiu uma cidade utópica em que a provisão material, a defesa militar, o culto religioso e a utilização coletiva da terra configuravam uma comunidade `` socialista``. O governo reagiu com violência a Canudos, organizando fortíssimas expedições militares que foram, na maioria das vezes, derrotadas, só pondo um ponto final à disputa quando conseguiu a destruição total da comunidade`` (Câmara, 2003).

Antônio Câmara é taxativo na afirmação de que Antônio Conselheiro previa o retorno de D. Sebastião, rei de Portugal, morto em Alcácer-Quibir, no Marrocos, em 1578, ao sertão baiano… Ao sebastianismo, Câmara acrescenta o milenarismo que previa o final dos tempos, o socialismo como forma de produção e organização social, e o caráter utópico dessa experiência. Como examinamos anteriormente, cada um desses aspectos carregados de mitos e versões causou e causa muitas discussões no âmbito acadêmico. É a comprovação de que em relação a questão de Canudos, como em todas as questões históricas, se projetam interpretações que variam de geração em geração, segundo os interesses ideológicos de cada historiador ou de estudiosos de outras áreas, sendo impossível haver unanimidade.

UM NOVO CANUDOS EM SÃO PAULO ?

Em 11 de junho de 2003, um dos líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), José Rainha Júnior, declarou à revista ``Veja`` estar tentando atrair os ``excluídos do capitalismo`` (``biscateiros, desempregados, motoristas, pequenos vendedores e também lavradores, pessoas que desenvolvem atividades econômicas marginais, desvinculadas da grande produção``, segundo a revista) dos arredores de Presidente Epitácio, na região do Pontal do Parapanema, perto da divisa de São Paulo com o Mato Grosso, para organizar um acampamento de 5000 casas onde se reuniriam 20.000 pessoas, semelhante ao que foi Canudos de Antônio Conselheiro. José Rainha Júnior declara-se admirador do poder organizador das massas do líder sertanejo, lembrando com ironia que `` Antônio Conselheiro não se entregou nem foi morto pelas tropas do governo. Morreu de diarréia. A burguesia amarela quando falo que vou fazer uma nova Canudos`` (Revista Veja, 2003: 75). A região do Pontal do Parapanema, no extremo-oeste do estado de São Paulo, foi escolhida porque ali ocorrem atualmente muitos conflitos de terra entre fazendeiros e sem-terra causados pela contestação judicial da posse em que se encontram muitas fazendas.

UM NOVO CAMPO, DE CONCENTRAÇÃO ?

O panfleto que vamos transcrever abaixo reflete a persistente mentalidade conservadora dos latifundiários brasileiros em relação aos despossuídos que ameaçam invadir ou reivindicar terras através de desapropriações ou de reforma agrária no Brasil contemporâneo. Nossa intenção é provocar uma reflexão que compare os juízos emitidos contra Canudos com outro movimento ocorrido 105 anos depois para aquilatar o tipo de linguagem ideológica utilizado pelos latifundiários contra os movimentos sociais que os ameaçam. Trata-se de um manifesto dos fazendeiros de São Gabriel, no Rio Grande do Sul, de 17 de junho de 2003, contra a Marcha Rumo ao Latifúndio promovida pelo `` Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra``, na direção de 5 fazendas de um mesmo proprietário consideradas improdutivas pelo governo federal. Os latifundiários locais armados reuniram-se, abriram buracos na rodovia, bloquearam pontes e criaram piquetes para deter a marcha dos sem-terra. Com a intervenção da polícia, de agentes federais e de membros da Igreja Católica os ânimos foram acalmados e o confronto foi evitado. O manifesto era o seguinte:

"Povo de São Gabriel, não permita que sua cidade tão bem conservada nestes anos seja agora maculada pelos pés formados e sujos da escória humana. São Gabriel, que nunca conviveu com a miséria, terá agora de abrigar o que de pior existe no seio da sociedade. Nós não merecemos que essa massa podre, manipulada por meia dúzia de covardes que se escondem atrás de estrelinhas no peito, venha trazer o roubo, a violência, o estupro, a morte. Esses ratos precisam ser exterminados. Vai doer, mas, para as grandes doenças, fortes são os

remédios. É preciso correr sangue para mostrarmos nossa bravura. Se queres a paz, prepara a guerra, só assim daremos exemplo ao mundo que em São Gabriel não há lugar para desocupados. Aqui é lugar de povo ordeiro, trabalhador e produtivo. Nossa cidade é de oportunidades para quem quer produzir e não há oportunidades para bêbados, ralé, vagabundos e mendigos de aluguel. Se tu, gabrielense amigo, possuis um avião agrícola, pulveriza à noite 100 litros de gasolina em vôo rasante sobre o acampamento de lona dos ratos. Sempre haverá uma vela acesa para terminar o serviço e liquidar com todos eles. Se tu, gabrielense amigo, és proprietário de terras ao lado do acampamento, usa qualquer remédio de banhar gado na água que eles usam para beber, rato envenenado bebe mais água ainda. Se tu, gabrielense amigo, possuis uma arma de caça calibre 22, atira de dentro do carro contra o acampamento, o mais longe possível. A bala atinge o alvo mesmo a 1.200 metros de distância. FIM AOS RATOS. VIVA O POVO GABRIELENSE `` (in Revista Caros Amigos Especial número 18, 18/09/2003, Editora Casa Amarela, São Paulo, p. 13).

Os juízos e preconceitos contidos no panfleto acima lembram, de certa forma, as alegações usadas pelos grandes proprietários brasileiros para reprimir todos os movimentos populares de nossa História, como Canudos: `` pés deformados e sujos``, ``escória humana``, `` o que de pior existe no seio da sociedade``, `` massa podre``, ``ratos``, `` desocupados``, `` ralé``, etc. Juízos próximos a esses foram emitidos contra todos os elementos populares da história brasileira: “vadios”, “preguiçosos”, “selvagens”, “bárbaros”, “vagabundos”, “rebeldes”, “degenerados”, “insignificantes”, ``pessoas insignificantes”,``fezes sociais``, “ralé”, etc. Poucas vezes, entretanto, pregou-se tão abertamente o extermínio, a liquidação, à base de gasolina, fogo, veneno ou bala. Seria oportuno lembrar que os nazistas mataram milhões de judeus, só para ficar num exemplo, usando o inseticida Zyklon B nas câmaras de gás, por considerarem-nos `` piolhos``, ``bacilos``, ``parasitas`` ou ``bactérias``. Como em relação aos canudenses, 105 anos antes, aos judeus, especialmente durante o nazismo, e aos sem-terra, nos tempos atuais, rebaixando-os da escala humana à escala zoológica, os opressores justificaram ou justificariam a matança feita ou em vias de ser praticada contra seres humanos que contrariavam seus interesses.

CONCLUSÃO?

Para concluir, citaremos uma definição de História que sintetiza bem o significado do caminho que percorremos examinando os mitos e versões criados em relação a Antônio Conselheiro, os sertanejos e Canudos:

> “ A História é feita de versões construídas sobre os fatos e permeadas de interesses os mais diversos. É importante conservar o espírito crítico e a capacidade de reflexão frente às versões desenhadas. Atrás dos mitos, heróis e vilões sempre existem homens com suas fragilidades, fraquezas, grandiosidades, crenças, valores. Em suma, somos todos simples seres humanos. Acima dos mitos destacados existem os homens e as mulheres comuns que no cotidiano são responsáveis pela edificação dos fatos históricos. Raciocinar reflexivamente acerca da História implica levar em conta estas dimensões. É preciso considerar que a versão divulgada de um fato é inseparável dos interesses nela contido, que carregam a força dos vencedores determinando o que deve visto e o que deve ser esquecido. Refletir implica em navegar contra essa maré que constrói uma única versão, que trabalha com uma única verdade, que se crê definitiva e, portanto, morta” (Série “ Anos de Chumbo”, TV Cultura, SP, 8º programa, 1995).

Por isso, concordamos com o romancista peruano Mario Vargas Llosa ao afirmar sobre Canudos que,

> (...) quando alguém investiga Canudos descobre que (o episódio) foi como uma espécie de pedra de toque, na qual o Brasil projetava suas fantasias, ambições e frustrações políticas, culturais e históricas. Isso de tal forma que a verdade histórica estrita sobre Canudos talvez nunca se possa conhecer, porque ela está como que mascarada ou superposta por interpretações que têm mais a ver com o que foi a evolução do Brasil desde então, do que com o próprio fato histórico” (Setti, 1986),

o que nos faz retornar à reflexão de Antônio Olavo citada no início deste artigo, segundo a qual, (…) *o que aconteceu em Canudos é diferente de tudo que se relatou sobre o que aconteceu em Canudos”* (Neto, 2001: 153).

Antônio Conselheiro, os sertanejos e Canudos provocaram, e continuam provocando, a elaboração de mitos e versões há mais de um século. Os mitos embaçam os fatos históricos, enquanto as versões tentam desmistificá-los. Mas diferenciar mitos e versões nem sempre é possível, porque entre ambos há um entrelaçamento tal que o mito é, muitas vezes, aceito como História e a versão histórica é encarada como mito. . O mito talvez peque pelo tanto, a versão histórica é insuficiente pelo quase. A síntese que está sempre fazendo ou desfazendo, construindo ou desconstruindo, provando ou desmentindo, tanto os mitos

como as versões, é aquilo que chamamos de História. Machado de Assis, por exemplo, entendia assim o problema: " Há, nos mais graves acontecimentos, muitos pormenores que se perdem, outros que a imaginação inventa para suprir os perdidos, e nem por isso a história morre" (in "Esaú e Jacó"). De qualquer forma, deixemos as palavras finais com o historiador sergipano José Calasans ao afirmar que, `` de diversos modos, o episódio do sertão baiano vem sendo contado e recontado, discutido e interpretado. É tema inesgotável, que seduz o historiador, o sociólogo, o folclorista, o cordelista, o poeta, o teatrólogo, o artista.``

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

• **Abdala Jr, Benjamin** e Alexandre, Isabel M. M. (orgs), "Canudos - Palavra de Deus Sonho da Terra", Editora SENAC- Boitempo Editorial, 1a edição, São Paulo, 1997;

• **Almeida, Antonio da Rocha,** "Dicionário de História do Brasil", Editora Globo, Porto Alegre, 1969;

• **Alves Filho, Ivan,** "Brasil, 500 anos em documentos", Mauad Editora, 2a edição, Rio de Janeiro, 1999;

• **Amado, Jorge, -**"Bahia de Todos os Santos", Editora Record, Rio de Janeiro, 14a edição, 27a edição, 1977;

• "Navegação de Cabotagem", Editora Record, 2a edição, Rio de Janeiro, 1992;

• **Assaré, Patativa do,** - "A terra é Naturá" (LP), CBS, 1981;

• "Cante lá que eu canto cá", Editora Vozes, 10a edição, Petrópolis, 2000;

• **Batista, Sebastião Nunes,** "Antologia de Literatura de Cordel", Fundação José Augusto, Natal-RN, 1ª edição, 1977

• **Benício, Manoel,** "O rei dos jagunços", Senado Federal, Brasília, 1997;

• **Bombinho, Manuel Pedro das Dores,** ``Canudos, história em versos``, transcrição, apresentação e notas de Marco Antonio Villa, 1a edição, Editora Hedra Ltda, Imprensa Oficial do Estado e Editora da Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2002;

• **Cadernos de Literatura Brasileira** - Euclides da Cunha, Instituto Moreira Salles, 1a edição, São Paulo, 2002;

• **Calasans, José,** "Cartografia de Canudos", SCTEB-CEC-EGBA, 1a edição, Salvador, 1997;

• **Calógeras, João Pandiá,** "Formação Histórica do Brasil", Companhia Editora Nacional, Sào Paulo;

• **Câmara, Antonio,**`` A atualidade da reforma agrária - de Canudos aos Sem--Terra: a utopia pela terra``, Revista "Olho na História ", número 03, site www.ufba.com.br);

• **Carneiro, Glauco,** "Histórias das Revoluções Brasileiras", 1 vol, Edições O Cruzeiro, 1a edição, Rio de Janeiro, 1965;

• **Chiavenato, Júlio José,** "Os Voluntários da Pátria (e outros mitos), Editora Brasiliense, 1a edição, São Paulo, 1984;

• **Costa, Flávio José Simões,** "Antonio Conselheiro, Louco ? ", Editus, Itabuna--BA, 1a edição, 1998;

• **Dantas, Paulo**, "Os Sertões de Euclides e outros sertões", Comissão Estadual de Literatura, São Paulo, 1969;

• **Dobroruka, Vicente**, "Antônio Conselheiro - O beato endiabrado de Canudos",Diadorim, 1a edição, Rio de Janeiro, 1997;

• **Facó, Rui,** "Cangaceiros e Fanáticos", Editora Civilização Brasileira, 6a edição, Rio de Janeiro, 1980;

• **Folha de São Paulo** (05/071987, 12/11/1994, 30/11/1999, 07/12/1999, 14/12/1999, 21/12/1999);

• **Galvão, Walnice Nogueira**, "Saco de gatos", Livraria Duas Cidades, 2a edição, São Paulo, 1976;

• **Galvão, Walnice Nogueira**, "Gatos de outro saco", Editora Brasiliense, 1a edição, São Paulo, 1981;

• **Galvão, Walnice Nogueira**, "No calor da hora", Editora Ática, 2a edição, São Paulo, 1977;

• **Garret, Atílio et**, “Canudos terra em chamas”, Editora FTD, 1a edição, São Paulo, 1997;

• **Graham, Robert B. Cunninghame,** “Um místico brasileiro - Vida e milagres de Antônio Conselheiro”, Sá Editora-Editora Unesp, 1a edição, São Paulo, 2002;

• **Horcades, Alvim Martins,** `` Descrição de uma viagem a Canudos``, EGBA-EDUFBA, Salvador - Bahia, 1996) ;

• **Iokoi, Zilda Márcia Gricoli,** “Lutas sociais na América Latina”, Editora Mercado Aberto, 1a edição, Porto Alegre, 1989;

• **Janotti, Maria de Lourdes Mônaco,** “Os subversivos da República”, Editora Brasiliense, 1a edição, São Paulo, 1986;

• **Macedo, Nertan,** “Memorial de Vilanova”, Edições O Cruzeiro, 1a edição, Rio de Janeiro, 1964;

• **Macedo, Nertan,** “Antônio Conselheiro - A morte em vida do beato de Canudos”, Editora Renes, 2ª edição, Rio de Janeiro, 1978;

• **Macedo Soares,** Henrique Duque-Estrada de, “A Guerra de Canudos”, Philobiblion Livros de Arte, Rio de Janeiro, 3a edição, 1985;

• **Milton, Aristides A**, “A Campanha de Canudos``, Edições do Senado Federal, Brasília, 2003);

• **Moniz, Edmundo,** “A guerra social de Canudos”, Editora Civilização Brasileira, 1a edição, Rio de Janeiro, 1978;

• **Neto, Manoel e Dantas, Roberto (orgs),** “Os intelectuais e Canudos: o discurso contemporâneo”, 1ª edição, UNEB, 2001;

• **Neto, Manoel e Dantas, Roberto (orgs)**, “Os intelectuais e Canudos: o discurso contemporâneo”, vol. 2, 1a edição, UNEB, 2003;

• **Nogueira, Ataliba**, “Canudos e Antônio Conselheiro”;

• **Pinto, José Pimental,** “Histórias da nossa História”, Editora do Brasil, 1a edição, s/d, São Paulo;

• **Queiroz, Suely Robles Reis de,** “Os radicais da República”, Editora Brasiliense, 1a edição, São Paulo, 1986;

• **Ramos, Graciliano,** “Alexandre e outros heróis”, Editora Record, Rio de Janeiro, 14a edição, 1977;

• **Revista Caros Amigos Especial MST,** número 18, 18/09/2003, Editora Casa Amarela, São Paulo;

• **Revista Primeira Leitura**, Editora Primeira Leitura, número 06, agosto de 2002, São Paulo;

• **Revista USP número 20**, Dossiê Canudos, dez/jan/fev 1993/94

• **Revista USP número 54, “Os sertões cem anos**”, junho-julho-agosto 2002, São Paulo;

• **Revista Veja** número 24, 18/06/2003;

• **Rezende, Sérgio**, “Guerra de Canudos - O Filme”, Editora SENAC, 1a edição, São Paulo, 1997;

• **Ribeiro, João Ubaldo**, “Viva o Povo Brasileiro”, Editora Nova Fronteira, RJ, 1ª edição, 1984.

• **Sampaio, Consuelo Novais**, “Canudos - Cartas para o Barão”, EDUSP-Imprensa Oficial, 1a edição, SãoPaulo, 1999;

• **Schwarcz, Lilia Moritz**, “Retrato em preto em branco”, Companhia das Letras, 1a edição, São Paulo, 1987;

• **Setti, Ricardo A**., “Conversas com Vargas Llosa”, Editora Brasiliense, 1a edição, São Paulo, 1986;

• **Silva, Minelvino Francisco,** “Antônio Conselheiro e a Guerra de Canudos”, Luzeiro Editora Ltda, São Paulo, 1980;

• **Souza, Percival de,** “Autópsia do medo”, Editora Globo, 1a edição, São Paulo, 2000;

• **Queiroz, Suely Robles Reis de,** “Os radicais da República”, Editora Brasiliense, 1a edição, São Paulo, 1986;

• **Ramos, Graciliano,** “Alexandre e outros heróis”, Editora Record, Rio de Janeiro, 14a edição, 1977;

• **Revista Caros Amigos Especial MST,** número 18, 18/09/2003, Editora Casa Amarela, São Paulo;

• **Revista Primeira Leitura**, Editora Primeira Leitura, número 06, agosto de 2002, São Paulo;

• **Revista USP número 20**, Dossiê Canudos, dez/jan/fev 1993/94

• **Revista USP número 54, “Os sertões cem anos**”, junho-julho-agosto 2002, São Paulo;

• **Revista Veja** número 24, 18/06/2003;

• **Rezende, Sérgio**, “Guerra de Canudos - O Filme”, Editora SENAC, 1a edição, São Paulo, 1997;

• **Ribeiro, João Ubaldo**, “Viva o Povo Brasileiro”, Editora Nova Fronteira, RJ, 1ª edição, 1984.

• **Sampaio, Consuelo Novais**, “Canudos - Cartas para o Barão”, EDUSP-Imprensa Oficial, 1a edição, SãoPaulo, 1999;

• **Schwarcz, Lilia Moritz**, “Retrato em preto em branco”, Companhia das Letras, 1a edição, São Paulo, 1987;

• **Setti, Ricardo A**., “Conversas com Vargas Llosa”, Editora Brasiliense, 1a edição, São Paulo, 1986;

• **Silva, Minelvino Francisco,** “Antônio Conselheiro e a Guerra de Canudos”, Luzeiro Editora Ltda, São Paulo, 1980;

• **Souza, Percival de,** “Autópsia do medo”, Editora Globo, 1a edição, São Paulo, 2000;

• **Tavares, Odorico**, “Canudos cinquenta anos depois (1947)”, CEC-ALB-FCE, 1a edição, Salvador,

A IMPRENSA E A CONSTRUÇÃO DEA OPINIÃO PÚBLICA SOBRE ANTÔNIO CONSELHEIRO ENTRE 1893 E 1897

Maria Olivia Garcia R. Arruda
Doutora em Crítica e História Literária (UNICAMP)

livgarcia@uol.com.br

RESUMO: No final do século XIX, a imprensa era o principal meio de comunicação de massas e os jornalistas ditavam a nova forma de vida, voltada para o progresso, influenciando a opinião pública como propagadores de “verdades” quase indiscutíveis. No início da República, houve algumas rebeliões noticiadas nas primeiras páginas dos periódicos de vários estados brasileiros, principalmente a revolta de Canudos, liderada por Antônio Conselheiro, sobre a qual a imprensa parece haver construído uma narrativa baseada nas primeiras notícias veiculadas e no Relatório apresentado por Frei Monte Marciano, após a frustrada missão religiosa de 1895, no arraial, e esses textos atuaram como formadores de opinião, levando grande parte da população brasileira a apoiar o envio de tropas para derrotar aquele povoado, portanto este artigo é a primeira parte de uma pesquisa cujo objetivo é selecionar algumas narrativas de jornais entre 1893 e 1896, sobre o beato, para posteriormente, em uma segunda parte, proceder ao cotejo desses textos com a descrição feita do Conselheiro em Os sertões, de Euclides da Cunha.

Palavras-chave: Antônio Conselheiro; Canudos; Frei Marciano; imprensa; opinião pública.

ABSTRACT: At the end of the 19th century, the press was the main means of mass communication and journalists dictated the new way of life, focused on progress, influencing public opinion as propagators of almost indisputable “truths”. At the beginning of the Republic, there were some rebellions reported on the front pages of periodicals in several Brazilian states, mainly the Canudos revolution, led by Antônio Conselheiro, on which the press seems to have built a narrative based on the first published news and on the Report presented by Frei Monte Marciano, after the frustrated religious mission of 1895 in the camp, and these texts acted as opinion makers, leading a large part of the Brazilian population to support the sending of troops to defeat that village, therefore this article is the first part of a research whose The objective was to select some narratives from newspapers between 1893 and 1896, about the Blessed, to later, in a second part, proceed to compare these texts with the description made of the Counselor in Os sertões, by Euclides da Cunha.

Key words: Antônio Conselheiro; Canudos; Monk Marciano; newspapers; public opinion.

O discurso jornalístico sofre influências da História e dos enunciados que veicula, levando em consideração a posição ideológica da empresa proprietária do periódico e das enunciações do profissional jornalista enquanto sujeito social. No entanto, esse discurso provoca quase sempre um "efeito de verdade" e, mesmo apregoando a neutralidade de opinião, a total isenção do autor não existe. Também é notório que esse efeito de verdade tem alguma influência na opinião pública.

Para Rodrigues (2002, p. 217),

> O discurso não é uma das funções entre outras da instituição midiática: é o seu principal produto e o resultado final (sic) do seu funcionamento. A mídia produz discursos como os pintores pintam telas, os músicos compõem músicas, os arquitetos projetam edifícios. É claro que a mídia desempenha também outras funções, mas todas elas têm no discurso o seu objetivo e sua expressão final.

Essa prática discursiva é legitimada pela sociedade como "produtora e difusora de cultura" e, conforme Navarro (2006, p. 84), esse discurso adquiriu ao longo do tempo uma "imagem de confiança", através da qual o jornalismo se transformou em um discurso "da verdade", um discurso "autorizado". O jornalista, então, passou a ter o "estatuto de dizer o que funciona como verdadeiro de uma época".

Essa função de "produtor de verdades" passou a constituir "efeitos de verdade na formação social", veiculando uma imagem de "objetivo e isento", o que não corresponde com a realidade, pois a escolha de como tratar um fato implica em formação técnica, imaginária, ideológica e discursiva, garante esse autor.

No final do século XIX e início do século XX, o principal órgão de mídia era o jornal e já naquela época as narrativas apresentadas na imprensa eram de grande influência na opinião pública. Antes de ser massacrado pelo exército brasileiro, Antônio Conselheiro, líder do levante de Canudos, teve a imagem negativa construída pelos periódicos nacionais, que geralmente repetiam as notícias que vinham da Bahia, Sergipe e Ceará, criando a figura do "monstro" que deveria ser abatido.

Este artigo é a primeira parte de um estudo que visa elencar, em primeiro momento, notícias de periódicos que apresentem narrativas sobre Antônio Conselheiro entre 1893 e 1896, fase que antecedeu o início do conflito armado em Canudos, a fim de constatar qual imagem a imprensa da época construiu sobre o beato para depois verificar, em uma segunda etapa, qual o cruzamento desses discursos com a narrativa de Euclides da Cunha, em Os sertões, sobre a figura desse líder do arraial. É importante salientar que a pesquisa priorizou as fontes originais, ou seja, os periódicos da época, recorrendo às fontes secundárias o mínimo possível, embora haja publicações importantes a respeito do tema.

Como o espaço é limitado para a extensão do estudo, este texto abrange apenas a primeira etapa da pesquisa. Também houve a opção de atualizar a grafia, uma vez que o texto tem, como público-alvo, os jovens do Ciclo de Estudos Euclidianos.

Conforme Nascimento (2015), foi o jornal O Rabudo, de Estância (SE), datado de 22 de novembro de 1874, a publicar a primeira reportagem sobre a presença do peregrino no interior de Sergipe:

> A bons seis meses que por todo o centro desta e da Província da Bahia chegado; (diz elle,) da do Ceará infesta um aventureiro santarrão que se apelida por Antonio dos Mares: o que avista dos apparentes e mentirosos milagres que disem ter elle feito tem dado lugar a que o povo o trate por S. Antonio dos Mares" (O Rabudo, 1874).

Uma das poucas notícias em favor do Conselheiro saiu no Pequeno Jornal (BA), na edição de 4 de abril de 1892, página 2, sob o título de "Negócios do Coité"; uma reclamação a respeito do vigário desse local, Vicente Valentim da Cunha, a quem Manoel José de Sant´Anna acusa de extorsão da população, prevaricação e por haver espancado barbaramente a Antônio Conselheiro, seus seguidores e ao padre Felismino de São Paulo".

Já em 31 de maio de 1893, o Diário de Notícias de Salvador alertava os leitores a respeito do "célebre fanático conhecido como Conselheiro", classificando-o como um "indivíduo perigoso", um "elemento de desordem", o "terror das autoridades" e pedia providências para "se evitarem cenas de maior gravidade".

Conforme Calazans, em entrevista publicada em O Estado de São Paulo (2001, p. 130), antes de se estabelecer em Canudos, Antônio Mendes Maciel recebia vários nomes por onde passava: Antônio dos Mares, Santo Antônio dos Mares, Santo Antônio Aparecido, Santo Conselheiro, Bom Jesus Conselheiro e, finalmente, Antônio Conselheiro, como entrou para a História.

É também Calazans que afirma ter o Conselheiro 44 anos de idade quando chegou à região de Canudos, onde se estabeleceu em 13 de junho de 1893. Conforme esse autor, o beato era sempre descrito como magro, de barba e cabelos longos e maltratados, vestindo um camisolão azul. A figura do peregrino sempre impressionava os sertanejos que o conheciam.

O Conselheiro conversava pouco, mas pregava muito, fazia as pessoas rezarem, dava conselhos, condenava o luxo, apregoava o jejum e era contra a mancebia, fazendo casar na igreja os casais que o acompanhavam. Construía igrejas, erguia muros nos cemitérios, abria tanques de água; enfim, prestava muitos serviços à comunidade esquecida do sertão, arregimentando o povo para auxiliá-lo nas obras.

O jornal cearense de 28 de junho de 1893, A República (p. 1), traz a notícia de que a imprensa baiana se ocupava "largamente" de um personagem

chamado Antônio Conselheiro, que nos sertões da Bahia fazia papel de faquir, “arrastando após de si a população rude, a quem doutrina n´um cristianismo abstruso e à feição do vulgo quase fetichista, que tem de Deus sentimento o mais torpe”.

O texto afirma que o verdadeiro nome do beato era Antônio Vicente Mendes Maciel e não Antônio Vicente da Cunha Maciel, como o outro jornal publicara. Conselheiro era filho de Vicente Mendes Maciel, que era, “há meio século, negociante em Quixeramobim”, cidade natal do peregrino, que então amotinava aquela região, “pondo em fermentação as consciências” em que tocava, comprovando a “má qualidade” delas e a “poderosa força sugestiva” do pregador. O autor da notícia assim descreve o Conselheiro:

> maior de 60 anos, de família que sofria da afecção mental, própria para produzir os fenômenos que se observam nele. Seu pai, um dos antigos Maciéis, cuja coragem tornou lendário esse nome, declinado na história criminal do Ceará, era um bonito homem, a tez ligeiramente morena, vigoroso e inteligente, mas retraído, taciturno, mau e perigosamente desconfiado, bem que muito cortês, obsequioso e honrado. Tinha momentos terríveis de cólera, principalmente se tocava em álcool. Era d´uma valentia indômita, e meio surdo.

Continuando a análise da carga hereditária do beato, como era de praxe para o pensamento determinista da época, a reportagem conta que os avós de Antônio Conselheiro eram vaqueiros, e que, em “um dos seus momentos, deu tantas facadas na mulher que esta esteve sacramentada”, depois ele abandonou o uso de bebidas alcoólicas, reconciliou-se com a mulher, continuou a trabalhar no comércio e chegou a “fazer uma fortuna sofrível, edificando algumas boas casas na praça, que chamam, em Quixeramobim – Cotovelo” (BENÍCIO, 2013, p. 26).

Embora a redação desse texto esteja cheia de ambiguidade, presume-se que esta frase fale do pai do Conselheiro, devido à questão do alcoolismo. Continuando, o narrador afirma que Vicente Maciel, nos últimos tempos, se “desmandara”, supondo-se que havia morrido arruinado. “Era vítima de uma demência intermitente, voltava sempre”. O homem também não sabia ler, mas repassava os fatos “admiravelmente, de oitiva”. Quando ia fazer compras em Aracaty, decorava previamente o valor total delas e quando atingia a meta estabelecida, dizia aos caixeiros que bastava. Não errava nem por um real a soma da compra com o valor pré-estabelecido por ele.

O Conselheiro puxara ao pai, de quem era “uma completa emanação”, estando “nas mesmas condições patológicas”, podendo ser estudado “como specimen entre doentes mentais”. Estava construída a imagem do “monstro de Canudos” e, para reforçá-la, o autor desse texto sugere: “Dava bem para uma bonita página de Lombroso”.

Não satisfeito, continua com o perfil do beato: na infância era conhecido como Antônio Vicente, aprendera a ler de criança, o que não era para qualquer um na época. No entanto, “depois de se ter feito célebre nos sertões da Bahia, amotinando os espíritos no seu papel de santão, de pregador umas vezes, outras de eremita, recolhendo-se à vida contemplativa, veio ao Ceará, e esteve nesta capital”. É possível notar a linguagem sempre eivada de juízos de valor, empregando expressões como “amotinando os espíritos” e “papel de santão”, o que também contribuiu para que se divulgasse a impressão negativa sobre o Conselheiro, que há cerca de dez anos se dirigira de Fortaleza a Pentecostes, Canindé “ou alhures”, não retornando mais àquela capital.

O jornal ainda avalia que, estando o Conselheiro crente de desempenhar uma “missão divina”, era apenas “um fanático” com quem a autoridade deveria ter a máxima prudência, “nas suas alucinações”. Entretanto o repórter considera que o peregrino tinha boas intenções, mas suas noções das verdades eternas eram “vesgas”, portanto ele era “um doente”, trazia “afetada uma boca das mais delicadas, ou cujo funcionamento regular” mais importava na vida. O autor conclui o texto dizendo: “Todo o espírito caxinga ou tem suas manqueiras. Os mais felizes são os que tropeçam para o lado onde há menos espinho”.

O jornal **O Estado de São Paulo**, do qual Euclides da Cunha seria, em 1897, correspondente do conflito de Canudos, publica em 22 de março de 1894, uma notícia sobre “O interior da Bahia”, informando que diversas localidades daquele Estado haviam sido invadidas pelas “hordas de clavinoteiros que, praticando atos de verdadeira selvageria, saques, etc”, constituíam o “terror das famílias”. Afirma, também, que os jornais baianos relatavam constantemente os “tristíssimos feitos desses bandidos” e por isso naquele Estado as pessoas viviam em “contínuo sobressalto”, com receio de ter a propriedade saqueada, além de temerem pela própria vida. Monte Santo e Mundo Novo eram os principais focos daqueles marginais. Em Mundo Novo, um indivíduo conhecido como Volta-Grande liderava um “batalhão de clavinoteiros”; em Monte Santo, um “chefe de bandidos” chamado Antônio Conselheiro liderava outro séquito, sendo já conhecido “pelos assassinatos e cenas de sangue” que havia cometido, tanto quanto Volta-Grande.

Interessante notar que houve, naquela época, várias rebeliões nos sertões nordestinos, causadas certamente pela seca e pela fome e, graças a Euclides da Cunha, não puderam apagar a mais expressiva delas, a de Canudos.

O redator termina a notícia comunicando que o Conselheiro e seus seguidores pretendiam se unir aos “volta-grandenses para a resistência à força do governo, pondo assim em dúvida o resultado da luta”, que era esperado “com ansiedade”.

Na sessão da Câmara dos Deputados da Bahia, de 19 de maio de 1894, o sr. Antônio Bahia logo se apresentou em nome “de populações aterradas e

opressas pelo temor", solicitando uma "intervenção benéfica em bem da paz, em bem da ordem, alteradas, por um louco ou criminoso, perturbadas por Antônio Conselheiro" (Anais da Câmara dos Senhores Deputados do Estado Federado da Bahia: Sessões – 1894 a 1896, p. 104-118). O debate ocorrido nessa sessão merece um artigo à parte, portanto não entraremos em detalhes aqui. O deputado em questão propôs a formação de uma comissão da Câmara para auxiliar o governo do Estado da Bahia na intervenção junto ao Conselheiro, a fim de encerrar o movimento considerado subversivo.

Em 14 de abril de 1895, o **Jornal do Recife** transcreve uma nota de **O Jornal,** que diz o seguinte:

> Cidadão recentemente chegado do centro do Estado veio ao nosso escritório, hoje, pedir-nos chamemos a atenção das autoridades superiores para os incalculáveis prejuízos que continua a dar o célebre Antônio Conselheiro, contra cujo fanatismo deplorável e nocivo tanto há reclamado a imprensa, solicitando enérgicas providências.
>
> Ao que nos disse est informante, Antônio Conselheiro tem hoje consigo milhates de pessoas arrancadas ao trabalho agrícola, abandonando engenhos, povoados, etc.
>
> Este êxodo já não é de agora que noticiamos, como um deponente atestado da falta de providências contra esse fanático.
>
> Necessário é, pois, uma medida energica.
>
> Antônio Conselheiro, segundo nos informaram, está presentemente no lugar Canudos. (**Jornal do Recife**, 14/04/1895, p.2).

A partir da época em que o Conselheiro se fixou em Canudos, em 1893, tornou-se alvo da imprensa baiana, que passou a alimentar a imagem negativa que já haviam construído sobre ele. Os correspondentes do interior publicavam verdadeiros apelos aos governantes para que tomassem providências contra os abusos que os jagunços cometiam na região do arraial e que representavam um perigo com o possível crescimento daquele povoado que não respeitava as autoridades e era contra a República. Era necessário extinguir Belo Monte, como o beato o denominara, pois era um "pernicioso" foco monarquista.

Como era de comum consenso que a igreja tinha o dever de cuidar do problema, a maioria apontava a missão católica como a estratégia para acabar com o prestígio do "Bom Jesus".

Então Rodrigues Lima, governador do Estado da Bahia, resolveu recorrer ao Arcebispado, em 1895, para que tomasse providências. Conforme Calazans, o arcebispo daquela época era D. Jerônimo Tomé, porém no documento publicado em **Leituras Religiosas** (BA, 7 de julho de 1895), o relatório está dirigido ao Cônego Clarindo de Souza Aranha, "digno governador do Arcebispado da Bahia".

O arcebispo atendeu o pedido e determinou que frei João Evangelista do Monte Marciano, um capuchinho que viera da Itália, dirigisse a missão. Ele e frei Caetano de S. Leo chegaram à Bahia um ano antes do compromisso e a eles se juntou o vigário de Cumbe, padre Vicente Sabino dos Santos, que atendia os habitantes de Canudos com alguma frequência e lá possuía onde ficar.

Ocorreu que Monte Marciano não tinha as habilidades necessárias para aquela missão, mal estava acostumado com os costumes brasileiros, então em pouco tempo os três tiveram que deixar o arraial, o que aumentou a tensão entre aquele povoado e o poder público. Conforme Calazans, foi o monsenhor Basílio Pereira o redator do relatório de Monte Marciano, pois o monsenhor era "escritor e orador conceituado" e o frei encarregado da missão não dominava a língua portuguesa.

Esse **Relatório sobre Antônio Conselheiro e seu Séquito no Arraial dos Canudos** (Bahia, Tipografia do Correio de Notícias, 1895), de oito páginas, marca o final do primeiro período da "historiografia relativa à guerra de Canudos", ou seja, de tentativas de pacificação, pois, a partir daí, teria início a repressão militar contra o arraial.

O jornal **Leituras Religiosas** (BA), de 30 de junho de 1895, inicia-se com a notícia do retorno de Frei João Evangelista a Salvador, após sua ida em missão apóstólica "à Freguesia de Massacará, onde, como se sabe, estabeleceu o seu temeroso quilombo o famigerado fanático Antônio Conselheiro". Como se vê, já de início a figura do beato é descrita de forma bem negativa, enquanto o frei assume uma posição superior, uma vez que havia pregado a "santa missão" em Canudos, "onde o tal Conselheiro edificou uma capela e acha-se entrincheirado com milhares de pessoas". Ora, quem está em trincheiras está se preparando para uma batalha, portanto o emprego desse vocábulo parece provocação!

E o texto continua dizendo que o "zeloso Missionário, com sua palavra apostólica" conseguira dispersar a "maior parte da gente que seguia o fanático, a qual contava-se por milhares", no entanto não conseguira remover aqueles que faziam parte do "exército de defesa do Antônio Conselheiro", cujo número passava de mil homens, "armados até os dentes".

Noticia ainda esse jornal que o frei havia apresentado ao Governador da Arquidiocese um "minucioso relatório" daquilo que havia observado em sua "excursão apostólica", que seria publicado no jornal em breve.

Em 7 de julho do mesmo ano, o **Leituras Religiosas** cumpre o prometido: publica o relatório de Monte Marciano, esperando que o governo estadual tomasse providências "para fazer desaparecer" daquele Estado a "suprema vergonha de estar um fanático levantando barreiras à ação da lei e se constituindo em potência independente de toda a hierarquia social". Informa o jornal que o arcebispo havia enviado cópia do relatório ao Governador do Estado.

O redator também questiona se iriam levar a separação entre a Igreja e o

Estado “ao ponto de deixar-se um visionário manifestamente impostor e rebelde zombar de todas as leis e ameaçar a segurança pública e os interesses da população, já tão seriamente comprometidos”. Para o colunista, restava então ao governo civil cumprir o seu dever, “fazendo desaparecer, pelos meios que lhe faculta a lei, este opróbrio social, verdadeira mancha negra no sol de nossa civilização”.

Após essa introdução, passa a transcrever o relatório, no qual o frei justifica a sua missão como uma busca “pela pregação da verdade evangélica” e, havendo ele apelado “para os sentimentos da fé católica” do Conselheiro; tentou lembrá-lo dos “deveres de católicos e cidadãos”, de que se havia esquecido e violado “com as práticas as mais extravagantes e condenáveis, ofendendo a religião e perturbando a ordem pública”.

Diz Marciano haver aceitado a missão com obediência a seu superior e confiança em Deus, que “para fazer o bem serve-se dos mais fracos e humildes instrumentos, e não cessa de querer que os mais inveterados pecadores se convertam”. Então, acompanhado do frei Caetano de S. Leo, ambos desempenharam a tarefa do modo que lhes foi possível, portanto Monte Marciano vinha “relatar minuciosamente” o resultado dos esforços dos dois frades, embora “em parte frustrados”, para que o arcebispo tivesse ciência de tudo e tomasse as providências convenientes.

Os freis haviam partido para Canudos em 26 de abril, porém só conseguiram entrar no povoado em 13 de maio. Tiveram dificuldade para obter conduções e lugares para se hospedarem no trajeto, como também para encontrar guias que os conduzissem até o arraial.

Esses obstáculos fizeram com que se demorassem em Cumbe, que ainda distava 18 léguas de Canudos. Mesmo tão distantes já encontravam “prenúncios da insubordinação e anarquia” de que iriam ser testemunhas. Três léguas antes de Cumbe avistaram um numeroso “grupo de homens, mulheres e meninos quase nus, aglomerados em torno de fogueiras”, dos quais se aproximaram, perguntando-lhes se aquela era a estrada para Cumbe; mas em vez de obterem resposta, o primeiro movimento daquelas pessoas havia sido “lançar mão de espingardas e facões que tinham de lado, e juntarem-se todos em atitude agressiva”.

Frei Marciano, com a intenção de acalmá-los, explicou que eram missionários e haviam se perdido na estrada, por isso precisavam saber se por aquele caminho chegariam ao Cumbe. A resposta dos indivíduos foi apontar para uma casa vizinha e dizer : “Não sabemos, perguntem ali”.

Depois os frades souberam que aquelas pessoas eram uma “guarda avançada de Antônio Conselheiro”. Como a missão fora anunciada na missa de 5 de maio em Cumbe, a chegada dos dois religiosos, no dia 13 às 10h00, não fora surpresa para os canudenses.

Marciano informa a localização da “fazenda Canudos”, que distava “duas léguas do Riacho das Pedras, no lado oposto à serra geral”. Também esclarece que o terreno não era cultivado a uma légua de distância, porém era “ótimo para a criação miúda, principalmente nas cheias do rio Vaza-Barris. Segue depois “uma vasta planície muito fértil, regada pelo rio na baixa de um monte, no alto do qual já se podia ver a antiga sede da fazenda Canudos, a capela que fora edificada pelo Conselheiro e “as misérrimas habitações dos seus fanatizados discípulos”. Depois do rio já se deparava com as “casinholas toscas, construídas de barro e cobertas de palha, de porta, sem janela e não arruadas”.

Conforme o relatório, o interior das casas era muito sujo e os moradores que saíram delas para ver os frades estavam quase nus, de aspecto aspecto “esquálido e quase cadavérico”, devido às privações por que passavam. Depois viram a praça, de média extensão, “ladeada de cerca de doze essas de telha, e nas extremidades, em frente uma à outra, a capela e a casa de residência de Antônio Conselheiro”.

No momento em que chegaram os missionários, os canudenses se aglomeraram à porta da capela e na praça; eram cerca de “mil homens armados de bacamarte, garrucha, facão, etc., dando aos Canudos a semelhança de uma praça d´armas ou melhor, d´um acampamento de beduínos”. De acordo com o relatório, eles vestiam camisa, calça e blusa de azulão, usavam um gorro azul na cabeça e calçavam alpargatas. Na visão do frei Monte Marciano, tinham o “olhar ao mesmo tempo indagador e sinistro”, que denunciava “consciências perturbadas e intenções hostis”.

Os religiosos foram alojados na casa do vigário do Cumbe, que estava com eles, e que há um ano não voltava a Canudos, pois ali sofrera um desacato. Cerca de duas horas após a chegada dos freis, puderam ver algo que lhes dava “a medida do abandono e desgraça” em que vivia aquele povo: homens armados levaram até eles oito cadáveres e frei Marciano ouvira dizer que isso era corriqueiro, que a mortalidade ali era grande, devido às moléstias que contraíam “pela extrema falta de asseio e penúria de meios de vida, que dá lugar até a morrerem à fome”.

Refeitos da viagem, os frades foram à capela onde estava o Conselheiro, acompanhando os trabalhos da construção. Assim que perceberam a chegada dos estranhos, “os magotes de homens armados enfileiraram-se junto à porta” e, assim que os três religiosos passaram, todos disseram: “Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo!” Chegaram, então, à frente do Conselheiro, que usava uma túnica azulão, tinha a cabeça descoberta e segurava um bordão. Seus cabelos eram longos e “sem nenhum trato”, as longas barbas eram grisalhas, quase brancas, tinha olhos fundos, que raras vezes levantava para fitar alguém. Seu rosto era comprido, pálido, “o porte grave e ar penitente, davam-lhe ao todo uma aparência que não pouco teria contribuído para enganar e atrair o povo simples

e ignorante dos nossos sertões", afirma Marciano. Iniciaram a conversa falando sobre as obras e o beato os convidou a examiná-las, levando-os a "todas as direções do edifício".

Ao chegarem ao coro, frei Marciano aproveitou que estavam quase a sós então comunicou ao Conselheiro que haviam ido para lá em missão de paz, por isso estranhava os homens armados naquele local. Além disso, não podia deixar de condenar "que se reunissem num lugar tão pobre tantas famílias entregues à ociosidade e num abandono e miséria tais, que diariamente se davam de 8 a 9 óbitos" e por este motivo e por ordem do arcebispo eles iriam abrir a ali uma "santa missão", para aconselhar o povo a voltar a seus lares e ao trabalho, "no interesse de cada um e para o bem geral".

Enquanto o frei fazia essa comunicação ao Bom Jesus, a capela e o coro foram se enchendo de pessoas que diziam querer acompanhar o Conselheiro. Este os fez calarem-se e explicou ao frei que possuía aqueles homens armados para defendê-lo, pois a polícia o havia atacado, querendo matá-lo em um lugar chamado Macete, onde ocorreram mortes de ambos os lados. Antônio explicou que se deixou prender quando era ainda a monarquia, porque reconhecia o governo, porém não se deixaria pegar agora, pois não reconhecia a República.

Frei Marciano apelou à religiosidade do beato, dizendo-lhe que, se fosse mesmo católico, deveria considerar que a igreja condenava as revoltas, que aceitava todos os tipos de governo e ensinava que os poderes constituídos regiam "os povos em nome de Deus", que era assim em toda a parte. Citou como exemplo a França, que após séculos de monarquia, tornara-se República há mais de 20 anos e todo o povo francês obedecia às autoridades e às leis do governo; assim deveria ser também no Brasil, onde todos reconheciam a República, só ele não queria fazê-lo?

Então uma voz interrompeu o frade, gritando: "V. Revma. É que tem uma doutrina falsa, e não o nosso Conselheiro". Este mandou que o homem se calasse, respondendo a Marciano: "Eu não desarmo a minha gente, mas também não estorvo a santa missão" – e com isto o diálogo terminou, saindo todos do recinto, sob o brado de "estrondosos vivas à Santíssima Trindade, ao Bom Jesus, ao Divino Espírito Santo e ao Antônio Conselheiro".

Frei Marciano relata que ouvira muito sobre o beato, mas queria conhecê-lo pessoalmente e passa a descrevê-lo. Antônio Vicente Mendes Marcial (não se sabe se foi erro de imprensa ou do frade) era cearense, "de cor branca tostada ao sol, magro, alto de estatura", tinha por volta de 65 anos e "pouco vigor físico, parecendo sofrer alguma afecção orgânica, por frequentes e violentos acessos de tosse a que é sujeito".

O Conselheiro contava com uma "reputação de austeridade de costumes", porém era alvo de "insistentes suposições da expiação rigorosa de um crime", que cometera "em circunstâncias atenuantes". Embora o peregrino inculcasse

o "zelo religioso, disciplina e ortodoxia católica", não os possuía, uma vez que transgredia as leis e desconhecia as autoridades eclasisásticas sempre que lhes contrariassem as ideias, ou os caprichos, arrastando consigo seus "infelizes sequazes", além de consentir que eles lhe prestassem "homenagem que importam um culto", e propalassem em seu nome "doutrinas subversivas da ordem, da moral e da fé".

Conforme o relatório, os "aliciadores da seita" tinham a tarefa de persuadir o povo de que, para conseguir a salvação, deveria ir para Canudos, pois nos outros lugares tudo estava contaminado e perdido pela República. No arraial, as pessoas nem precisariam trabalhar, era "a terra da promissão", onde corria "um rio de leite" e os barrancos eram de "cuscuz de milho". Aqueles que possuíssem bens, para se juntarem ao arraial, deveriam dispor de tudo e entregar o que recebessem pela venda ao Conselheiro, guardando para si apenas "um vintém em cada cem mil réis". Se possuíssem imagens, deveriam levá-las para o santuário. Quem seguisse à risca essas orientações teria direito a "vestuário e oração", sendo que lá já se encontravam mais de 800 homens e 200 mulheres que haviam seguido esses apelos e faziam parte do "séquito do conhecido fanático".

O encargo de preparar a comida, costurar e enfeitar os gorros masculinos era das mulheres, que à noite iam cantar "benditos na latada, acendendo fogueiras" quando fazia frio. Os homens viviam armados, dia e noite montando guarda ao Conselheiro, parecendo idolatrá-lo, pois toda vez em que ele saía era imediatamente "recebido com ruidosas aclamações e vivas à Santíssima Trindade, ao Bom Jesus e ao Divino Espírito Santo".

No meio daquela "turba desorientada", continua o frei em seu relato, havia vários criminosos, conforme ele fora informado, como João Abade, nascido em Tucano. Abade era chamado "o chefe do povo" e havia cometido dois homicídios. Outro criminoso era José Venâncio, a quem atribuíam dezoito assassinatos. Para Marciano, o "santo homem" fechava os olhos àquelas "travessuras" e acolhia os "inocentes", para que a República não fosse para eles a perdição.

O Conselheiro não assumia nenhuma função sacerdotal, mas também não tomava os sacramentos, como se deles não necessitasse, nem se apoderava do ministério dos padres; as cerimônias do culto a que presidia e que se repetiam constantemente entre os seguidores dele eram mescladas de "sinais de superstição e idolatria", como o "Beija das imagens", que faziam "com profundas prostrações e culto igual a todas, sem distinção entre as do Divino Crucificado, da Santíssima Virgem e quaisquer outras".

Em determinados dias, o beato reunia seu povo para lhe dar conselhos, sempre eivados do seu "fanatismo em assunto de religião e da sua formal oposição ao atual regime político; mas, ou para mostrar deferência com o missionário, ou por ter meios de dar instruções secretas", não falou publicamente enquanto lá estiveram os religiosos.

A missão tivera início em 14 de maio, à qual compareceram cerca de quatro mil homens, todos armados de “bacamartes, garruchas, espingardas, pistolas e facões, de cartucheira à cinta e gorro à cabeça, na atitude de quem vai à guerra”. Antônio Conselheiro também compareceu, deixando seu bordão ao lado do altar, ouvindo com atenção e impassibilidade, “mas como quem fiscaliza”, algumas vezes fazendo gestos de desaprovação, que provocavam protestos dos fiéis. Na ocasião em que Monte Marciano explicava o que era o jejum e qual a maneira correta de fazê-lo, pois a finalidade desse sacrifício era a “mortificação da carne e o refreamento das paixões pela sobriedade e temperança, mas não o aniquilamento das forças por uma longa e rigorosa privação de alimentos”, motivo pelo qual a igreja dispensava a abstinência de muitos dias de jejum, jamais proibindo a ingestão moderada de líquidos e que se podia jejuar muitas vezes sem deixar de comer carne e tomar pela manhã uma xícara de café, o Conselheiro “estendeu o lábio inferior e sacudiu negativamente e os seus principais asseclas romperam logo em apartes”, um deles exclamando: “Ora, isto não é jejum, é comer a fartar-se”.

Com exceção dessas interrupções, o frei relata que a missão correu normalmente até o quarto dia, quando ele pregou sobre o dever da obediência à autoridade, mostrando que sendo a República o governo constituído no Brasil, todos os cidadãos tinham o dever de reconhecê-la e respeitá-la, inclusive porque o Papa já se havia pronunciado, recomendando a “concórdia dos católicos brasileiros com o poder civil”, portanto se insistissem em desobedecer ao governo e hostilizar os representantes dele, aceitos pela maioria da população, não deveriam fazer da religião “pretexto ou capa de seus ódios e caprichos”, pois a igreja católica não era nem seria jamais solidária com instrumentos de “paixões e interesses particulares ou com perturbadores da ordem pública”.

Os habitantes de Canudos, então, ficaram irritados e começaram a pregar contra a missão e os missionários, convencendo o povo a não assistir à “pregação de um padre maçon, protestante e republicano” e que, ao passar próximos ao púlpito, ameaçavam-no de castigo e até de morte. Começaram, então, a divulgar que frei Marciano era “emissário do governo” e que iria “abrir caminho à tropa que viria de surpresa prender o Conselheiro e exterminar a todos eles”, passando a monitorar todas as estradas de acesso ao povoado, com homens armados, deixando entrar ou sair dali somente pessoas reconhecidas, detendo o próprio vigário de Cumbe, quando retornava a Canudos.

Embora com receio e pedindo a Deus proteção, o frei continuou com a missão, falando sobre o homicídio, explicando “a malícia enorme e a irreparabilidade deste crime”, alertando que não eram homicidas apenas aqueles que diretamente acabavam com a vida de outra pessoa, mas também os que arrastam os outros “a acompanhá-los em seus erros e desatinos, deixando-os depois morrer, dizimados pelas moléstias, à míngua de recursos e até de pão”, como

acontecia ali mesmo. Então o frei perguntou a eles quem eram os responsáveis “pela morte e pelo fim miserável de velhos, mulheres e crianças que diariamente pereciam naquele povoado em extrema penúria e abandono”, aí uma voz na multidão respondeu: “É o Bom Jesus que os manda para o céu”.

Os missionários saíram vivos depois disso porque havia mais de seis mil pessoas assistindo à pregação e muitos eram de fora, então os defensores do Conselheiro se limitaram a “injúrias, acenos e ditos ameaçadores”, até o sétimo dia da missão, dia 20 de maio, em que houve um protesto “estrepitoso do grupo arregimentado”.

João Abade fora visto percorrendo a praça desde as 11h00 daquele dia, “agitado e impaciente”. Pouco a pouco os fiéis foram se agrupando, até que ao meio-dia o local estava lotado de “homens, mulheres e meninos que, a queimar foguetes, e com uma algazarra infernal”, foram à capela aos gritos de “Viva o Bom Jesus!” e vivas ao Divino Espírito Santo e a Antônio Conselheiro. Da capela a turba se dirigiu à casa em que os missionários estavam abrigados, gritando “foras aos republicanos, maçons, protestantes”. Diziam não precisarem de padres para a salvação deles, pois tinham já o Conselheiro. Essa manifestação durou cerca de duas horas.

À tarde, na missão, frei Marciano falou sobre a “cegueira e insensatez” dos que haviam participado do protesto, mostrando a eles que aquele ato fora “um desacato sacrilégio à religião e ao sagrado caráter sacerdotal”, pondo, assim, um final àquela missão, pois da mesma forma que os apóstolos sacudiam o pó das sandálias às portas das cidades que os rejeitavam, o frei se retirava de Canudos, mas não sem alertar aquele povo que se não abrissem a tempo os olhos “à luz da verdade”, iriam sentir depois o “peso esmagador” da Justiça Divina, “à qual não escapam os que insultam os enviados do Senhor e desprezam os meios de salvação”.

Dessa forma, o frei retirou-se, “não voltando mais à latada”, nem exercendo seu ministério em público, atitude que impressionou a todos, fazendo com que aqueles que não recebiam alimentos e vestimentas do Conselheiro fossem abandonando o povoado, “queixosos e completamente desiludidos das virtudes de Antônio Conselheiro”.

Os seguidores do beato, reconhecendo que eram minoria e percebendo que essa retirada em massa levaria o movimento deles ao descrédito, foram pedir, em nome do Conselheiro, a continuidade da missão, alegando que ficariam sem o Sacramento do Crisma e de outros “benefícios espirituais” que se davam ao final dela. O frei, no entanto, resistiu aos pedidos, esperando que com isto conseguisse fazer com que os que ali restavam também fossem embora, resolvendo o problema daquele povo que era uma “presa iminente do fanatismo de um insensato, servido por imbecis ou explorado por perversos”.

Até aquela data, frei Marciano havia realizado “55 casamentos de aman-

cebados, 102 batizados e mais de 400 confissões". No dia em que ia partir, o religioso foi chamado para a confissão de um enfermo, a que atendeu sem hesitar, seguindo os jagunços armados que foram chamá-lo, mas quando chegaram à casa do doente, o frei pediu para que esses homens saíssem, a fim de resguardar o segredo da confissão. Eles se recusaram, dizendo: "Custe o que custar, não saímos", fazendo com que o frei se negasse a ouvir o doente e saísse dali protestando em voz alta "contra aquela afrontosa violação das leis da religião e da caridade".

Segundo frei Marciano, a fúria "daqueles desvairados" redobrou-se em protestos, "insultos, imprecações e juras de vingança", reunidos à porta da casa em que o religioso se encontrava. A essa altura, os companheiros de viagem do frei já o esperavam, nos fundos da casa, com os animais prontos para partir, o que fizeram sem demora.

No Relatório, o frei afirma que aquela missão lhe permitira "apreender e denunciar a impostura e perversidade da seita fanática no próprio centro de suas operações" e ainda fazer debandar do arraial "inúmeras presas, desenganando a uns das virtudes supostas e prevenindo outros contra as doutrinas e práticas abusivas e reprovadas" do Conselheiro e de seus discípulos fanáticos.

Alega também que a Companhia do Bom Jesus, a "seita político-religiosa estabelecida e entricheirada nos Canudos" não era apenas um "foco de superstição e fanatismo", nem era um"pequeno cisma na igreja baiana"; era um "núcleo na aparência desprezível, mas de perigo funesto de ousada resistência e hostilidade ao governo constituído no país". Canudos, para ele, era "um estado no Estado; ali não são aceitas as leis, não são reconhecidas as autoridades, não é admitido à circulação o próprio dinheiro da República".

O Relatório também alerta para o perigo de uma revolução, pois garante que em Canudos havia mais de mil "companheiros decididos" a serviço do Conselheiro, sendo aproximadamente 800 homens sempre armados, mulheres e crianças "dispostos de modo a formarem uma reserva que ele mobiliza e põe em pé de guerra quando julga preciso". Explica que, uma vez alistado na Companhia, é quase impossível ao indivíduo libertar-se dela, além de "sofrer violências se fizer qualquer reclamação", como no exemplo que presenciou de um homem que foi colocado na prisão por haver pedido a restituição das imagens que havia levado ao arraial.

A milícia do Conselheiro permite a entrada em Canudos apenas com o consentimento dela; aos "amigos do governo ou republicanos conhecidos ou suspeitos", se for permitida a entrada, não os tira de vista e os expulsa por qualquer coisa que a desagrade. Aos indecisos, que ainda não aderiram à seita, é permitido viver ali, com liberdade para se ocuparem de seus interesses, "mas correndo grandes riscos, e entre eles o de serem algum dia inesperadamente saqueados os seus bens em proveito da Santa Companhia", como ocorrera com

um comerciante do Bonfim que lá se estabelecera.

Portanto o missionário alega que o "desagravo da religião, o bem social e a dignidade do poder civil" pediam providências para que se restabelecessem em Canudos as leis vigentes no país, a garantia da religião católica e os "foros de povo civilizado", uma vez que "aquela situação deplorável de fanatismo e de anarquia" deveria acabar, para a "honra do povo brasileiro, para o qual é triste e humilhante" que na parte mais inculta do Brasil o sentimento religioso baixasse àquelas aberrações e o partidarismo político desvairasse "em tão estulta e baixa reação".

Assina o Relatório Frei João Evangelista do Monte Marciano, "missionário apostólico capuchinho". O conteúdo desse relatório logo foi divulgado em vários jornais do Brasil

No **Cidade do Rio** (RJ) de 18 de julho de 1895, página 1, foi publicado o texto "Antônio Conselheiro", que começa dizendo: "Este fanático, que vai se tornando célebre, continua a fortificar-se nos Canudos, estado da Bahia, segundo pode ver-se por uma correspondência remetida daquela localidade ao **Diário de Notícias** da capital".

A seguir, conta que há poucos dias "saíram corridos da Meca do Conselheiro dois missionários capuchinhos que ali foram pregar a religião" e informa que depois disso o beato havia se entrincheirado, "abrindo fossos e cometendo outros atos", a fim de se prevenir contra as forças do governo que certamente seriam enviadas para combatê-lo e que as armas eram "diariamente asseadas, descarregadas e municiadas de novo". Conta ainda que o fanatismo chegara a tal ponto que os seguidores de Canudos guardavam a água com que o Conselheiro se banhava, por acreditarem que curaria os enfermos. Aquele povo já não acreditava nos representantes da igreja, por considerá-los "inferiores ao seu Santo Conselheiro".

O **Jornal do Commercio** (RJ) de 18 de dezembro de 1895 publica na primeira página uma notícia do dia anterior, vinda do correspondente da Bahia, dizendo que o governo tratava de providências enérgicas para capturar o "célebre Antônio Conselheiro, dispersando o grupo de fanáticos" que o seguiam, "cometendo desatinos pelo interior". Continua a reportagem informando que o Dr. Rodrigues Lima, então governador daquele estado, havia dispendido grandes esforços para dispersar os seguidores do beato e para prender os que o seguiam, mas sem sucesso, nem mesmo com a intercessão do arcebispo D. Jerônimo Tomé, que foi ao povoado de Tucano, onde estava um religioso que atendia o beato, mas até o arcebispo fora repelido, obrigado a retirar-se, pois corria risco de morte.

Em 19 de dezembro de 1895, na primeira página do **Cidade do Rio**, na coluna "Respigos" (sic), publica que o Conselheiro ainda pertencia "ao número dos viventes", por isso os "episódios romanescos de sua vida" não podiam figurar

em romances, para o que se prestariam maravilhosamente. Traçando a história já divulgada em outros jornais, este julga o beato como uma "individualidade fora do vulgar, tipo de fanático convencido, talvez de neurastênico incurável". Afirma que o Bom Jesus era tudo, até "pernicioso", mas era "sincero", pois capacitara-se a fim de cumprir a sua "grande missão no mundo" e esta ideia se arraigara de tal forma na mente do beato que não havia como fazê-lo mudar de ideia.

O autor esclarece que "um drama de família levara Antônio Mendes Maciel a se refugiar no ascetismo, da mesma forma que poderia tê-lo levado ao alcoolismo, ao jogo ou a qualquer outra paixão em que pudesse "embotar os sentimentos" e "rebaixar a alma"

Esse drama, conforme diziam, era o assassinato da própria mãe, "mulher rancorosa e má", que alertara o filho da infidelidade da esposa e, tendo arquitetado uma armadilha para provar a infidelidade da nora, acabou sendo vítima da própria conspiração, em que a esposa do Conselheiro também acabou morta por ele, que depois reconhecera a inocência da mulher. Esse drama produzira no espírito do homem uma "profunda transformação".

Para o articulista do periódico, que assina com o pseudônimo de "Ivan", o Conselheiro não é nem reformador nem fundador de uma seita nova; é um católico, apostólico romano que se tornou sacerdote sem haver sido ordenado conforme as leis da igreja. Então começou a peregrinar pelo Ceará e pela Bahia, vestido com seu camisolão azul, puxando orações e construindo igrejas, o que lhe deu a fama de santo e gerou muitas lendas a respeito dele.

Embora o beato sempre estivesse rodeado de grande número de pessoas que a ele obedeciam cegamente, o autor deste texto afirma que Antônio Conselheiro nada possuía que pudesse cativar as massas, pois sua palavra era "rústica, incorretíssima, seu físico antipático, tal a expressão de hipocrisia" que se podia ver na face daquele homem de rosto "macilento, quase cadavérico".

Além dessa caracterização permeada de palavras que emitem juízos de valor, é preciso lembrar que o Conselheiro foi descrito por muitos biógrafos como um sujeito culto, que sabia grego e latim e, conforme Pedro Lima (2017), o peregrino não era apenas um escrevente, pois em suas escritas e falas empregava "conteúdos de elaboração refinada".

A imprensa daquela época cumpriu o papel de formar a opinião pública a favor de que o arraial de Canudos fosse dizimado. O texto de "Ivan" continua pintando a imagem do Conselheiro da pior forma possível: "Nem o seu olhar tem o brilho e a expressão que se vê nos olhos dos grandes homens e que são como o reflexo de uma alma forte, espelho de uma inteligência viril"; pois o beato possuía um olhar sem expressão, nunca levantava os olhos, "teimosamente". Para piorar, "o pobre desgraçado" havia unido ultimamente o fanatismo político ao religioso, era monarquista e fundara em Canudos um "feudo monárquico-religioso", que dominava com um "despotismo que sua muita hipocrisia" não podia

disfarçar, uma vez que nem a moeda republicana era usada no arraial em que havia mais de mil pessoas "de todos os sexos e de todas as idades" que se ocupavam com a construção de um "templo-fortaleza". Informa ainda esse texto que o governo baiano já tentara prender o Conselheiro, mas não obtivera sucesso.

"Ivan" relata que poucos dias antes o sr. Constantino Marques da Silveira, frequentador assíduo do arraial, conselheirista declarado, fora atacado por "grande grupo armado de facões" e só conseguira sair com vida porque apareceu alguém a interceder por ele. O autor, então, dá a entender que ninguém mais teria confiança "naqueles entes desprovidos de tudo quanto é humano e social!"

Em 2 de julho de 1896, o jornal **Cidade do Rio** publica notícias da Bahia, dizendo que o Conselheiro fundara "um pequeno império" em Canudos, que as autoridades estaduais não conseguiram dispersar e que o povoado já se preparara para se defender de possível repressão do governo, o que não admitiriam por considerarem o arraial uma propriedade exclusiva do "santo Conselheiro", onde só podia entrar quem seguisse sua "falsa e nociva doutrina", quem se atirasse ao desprezo, andasse vestido "nas roupas mais grosseiras, trazendo nos pés umas alpercatas", mas que também andasse armado.

Em 15 de setembro de 1896, o J**ornal do Commercio** do Rio de Janeiro, comenta notícias vindas da Bahia, a começar pelas informações do **Diário,** dizendo que o "banditismo", que tanto estava prejudicando o sertão, "roubando-lhe vidas e fortunas, e comprometendo os nossos créditos", sentia-se com força para reagir contra a patriótica providência do Governo", que se propusera à tarefa de restabelecer a paz e o trabalho naquelas regiões do sertão nordestino. Relata ainda que o coronel Policarpo Campos, delegado regional, havia partido há dias de Lençóis com reforços, mas se deparou em Chapada Velha com um considerável contingente de homens armados que tentaram tomar a metralhadora que ele levava, resultando em "renhida luta", em que morreram três sargentos e 14 soldados e na qual defenderam-se com bravura o coronel e o tenente Travessa.

Já o **Jornal** (BA) – continua o Commercio - informava que a "propaganda fanática" do Conselheiro provocava os piores efeitos naquelas "ubérrimas zonas sertanejas, afastando centenas de pessoas do trabalho e incutindo-lhes perniciosas ideias", que encontravam terreno fértil nos ignorantes. Ocorria uma debandada dos trabalhadores de vários pontos do sertão, atraídos pelo Conselheiro "para seu exército de superstição e ociosidade", dando a Canudos uma potência impossível de ser vencida pelo governo. Além disso, para agravar a situação naquelas regiões, surgira outro beato, o "Benta Hora", contra quem o governo já deveria tomar providências, antes que conseguisse um séquito como o do Conselheiro.

Em novembro de 1896, seguiu a primeira expedição militar para dar fim ao arraial de Canudos, comandada pelo tenente Manuel da Silva Pires Ferreira, formada por 113 soldados, oficiais, médico e guias recrutados nas forças do es-

tado baiano. Os jagunços do Conselheiro armaram, em Uauá, uma emboscada para os soldados, obrigando-os a recuar e voltar a Juazeiro.

A Notícia, do Rio de Janeiro, de 4 de novembro de 1896, publica o comunicado do correspondente de Recife, do dia 2, informando que o juiz de Petrolina enviara um telegrama dizendo que "os desordeiros da Bahia, capitaneados por Antônio Conselheiro", haviam tentado invadir Pernambuco e imediatamente partiram para o município contingentes de polícia, destacados nas localidades vizinhas, solicitando ao chefe de polícia da Bahia que fosse evitada a invasão.

O jornal **Minas Gerais:** órgão oficial dos poderes do Estado, de 27 de novembro de 1896, replica a notícia de **O País** (RJ), sobre o "encontro sangrento entre os grupos de bandidos ao mando do célebre Antônio Conselheiro e uma força de linha que tinha sido mandada ao sertão da Bahia para persegui-los". O jornal relata que a luta ocorrera em um local denominado Auá (sic), "onde estava estacionada a força de linha, que foi atacada de surpresa por numerosos grupos comandados por aquele desordeiro". A notícia não foi muito verídica, pois em vez de contarem que o Tenente Pires batera em retirada, informa que "os bandidos foram rechaçados, perdendo no combate 112 homens", enquanto morreram apenas 9 soldados. Em vista disso, o governo baiano e o comandante do distrito militar decidiram enviar reforços, para "de uma vez aniquilar os terríveis amotinadores" e mais militares estavam sendo preparados para seguir para o sertão, levando "material bélico necessário, inclusive artilharia", e o general Solon passara telegramas para "Alagoas e Sergipe, chamando com urgência a força federal estacionada naqueles Estados".

Em 1 de dezembro de 1896 (p.2), sob o título de Antônio Conselheiro, o jornal **Cidade do Rio** publica que o beato se tornara o "espantalho do sertão da Bahia", levando "desassossego e sobressalto, sustentando contra a força pública uma luta" que não tinha justificativa nem explicação que não fosse pelo "desequilíbrio de suas [do Conselheiro] faculdades mentais". Segue falando que o jornal já havia publicado algumas vezes sobre o "perigoso louco que tão triste notoriedade" ia adquirindo; que o beato era tão perigoso que, para desaparecer, necessitava da energia do governador e de "grande sacrifício de vidas e de dinheiro".

A resistência do arraial era tamanha que o governo federal decidiu enviar reforço para a Bahia. O colunista relata que o presidente da Companhia Viação do Brasil havia recebido, no dia anterior, um telegrama de Juazeiro informando que o Conselheiro ameaçava invadir a cidade, que os feridos da tropa federal lá estavam abrigados, a pedido do comandante deles, e que o pessoal estava de prontidão para qualquer ataque dos jagunços. Comunica também que o governo havia ordenado a partida para a Bahia do "major médico de 3ª classe graduado Dr. Francisco Joaquim Ferreira Nina e os capitães Drs. Francisco Luiz Vianna e Fortunato Raymundo de Oliveira" e que o general "Medeiros Mallet, quartel-mestre-general" havia remetido para a Bahia "2 canhões e 3 metralhadoras".

Depois do ataque à força do exército em Uauá, quase todos os periódicos nacionais reforçaram a divulgação da figura do beato como um doente mental, fanático e outros pejorativos mais; entre eles, a **Gazeta de Petrópolis**, de 16 de dezembro de 1896, publica na primeira página a matéria "O Bom Jesus", nome como era conhecido nos sertões do Nordeste o "já célebre" Antônio Conselheiro, a quem o jornal compara a Pedro, o Eremita, porém mais fanático que o eremita das Cruzadas, "o propagandista da libertação do santo sepulcro". O Conselheiro, segundo o texto, sacrificava com a "valentia e doçura de crente fanatizado sua vida e a dos seus neófitos à sua fé".

O redator continua a análise do beato como outros jornais já haviam publicado, dizendo que ele era um "caso patológico, um resultado do atavismo", herança dos Macieis do Ceará, "verdadeiros desequilibrados, com tendências a turbulentos, chegando alguns a ser sanguinários". O peregrino herdara o mal da família, que se agravara "com a sugestão do fanatismo religioso". Andava com os "olhos mordendo docemente o céu, como em êxtase eterno, de cabelos longos e unhas crescidas, pregava, alheado sempre das coisas mundanas". Em torno dele a "onda de crentes" se multiplicava, seguiam-no pelas "matas ínvias, vadeando rios caudalosos", vendo-o como a um Deus.

O jornal não deixa de comentar o confronto com a força do governo: "O combate de Uauá é uma epopeia de valor e de audácia. Começou às 5 horas da manhã e terminou às 2 horas da tarde do dia 21 do mês passado", tendo sido uma "luta de leões, de Titãs; pareciam seres fantásticos que se atiravam contra as forças legais, tal era encarniçado da luta, o furor do ataque e a violência com que repeliam os inimigos não menos valorosos, não menos heroicos".

Transcreve uma nota do **Diário da Bahia**, comunicando que "a gente do perverso fanático" assumira proporções que orçavam "pelo impossível", que os jagunços "avançavam com tal fúria contra os soldados, que parecia quererem pegá-los à mão". Os seguidores do Conselheiro se jogavam sobre os soldados, que lutaram bravamente, mas morriam "à boca das armas". O beato era um "fanático, um irresponsável", que "ceifa vidas", que "perturba a ordem de um Estado, entorpecendo o seu progresso". E conclui como todos os outros: "Irresponsável ou não, deve ser batido, quer vá para o hospício, quer vá gozar... as delícias da anistia", por isso o redator aplaude irrestritamente o "ato do governo mandando bater o caudilho cearense". Não deixa, também, de elogiar a ação do exército, alegando que o fanatismo do beato servira para uma vez mais "patentear a bravura, a heroicidade do soldado brasileiro", cuja história, segundo a opinião do colunista, era "um santelmo de glórias a iluminar a estrada das gerações vindouras".

Esse mesmo jornal, em 7 de dezembro de 1896, informa que não era exata a notícia de que o "fanático Antônio Conselheiro" estivesse a caminho de

Juazeiro e Petrolina e que estavam presos José Marques da Silva e outros envolvidos nos saques de Jequié e Areia.

Entre tantas reportagens e artigos condenando o Bom Jesus, no jornal A notícia, de 6 de dezembro de 1896, na coluna Sabatina, sai um texto interessante, cujo autor afirma estar tão cansado de revoltas que nem o Conselheiro nem o "sarilho do Uruguai chegaram a comover a população". Diz que o Conselheiro era um coitado, que estava a ver o que valia a sua gente. Enquanto "o pobre diabo" se batia pela monarquia e hasteava o "pendão restaurador" nos sertões da Bahia, os sebastianistas calavam-se, cautelosos, "a ver em que param as modas". Se o beato vencesse a luta, seria o "herói da Santa Causa" e a ele todos adeririam rapidamente, porém como era provável que seria derrotado, os monarquistas faziam "um silêncio prudente em torno do seu nome", o que era uma injustiça, pois o Bom Jesus tinha a coragem que não era comum aos outros – a de lutar arriscando a própria pele.

O Conselheiro, continua o texto assinado por "Singapura", ao menos tinha coragem, ao menos não andara por ali no "peditório de concessões dos saudosos tempos do encilhamento – para só depois, quando vieram as vacas magras, abrir a boca no mundo..." Por isso não importava se ele era ou não um fanático.

Enfim, a impressão que se tem com a leitura desses periódicos entre 1893 a 1896 é de que Antônio Conselheiro era um demente, um doente mental, um caso que daria "uma bonita página de Lombroso", que liderava bandidos e sanguinários, que vinha de uma família que sofria de "demência intermitente" e que devia ser extirpado da sociedade a qualquer custo, pois chefiava uma horda de clavinoteiros que praticavam atos de selvageria, assassinatos e cenas de sangue, que liderava um pernicioso foco monarquista, um temeroso quilombo; que ofendia a religião e perturbava a ordem pública, pois era um neurastênico incurável, um déspota, um hipócrita que pregava falsa e nociva doutrina; era um caso patológico, um resultado do atavismo e com outros terríveis predicados.

Concluindo, nesse período de três anos, de 1893 a 1896, com a imprensa reforçando continuamente essa imagem terrível de Antônio Conselheiro, o discurso jornalístico, de alguma forma, legitimou o massacre de Canudos, pois pregava que o arraial era habitado por uma população abominável e sem solução, liderada por um homem com problemas mentais, caso que só poderia se encerrar de maneira trágica, com uma batalha sangrenta, em que os canudenses resistiram "até o esgotamento completo", como relata Euclides da Cunha na obra que imortalizou esse extermínio de tantos inocentes. **Os sertões** denunciam uma vitória sem brilho; o exército venceu após caírem os últimos defensores de Canudos: "um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados"! (CUNHA, 1903, p. 608).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CALAZANS, José. **O Diário de Notícias e a Campanha de Canudos**, in Universitas nº 18, Bahia, Set-dez/1977. Disponível em http://josecalasans.com/downloads/artigos/35.pdf

GALVÃO, Walnice Nogueira. Tributo a José Calazans. **REVISTA USP,** São Paulo, n.54, p. 66-71, junho/agosto 2002. Disponível em file:///C:/Users/Acer/Documents/SE%202023/35215-Texto%20do%20artigo-41458-1-10-20120730%20(1).pdf , acesso em 20/06/2023.

MEDEIROS, Jotabê. Calasans foi o primeiro a ouvir o sertão. **O Estado de São Paulo**, 3 de junho de 2001. Caderno 2, p. 130. Disponível em https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20010603-39310-spo-130-cd2-d8-not/busca/Conselheiro+Calasans

NAVARRO, Pedro. HALIMI, Serge. Os novos cães de guarda. Petrópolis: Editora Vozes, 1998: entre a "aventura do discurso" e os desafios do dispositivo de interpretação da AD. In: NAVARRO, Pedro (org). **Estudos do Texto e do Discurso**. São Carlos: Claraluz, 2006.

RODRIGUES, Adriano Duarte. Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.). **O Jornal:** da forma ao sentido. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

DOCUMENTOS EM MEIO ELETRÔNICO

Annaes da Camara dos Senhores Deputados do Estado Federado da Bahia : Sessões (BA) - 1894 a 1896. Sessão de 19 de maio de 1894. Disponível em https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=236586&pesq=Elias%20Figueiredo%20Nazareth&pasta=ano%20189&pagfis=1828. Acesso em 30/05/2023.

A Notícia, do Rio de Janeiro, de 4 de novembro de 1896, p. 1. Disponível em A Noticia (RJ) - 1894 a 1916 - DocReader Web (bn.br). Acesso em 22/05/2023.

A República, 28 de junho de 1893. A Republica : Fusão do Libertador e Estado do Ceara (CE) - 1892 a 1897 - DocReader Web (bn.br). Acesso em 02/06/2023.

Cidade do Rio (RJ) de 18 de julho de 1895, p. 2. Disponível em https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=085669&pasta=ano%20189&pesq=conselheiro&pagfis=4495. Acesso em 21/05/2023.

Cidade do Rio 19 de dezembro de 1895, p. 2. Disponível em Cidade do Rio (RJ) - 1887 a 1902 - DocReader Web (bn.br). Acesso em 22/05/2023.

Cidade do Rio 2 de julho de 1896, p.2. Disponível em Cidade do Rio (RJ) - 1887 a 1902 - DocReader Web (bn.br). Acesso em 22/05/2023.

Cidade do Rio, 1 de dezembro de 1896, p. 1. Disponível em A Noticia (RJ) - 1894 a 1916 - DocReader Web (bn.br). Acesso em 24/05/2023.

Diário de Notícias de Salvador 31 de maio de 1893, p.1. In NASCIMENTO, Gonçalves. Antonio Conselheiro na Mira da Imprensa (2018). Documento em meio eletrônico, disponível em https://cariricangaco.blogspot.com/2015/06/antonio-concelheiro-na-mira-da-imprensa.html . Acesso em 01/06/2023.

Gazeta de Petrópolis de 16 de dezembro de 1896, p. 1. Disponível em Gazeta de Petropolis (RJ) - 1892 a 1904 - DocReader Web (bn.br). Acesso em 24/05/2023.

Jornal do Commercio (RJ) de 18 de dezembro de 1895, p. 1. Disponível em Jornal do Commercio (RJ) - 1890 a 1899 - DocReader Web (bn.br). Acesso em 23/05/2023.

Jornal do Recife, 14 de abril de 1895, p.2. Disponível em A Republica : Fusão do Libertador e Estado do Ceara (CE) - 1892 a 1897 - DocReader Web (bn.br). Acesso em 28/05/2023.

Leituras Religiosas (BA), 30 de junho de 1895, p. 12. Disponível em Leituras Religiosas : Publicação Semanal (BA) - 1889 a 1906 - DocReader Web (bn.br). Acesso em 20/05/2023.

Leituras Religiosas (BA), 7 de julho de 1895, p. 14-19. Disponível em Leituras Religiosas : Publicação Semanal (BA) - 1889 a 1906 - DocReader Web (bn.br)

Minas Gerais: órgão oficial dos poderes do Estado 27 de novembro de 1896, p. 4. Disponível em Minas Geraes : Orgam Official dos Poderes do Estado (MG) - 1892 a 1900 - DocReader Web (bn.br). Acesso em 24/05/2023.

O Estado de SP, 22 de março de 1894, Geral, p.1. Disponível em https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18940322-5679-nac-0001-999-1-not. Acesso em 31/05/2023.

O Rabudo, de Estância (SE), datado de 22 de novembro de 1874. Documento em meio eletrônico, disponibilizado no Portal São Francisco, in https://www.portalsaofrancisco.com.br/biografias/antonio-conselheiro . Acesso em 01/06/2023.

Pequeno Jornal (BA), 4 de abril de 1892, p. 2. In Pequeno Jornal (BA) - 1890 a 1893 - DocReader Web (bn.br). Acesso em 01/06/2023.

Relatório sobre Antônio Conselheiro e seu Séquito no Arraial dos Canudos. Bahia, Tipografia do Correio de Notícias, 1895. Apud Leituras Religiosas, 7 de julho de 1895, p. 14-19. Disponível em Leituras Religiosas : Publicação Semanal (BA) - 1889 a 1906 - DocReader Web (bn.br). Acesso em 20/05/2023

COMO EUCLIDES DA CUNHA TORNOU-SE UM RIO-PARDENSE

Maria Aparecida Granado Rodrigues- Especialista em Análise do Discurso - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Especialista em Metodologia do Ensino Aprendizagem de Língua Portuguesa- Faculdade de Educação São Luís. Especialista em Formação do Professor Universitário- UNIP, Especialista em La Enseñanza de Español Lengua - Universidade de Brasília.

(cidigranado56@yahoo.com.br)

RESUMO: O objetivo deste artigo é falar das experiências de Euclides da Cunha em São José do Rio Pardo, colhidas em algumas cartas escritas por ele. Partindo da análise de alguns trechos da correspondência de Euclides da Cunha, em especial, as enviadas de São José do Rio Pardo a algumas pessoas e também algumas enviadas para os amigos que fez na cidade onde esteve por três anos, objetivamos compor uma imagem de Euclides por meio das pistas deixadas nos próprios textos. Pistas essas que autorizam afirmar que Euclides da Cunha se tornou um rio-pardense, antes mesmo de receber o título "post mortem" de cidadão rio-pardense, concedido pela Câmara Municipal, em agosto de 1998.

Palavras-chave: Euclides da Cunha, cartas, rio-pardense

ABSTRACT: The purpose of this article is to talk about Euclides da Cunha's experiences in São José do Rio Pardo, collected in some letters written by him. Based on the analysis of some excerpts from Euclides da Cunha's correspondence, in particular those sent from São José do Rio Pardo to some people and also some sent to the friends he made in the city where he stayed for three years, we aim to compose an image of Euclides through the clues left in the texts themselves. These clues allow us to state that Euclides da Cunha has became a rio-pardense, even before receiving the "post mortem" title of citizen of de São José do Rio Pardo, granted by the City Council in August 1998.

Key words: Euclides da Cunha, cartas, rio-pardense

A NECESSIDADE DA CONSTRUÇÃO DE UMA PONTE

São José do Rio Pardo foi fundada em 1865. Ela é uma das 84 cidades paulistas com "altos índices de desenvolvimento econômico e social, considerados muito ricos e com ótimos índices de escolaridade e longevidade" (TROVATTO, 2002).

O Rio Pardo corta a cidade e banha suas terras, que são férteis e apropriadas para agricultura e pecuária. O município tem hoje uma diversidade muito grande no cultivo de seus produtos, principalmente a cebola, mas foi um dos maiores cultivadores de café na década de 1930. Em São José, a produção cafeeira crescia. O café era excelente, apreciado, procurado, precisando de fácil escoamento. Havia necessidade de um meio de transporte mais eficiente que levasse o café até Casa Branca, onde era colocado no trem que o levaria até o porto de Santos e de lá para o exterior. O café era transportado em carroças, o que tornava o trabalho muito demorado e dificultava a venda. Foi quando um grupo de valentes agricultores, liderados por José da Costa Machado e Souza, criou o Ramal Férreo do Rio Pardo, inaugurado em 1887, com a chegada do primeiro trem, e, no ano seguinte, transferido à Companhia Mogiana. Além do escoamento mais rápido do café, a ferrovia facilitaria a chegada de novos moradores.

O café, que vinha das fazendas para ser enviado para Santos, era trazido da margem direita do rio, onde hoje fica o bairro Santo Antônio, para o lado onde se encontrava a estação ferroviária. Esse transporte era feito por meio de balsas, daí o desejo, entre os moradores da cidade, de uma ponte sobre o rio Pardo.

Segundo Rodolpho José Del Guerra (1998), três senadores foram os responsáveis pela apresentação do projeto para a construção da ponte: Ricardo Batista, Antônio Mercado e Silva Pinto Júnior. O projeto foi apresentado no dia 28 de junho de 1892. Uma das justificativas para que a ponte fosse aqui construída foi: "(...) porque as relações de São José do Rio Pardo com o Estado de Minas Gerais são vastas(...) sendo a ponte metálica a única que convém(...)". (DEL GUERRA, 1998). Com a autorização do governo, a construção teve início em 1896, mais precisamente entre maio e junho de 1896, pelo engenheiro Arthur Pio Deschamps de Montmorency, ganhador da concorrência. Nascido no Rio de Janeiro, em 1858, concluíra seus estudos de Engenharia Civil na Universidade de Gand, na Bélgica, em 1979. Sobre ele havia informações de que era muito competente e idôneo. A estrutura da ponte foi importada da Alemanha, medindo no total 100,08 m, dividida em 3 lances de 33 metros e 36 centímetros.

Segundo Del Guerra (1998), Euclides da Cunha, após abandonar definitivamente a carreira militar, em 1896, foi trabalhar em São Paulo, na Superintendência de Obras Públicas. "Como engenheiro-fiscal, dência de Obras Públicas. "Como engenheiro-fiscal, veio a São José do Rio Pardo duas vezes: em agosto

e setembro de 1896." Iniciados os trabalhos da ponte, o engenheiro Euclides não veio mais a São José. Euclides, de licença para "tratar de seus interesses", foi substituído pelo "engenheiro-ajudante José Teixeira Portugal Freixo", para o trabalho de fiscalização da ponte.

EUCLIDES DA CUNHA: UM REPÓRTER NA GUERRA DE CANUDOS

Euclides da Cunha era jornalista do jornal O Estado de São Paulo, foi então enviado aos sertões da Bahia para cobrir a Guerra de Canudos que acontecia no final do século XIX. Segundo Olímpio de Sousa Andrade (1960), Júlio de Mesquita convidou Euclides da Cunha para a tarefa porque não queria simplesmente um trabalho jornalístico, mas pensou nas "qualidades literárias e de cultura de Euclides que, além disso, levava vantagem de um mais amplo conhecimento dos assuntos militares."

Ainda segundo Sousa Andrade (1960), Euclides não aceitou de início, mas Júlio de Mesquita conhecia bem o temperamento de Euclides e alegou que ele não faria uma simples reportagem, mas ele teria oportunidade de "ir ao encontro de um grande tema que poderia resultar num grande livro."

Segundo "O Estado de São Paulo", em nota de redação, em 13 de dezembro de 1952, por ocasião dos 50 anos do livro Os Sertões:

> Euclides resiste. Pede tempo para refletir, cede aos estímulos contraditórios de seu temperamento nervoso, oscila entre os impulsos incontidos e a timidez doentia que assinalaram, tão indelevelmente, a sua personalidade de exceção. Júlio de Mesquita não se deixou vencer; insistiu com afabilidade de companheiro de redação, a fraterna simpatia de amigo íntimo, mas com a inabalável firmeza de quem, conhecedor dos homens, não poderia admitir que se frustrasse para sempre, na vida de um grande espírito, o seu instante decisivo. Não teve dúvida, portanto, em reargumentando, repetir seus conselhos. Graças a essa tenacidade, Euclides cedeu.

Segundo Sousa Andrade, tudo estava certo. O jornal "O Estado de São Paulo" anunciou no dia 30 de julho de 1897, a ida de Euclides para a Bahia, "onde, além das reportagens que faria para o jornal, tomaria notas e faria estudos" que serviriam mais tarde como um material primoroso para o seu livro que se tornou um documento muito importante para a História do Brasil.

Euclides da Cunha ficou dezessete dias em Canudos. Não viu o fim do conflito. Chegou a Canudos no dia 16 de setembro de 1897, junto com a quarta expedição, liderada pelo general Artur Oscar, e voltou a Salvador dois dias antes da queda do arraial, que aconteceu no dia 5 de outubro de 1897. Euclides teve que ir embora porque estava doente. Euclides sofreu, como todos os soldados

que participaram no conflito, com as condições precárias daquele lugar, com o clima hostil, com a insuficiência de água e comida, com as mortes, com o odor dos mortos em decomposição e com as armadilhas dos soldados que punham em risco a vida de todos o tempo todo. Euclides chega a Salvador no dia 13, combalido, confuso, já que "o espetáculo da luta, o incêndio do arraial, a morte dos amigos, a bravura dos jagunços, a crueldade das degolas, a fadiga das longas caminhadas e o desconforto dos dias de acampamento" (RABELLO, 1948, p. 180). No entanto, Euclides ainda encontra ânimo para escrever no álbum da Dra. Francisca Praguer Fróes (1872-1931), uma senhora da sociedade baiana, um soneto. Chama-se "Uma página vazia", datado de 14 de outubro de 1897 (BERNUCCI e HARDMAN, 2009).

> Quem volta da região assustadora
> De onde eu venho, revendo inda na mente
> Muitas cenas do drama comovente
> Da Guerra despiedada e aterradora,
>
> Certo não pode ter uma sonora
> Estrofe, ou canto ou ditirambo ardente,
> Que possa figurar dignamente
> Em vosso Álbum, minha Senhora.
>
> E quando, com fidalga gentileza,
> Cedestes-me esta página, a nobreza
> Da vossa alma iludiu-vos, não previstes
>
> Que quem mais tarde nesta folha lesse
> Perguntaria: Que autor é esse
> De uns versos tão mal feitos e tão tristes?

No dia 16 de outubro, Euclides parte para o Rio de Janeiro, de navio (o vapor "Brasil"). Veio com ele um menino jagunço, que depois viera para São Paulo e ficara sob os cuidados de Gabriel Prestes, um amigo de Euclides. O jaguncinho recebe o nome de Ludgero Prestes e se tornará professor. No dia 21, Euclides viaja de trem para São Paulo. O jornal O Estado de S. Paulo, do dia 22 de outubro, sexta-feira, noticia, na secção "Notas e Informações", coluna II, a chegada do jornalista: "Pelo trem nocturno chegou hontem a esta capital, de volta de Canudos, o Dr. Euclydes da Cunha, que, como se sabe, fez parte do estado-maior do sr. Marechal Carlos Machado Bittencourt, ministro da guerra".

Euclides é recebido, na estação do Norte, por representantes do jornal "O Estado de São Paulo", por oficiais da força pública, por engenheiros da Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo e grande número de

amigos. Segundo o jornal, todos felicitaram “o talentoso moço pelo brilhantismo” com que ele cumpriu “em Canudos” o trabalho para o qual foi designado. Ainda, segundo o jornal, Euclides ainda estava “em convalescência de uma febre, felizmente sem gravidade alguma, adquirida na sua viagem de Canudos para a Bahia”.

Segundo Silvio Rabelo (1948), “Euclides não reassumiu logo as funções do seu cargo, na Superintendência de Obras Públicas” porque não tinha condições físicas, nem emocionais. O descanso na fazenda do pai seria muito bom para a sua saúde.

> Não lhe seria possível recomeçar a atividade profissional, depois do esforço que lhe impusera a campanha. Uma licença acompanhada de repouso no campo, seria o seu programa de volta. Assim, requereu licença e seguiu para Belém-do-Descalvado, onde o pai, havia algum tempo, possuía uma fazenda – a fazenda Trindade. A família lá se encontrava, logo que partira em agosto. Tudo era de prever que nos ares de Belém-do-Descalvado e despreocupado dos deveres burocráticos, recobrasse cedo a saúde, a energia e o ânimo perdido. (RABELO, 1948, p.181).

Em algumas de suas cartas, escritas de Descalvado, mostram que Euclides se encontrava abalado e doente. Ele cita também, nessas cartas, o sonho de escrever um livro, inspirado pela Guerra de Canudos que ele pudera presenciar como repórter. A primeira delas, no livro GALVÃO e GALOTTI, é de 27 de outubro de 1897, endereçada a Reinaldo Porchat. Euclides pede-lhe desculpas por ter deixado São Paulo sem vê-lo, devido a sua doença: “Saí doente – e ainda estou; ainda tenho restos da maldita febre” (GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 110).

Em 19 de dezembro escreve novamente a Porchat: “Volto logo para a roça porque me sinto outra vez doente” (GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 111). E pede ao amigo que lhe envie um livro sobre mania religiosa, de autoria de Franco da Rocha, o qual lhe fora recomendado por Júlio Mesquita.

Em carta a Domingos Jaguaribe, datada de 23 de dezembro de 1897, remetida, como está no texto, de “Descalvado” (Estação da Aurora), fala da pretensão em escrever um livro e reclama ainda de seu “estado de saúde”, lamentando não poder levar adiante o seu propósito: “Ando verdadeiramente acabrunhado e sem disposição para o trabalho – e olho para as páginas em branco do livro que pretendo escrever e parece-me às vezes que não realizaria (sic) o intento” (GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 113).

Euclides reassume seu cargo na Superintendência de Obras Públicas de São Paulo, no dia 5 de janeiro de 1898, após o término de sua licença. Em 19 de janeiro, O Estado de S. Paulo, ano XXIV, publica, na primeira página, colunas 1, 2, 3 e início da 4, o artigo “Excerpto de um livro inecdito”, que, segundo Franchi

e Marcondes (2020, p.152), seria, “por assim dizer, a primeira amostra pública de Os sertões.” Segundo as autoras, seria interessante confrontar-se o primeiro parágrafo com o que estará anotado, depois, na obra-prima do autor: “...Assim o sertanejo é um forte, cuja energia contrasta o rachitismo exhaustivo dos mestiços enervados do littoral. Surge naquellas páragens (sic) com a feição firmemente accentuada de um lidador enérgico”.

O TOMBAMENTO DA PONTE RECÉM INAUGURADA

As obras de construção da ponte metálica ficaram prontas. Foi inaugurada e entregue ao povo rio-pardense. A 3 de dezembro, o engenheiro Montmorency solicitou inspeção final. Os engenheiros Portugal Freixo e F. Freitas examinaram as obras, mas não as receberam porque apresentavam problemas. Sem comemoração, o engenheiro que construiu a ponte entregou-a e liberou-a à circulação do público, no dia 3 de dezembro de 1897. Segundo Del Guerra (1998), no dia “20 de dezembro, o engenheiro F. Freitas, encarregado do relatório do recebimento da ponte, examinou um pilar partido. Expediu ordens para que a ponte fosse escorada. O empreiteiro só chegou à cidade na noite do desabamento.”

No dia 23 de janeiro de 1898, 50 dias após a inauguração, o pilar central não suportou a força das águas e a ponte tombou dentro do rio. Foi um calamidade para a época. Os jornais noticiaram e exigiam que as responsabilidades pelo desastre fossem apuradas.

A VINDA DE EUCLIDES PARA SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Esse incidente faz com que Euclides venha com a família para o interior, onde encontra grandes amigos e um ambiente muito adequado a seu plano de elaboração de uma grande obra literária. A construção da ponte de ferro que tombara esteve a cargo do engenheiro Arthur Pio Deschamps de Montmorency, mas, em parte, sob fiscalização de Euclides da Cunha.

A responsabilidade pelo desastre não era de Euclides, mas ele se sente abalado, culpado porque a cidade de São José do Rio Pardo estava situada na região do estado em que ele era engenheiro-fiscal de obras públicas. Segundo Olímpio de Souza Andrade:

> Essa circunstância, aliada à enorme repercussão do fato, não só naquela cidade, mas em todo o Estado, a ponto de ser objeto de comentários sucessivos e violentos de grandes jornais da capital, agitaram o seu temperamento, já por si sempre alarmado com as menores coisas, e ele partiu para São José, a fim de verificar de perto o que, na realidade, se passara com a ponte... (ANDRADE, 1960, p. 141).

Então Euclides da Cunha não confiou a outro engenheiro a tarefa de reconstrução da ponte, embora tivesse consciência do grande trabalho e cansaço que experimentaria. Após vistoria preliminar, muda-se para São José com a família, em 14 de março. Segundo

Olímpio de Souza Andrade, Euclides, devagar, foi travando conhecimento com as pessoas, foi se inteirando dos "segredos da vida da cidade, tornando-se um dos ilustres da terra". Suas viagens a São Paulo "eram noticiadas como a dos médicos, advogados, políticos, farmacêuticos, homens de negócios" filhos da cidade ou que vieram nela morar.

DEPOIMENTOS DE EUCLIDES SOBRE ESTAR EM SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Para falar da experiência de Euclides da Cunha em São José do Rio Pardo, farei por meio de algumas cartas escritas por ele. Analisarei alguns trechos da correspondência de Euclides da Cunha, em especial, as enviadas de São José do Rio Pardo a algumas pessoas e também algumas enviadas para os amigos que fez na cidade onde esteve por três anos a fim de compor uma imagem de Euclides por meio das pistas deixadas nos próprios textos. Pistas essas que me autorizam afirmar como Euclides da Cunha se tornou um cidadão rio-pardense.

As cartas de Euclides revelam-nos uma pessoa simples, contrário às pompas e vaidades sociais, até mesmo literárias, e sem a menor arrogância. Ao contrário, mostram-nos um missivista desprendido de qualquer interesse literário. Não, porém, indiferente. Nas cartas, como na vida, Euclides é um eterno preocupado com o povo e o futuro do Brasil.

As cartas, são por definição, convém lembrar, escritos pessoais, com endereço certo, destinados a noticiar, a expor ideias, julgamentos, quase sempre resultantes de ação ou reação das mais diversas espécies, num certo dia, num dado instante, do qual ficam como documentos preciosos, não só por conterem momentos reservados do escritor, como suas ações no episódio de nefasto fim de infidelidade de sua esposa, e também por mostrarem detalhes da vida adversa do escritor. Nas cartas, Euclides revela-se uma pessoa muito lúcida com relação à política, difundindo novas ideias a respeito da nascente República brasileira. Nas cartas também é notória a visão de Euclides diante da terrível Guerra de Canudos em que ele fala da brutalidade do governo da República a que fora afeiçoado, mas se desencantara. Euclides da Cunha revela-se assim não um observador leviano, mas um crítico ímpar do Brasil.

Walnice Nogueira Galvão, com a colaboração do Dr. Oswaldo Galotti, realizou o árduo trabalho de recuperar, compilar e registrar num livro as correspondências de Euclides da Cunha, que foi lançado em 1997, trazendo inestimáveis subsídios para a compreensão da vida e da personalidade do grande escritor.

Na vasta correspondência de Euclides, encontram-se muitos destinatários: amigos, familiares, personalidades da história do nosso país, tais como Barão do Rio Branco, Rui Barbosa, Machado de Assis, entre outros.

Segundo Walnice Galvão, as cartas agrupadas no livro "Correspondência de Euclides" são documentos de grande valor porque, além de "registrarem momentos íntimos do autor", são também textos da "vida atribulada" de Euclides, "colaborador assíduo de diversos jornais, membro do Instituto Histórico e Geográfico e assistente do Barão do Rio Branco, então Ministro das Relações Exteriores, no Itamarati."

A primeira carta enviada de São José do Rio Pardo é ao amigo Porchat, datada de 24 de março de 1898. Fala da ponte que viera reconstruir. Fazia 10 dias que Euclides chegara à cidade quando escreve:

> "Tenho a existência aspérrima de um condenado a trabalhos forçados, à margem de um rio odiento, diante do espantalho de uma ponte desmantelada, ouvindo a orquestra selvagem e arrepiadora das marretas e dos malhos – testemunha contrafeita de um duelo formidando entre o ferro e o aço!" (GALVÃO; GALLOTI, 1997, p. 113-114).

Euclides não retratou um ambiente agradável, tanto que chamou o rio Pardo de "rio odiento" e caracterizou a ponte de "ponte desmantelada". No entanto, essa visão mudaria como tempo. Euclides não podia imaginar que aquele ambiente criticado por ele seria testemunho de sua celebridade. Uma barraca de zinco foi construída naquele espaço como uma espécie de escritório. Durante o trabalho da reconstrução da ponte e, nos intervalos de escrita de "Os sertões", ele se refugiava naquela cabana.

Tempos depois, Euclides se referiria àquele espaço como um lugar que proporcionou a ele a tranquilidade necessária para escrever a sua tão importante obra, o livro "Os sertões". Numa carta Rio, 8 de abril de 1908, a Escobar, um amigo que fez em São José do Rio Pardo, ele escreve: "Que saudades do meu escritório de folhas de zinco e sarrafos, da margem do rio Pardo! Creio que se persistir nesta agitação estéril não produzirei mais nada de duradouro."

O AMIGO FRANCISCO ESCOBAR

Advogado e político mineiro, Francisco Escobar foi prefeito de São José do Rio Pardo. Nasceu em Jaguari, atualmente Camanducaia, Minas Gerais, em 8 de dezembro de 1865, chegou a São José por meio de convite do Dr. José da Costa Machado e Souza, ex-presidente da Província de Minas Gerais, que comprara a fazenda Água Fria, depois, Vila Costina. Ocupou o cargo de vereador e intendente em São José do Rio Pardo. Rodolfo José Del Guerra, lembra que "Rui Barbosa a ele se referiu como 'doutíssimo' e 'eruditíssimo', pelos seus

discursos forenses" (Del GUERRA, 2009, p. 7). Rodolfo José Del Guerra salienta a importância de Escobar num momento especial da vida de Euclides: "Foi o conselheiro, animador e o maior colaborador de Euclides. (Del GUERRA, 2009, p. 7). Escobar mudou-se de São José do Rio Pardo, provavelmente, em meados de 1905. Morreu aos 59 anos, em 30 de dezembro de 1924, em Poços de Caldas, Minas Gerais.

AINDA A RESPEITO DAS CARTAS DE EUCLIDES DA CUNHA

Tendo que se ausentar de São José por algum tempo, talvez para tratar da saúde, Euclides escreve a Escobar, em 17 de fevereiro de 1899, da fazenda do pai, em Belém do Descalvado. Convém salientar que para Euclides, naquela situação de "grande susto", numa delirante "ânsia de viver", "as cartas dos amigos são as melhores receitas" que ele poderia ter.

> Estou quase bom; mas ainda sob a impressão de um grande susto: não se resvala impunemente pelo túmulo! Estou como quem se abeirou da selva oscura de Dante — aterrado, e ao mesmo tempo delirando quase pela ânsia de viver. E nesta situação as cartas dos meus amigos são as melhores receitas que posso ter. (GALVÃO; GALLOTI, 1997, p. 115)

Em carta escrita a Porchat, em 9 de setembro (GALVÃO; GALLOTI, 1997, p. 116-117), de São José do Rio Pardo, percebe-se uma mudança do que ele sente em relação ao trabalho de reconstrução da ponte e em relação ao ambiente de que ele reclamara antes. Euclides cansava-se sim, considerava sua "vida trabalhosa", sentia-se "exilado", mas tinha uma recompensa, mesmo que única: "a existência tranquila; e nesta quadra não sei de melhor remuneração para os maiores esforços. O trabalho que o deixava entediado era recompensado pela tranquilidade do ambiente. Percebe-se já uma afeição pelo lugar onde se encontrava. Ele afirma ainda: "Vivo entre os meus rudes italianos manejadores de marretas e sinto-me verdadeiramente feliz adstrito a uma missão exígua e fatigante de operário." Importante salientar as palavras "meus" ao se referir aos "rudes italianos" e o "verdadeiramente" ao dizer que sentia feliz. O pronome possessivo "meus" nesse contexto dá ideia de estima. Embora o "meus" apresente um sentido de possessivo, não há valor de posse. Existe sim uma relação de afeto que também pode ser considerada uma relação de opinião ou de predileção. O advérbio "verdadeiramente" é resultado da intervenção do enunciador que julga, aprecia o conteúdo declarado escrito. A intenção é intensificar o adjetivo feliz. Euclides faz questão de acentuar, ou seja, de expressar a sua felicidade verdadeira.

Outra carta escrita de São José do Rio Pardo, datada de 15 de maio de 1900 (GALVÃO; GALLOTI, 1997, p.118-119), foi dirigida a Pethion de Villar

(1870-1924), "pseudônimo literário de Egas Moniz Barreto de Aragão, médico e escritor baiano que Euclides conheceu em Salvador, a caminho de Canudos." (GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 24). Em carta de alguns meses atrás, Euclides dizia sentir-se "verdadeiramente feliz", no entanto na carta a Villar, já se mostra desanimado, levando "a mais inútil das vidas" em duradouro "conflito" com a sua "engenharia obscura" que exigia que ele se afastasse "de outras ocupações mais atraentes" às quais ele podia dedicar "um ou quarto de hora de folga" nos dias cansativos de trabalhador. Euclides tinha esse espírito inquieto e insatisfeito, pois a profissão de engenheiro não era o que ele mais gostava de fazer.

Na carta de 2 de junho de 1900, a Reinaldo Porchat, Euclides desabafa:

> Não te escrevi há mais tempo porque não o tem permitido a minha vida fatigante de trabalhador – meio engenheiro meio operário – totalmente entregue à missão de transmudar uma ferragem velha e torcida em ponte resistente e elegante (GALVÃO; GALOTTI, 1997, p.119).

Interessante, no entanto, notar que, em pouco meses, numa carta de 02 de dezembro de 1900, enviada a Porchat, Euclides se anima ao se referir ao trabalho da ponte:

> (...) e é com amor nunca sentido que me volto para minha engenharia rude e obscura, à qual me abraçarei definitivamente, entregando-me doravante, de todo, às suas fórmulas áridas, positivas, inflexíveis. (GALVÃO; GALOTTI, 1997, p.121).

Muito interessante notar que há nesse trecho mais demonstração de carinho e afeto. Amor é um sentimento de carinho e demonstração de afeto que se desenvolve entre seres que possuem a capacidade de o demonstrar. Embora a engenharia não fosse a profissão de sua preferência, ele diz que volta pra ela "com amor nunca sentido". Percebe-se aqui o quanto Euclides era responsável. Fazia com amor todo trabalho em que se via envolvido.

A missão a que Euclides da Cunha andou às voltas por três anos termina em 18 de maio de 1901, com a inauguração da ponte. Em 17, escreve ao Presidente e demais membros da Câmara Municipal de São José do Rio Pardo: "Tenho a honra de convidar-vos para a inauguração da ponte metálica, amanhã, 18, à uma da tarde". (GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 124).

Após os 3 anos de muito trabalho em São José do Rio Pardo, passando grande parte do seu tempo na cabana de zinco, a ponte foi concluída e inaugurada, no dia 18 de maio de 1901, no mesmo dia em que seu terceiro filho, Manoel Afonso, nascido na cidade, foi batizado. Sem dúvida, o fato de um filho de Euclides ter nascido em São José do Rio Pardo, sua história estaria para sempre ligada à vida da cidade. Há muitos anos, descendentes desse filho de Euclides, pessoas muito queridas, visitam nosso município para participar de festejos que

são realizados anualmente para estudar a vida e a obra do escritor. Assim, a trama do destino foi sendo feita e a história Euclides ficando ligada à História de São José do Rio Pardo.

Dias depois da inauguração da ponte, Euclides e a família deixam a cidade. Assim conta Olímpio de Sousa Andrade sobre a partida da família.

> Tudo feito, deixando para trás as águas do rio, afinal vencidas pelos pilares de granito, Euclides tomou com a família o trenzinho da Mojiana, rumo a outros encargos. Lá foi ele, deixando São José do Rio Pardo, a sua construção de cimento e aço entre a cidade e os cafezais, apenas separados pelas águas, a choça de tábuas e folhas de zinco à sombra da velha paineira, de galhos potentes curvados sobre ela, a mesinha de trabalho, que dera a Jovino, os amigos, tudo e todos, homens e coisas de tempos que talvez pressentisse não voltarem mais, confidentes e testemunhas daquele período fervoroso em que trabalhou na elaboração de 'Os Sertões'. Calçara outra vez a bota de sete léguas da vida precipitada que levava antes daquela parada no remanso, no silêncio fecundo da cidadezinha provinciana que ia em seu coração. (ANDRADE, 1960, p.259).

CICLO DAS CARTAS NÃO RIO-PARDENSES

O ciclo das cartas rio-pardenses se encerra. No entanto, há as cartas em que Euclides escreve já em outras cidades. Cartas que são importantes para mostrar que, mesmo distante, Euclides deixa claro o carinho que tinha pelo amigo Francisco Escobar, pela ponte e também pela cidade. O que me permite afirmar que Euclides pertence a São José do Rio Pardo. O que dá essa ideia de pertencimento é a memória afetiva facilmente observável nas cartas que vou elencar.

Já em São Carlos, Euclides escreve para Escobar, no dia 30 de novembro de 1901. A carta vem com um pedido excepcional. Euclides ficara sabendo que o Mateus, "o velho trabalhador, que ali está quase como uma relíquia, lembrando dias sucessivos de uma luta de três anos", seria despedido com a nova administração municipal. Ele pede que Escobar interfira para que o funcionário seja mantido. São Palavras de Euclides; "Peço-te, por isto, falares em meu nome — à parte todas as distinções de partido — aos coronéis José Leopoldino e Honório Dias e a todos os influentes. Fico absolutamente convencido de que o meu pedido não será em vão." Realmente foi um gesto de altruísmo. Euclides teve uma preocupação genuína e desinteressada.

De Lorena, no dia 25 de dezembro de 1901, Euclides escreve para Escobar. É muito clara a relação afetiva entre eles quando afirma "li com profundas saudades do excelente companheiro das muitas horas do humorismo triste".

Todo discurso deixa marcas daqueles que se envolvem na interação, pois o modo de dizer de uma pessoa faz com que uma imagem seja revelada, portanto, ao escolher o adjetivo "excelente" para se referir a Escobar, coloca-o numa posição muito valorizada. As escolhas lexicais e as estruturas presentes num texto criam efeitos de sentidos. Essas construções não se dão por acaso, são resultados de posições enunciativas do sujeito, determinadas pelo contexto sócio-histórico e ideológico. Por isso, quando Euclides escreve na carta: "aí nesse S. José que nunca esqueço", fica evidente a memória afetiva guiando o discurso de Euclides. Afinal, a lembrança da cidade em que ele morara por três anos continuava viva em seu pensamento, ele "nunca" a esquecia.

Ainda de Lorena, Euclides escreve para Escobar, no dia 10 de 1902. Ele afirma que havia chegado de São Paulo e não teve o prazer de encontrar o amigo Escobar. Euclides pede "Porque não escolhes os dias 6, 7 ou 8 de cada mês para ir até lá. É o melhor meio de nos vermos." Euclides deixa claro que tem "o maior desejo de abraçar o excelente companheiro." O adjetivo "excelente" é reiterado. O que evidencia o caráter afetivo do discurso. E mais uma vez lembra de São José e diz que "é bem possível que eu te acompanhe, ao voltares, até S. José para rever a nossa ponte." O uso do pronome possessivo "nossa" para se referir à ponte é uma particularidade interessante. Muito embora exista um sentido possessivo, não há valor de posse porque ele não adquirira a ponte. O que existe é uma relação de afeto, de cuidado até. Apesar do sentido de posse, de acordo com Cunha e Cintra (1985), "o pronome possessivo não exprime sempre uma relação de posse ou pertinência" ele pode assumir "múltiplos valores, por vez, bem distanciados daquele sentido originário." (CUNHA; CINTRA, 1985, p.313.) O que nos possibilita afirmar que, para Euclides, a ponte tinha grande importância.

Em 14 de maio de 1902, de Lorena, Euclides da Cunha escreve ao amigo dizendo que fazia planos para estar no dia 18 de maio, no aniversário da ponte, mas seria impossível. Ele pede que Escobar, Álvaro, João Moreira e o Jovino se encaminhem "para lá naquele dia, paguem uma garrafa de cerveja (Barbante) ao velho Mateus e recordem-se por um minuto do amigo agradecido, ausente… Será uma bela comemoração." Interessante notar a posição em que Euclides se coloca "amigo agradecido, ausente...". Certamente Euclides tinha feito não só uma trajetória profissional na cidade, mas havia criado laços de amizade que ele insistia em preservar. E ele era agradecido por essa amizade cultivada em São José do Rio Pardo.

Uma nova carta vem de Lorena, datada de 22 de maio de 1902, quatro dias depois do aniversário da ponte. Ele escreve para Escobar: "Magnífico! A comemoração do aniversário da minha ponte (...) não poderia ser melhor." Euclides afirma que nunca imaginou que a festa fosse prestigiada por centenas de pessoas, nem que houvesse "os foguetes, as bandeirolas velhas, o assobio dos mo-

leques e os tabuleiros de doces...” O que ele esperava mesmo era que “dois ou três amigos que ali chegassem e se lembrassem, durante algum tempo,” dele. Mas, na verdade, os poucos amigos a que Euclides se referiu “reduziram-se a dois”: Escobar e o Lafayette. Foi o suficiente para que Euclides afirmasse: “Mas estes... Estou satisfeitíssimo.” O sujeito do enunciado, Euclides da Cunha, dizendo ou não a verdade, deixa nítida uma atitude. Segundo Maingueneau (2002, p.95), “toda fala procede de um enunciado encarnado; mesmo quando escrito, o texto é sustentado por uma voz – a de um sujeito para além texto”. Então Euclides tenta persuadir seu interlocutor usando o adjetivo no grau superlativo absoluto: “satisfeitíssimo.”

De Lorena, em 10 de agosto de 1902, Euclides escreve novamente para Escobar. Primeiramente, o que vemos reiterada nessa carta é a consideração que Euclides tem por Escobar. Ele afirma: “Apresso-me em dar-te a notícia, porque foste o meu melhor colaborador neste ermo de S. José do Rio Pardo, e peço-te transmiti-la ao Augusto, dizendo-lhe que o nosso contrato sem escrituras tem a garantia da minha palavra, que às vezes parece ser palavra de rei.” Não há como negar que Euclides, mesmo distante, tinha em mente o grande valor do amigo. Caso contrário, não teria afirmado: “foste o meu melhor colaborador neste ermo de S. José do Rio Pardo.” Ao escolher o artigo definido “o” e o adjetivo no grau superlativo “melhor”, o emissor da carta, Euclides da Cunha, tinha uma intenção comunicativa, porque o artigo definido é um termo que possui uma função designativa, pois determina um substantivo comum isolando-o dos demais: “o colaborador” e o adjetivo “melhor” poderia ser substituído por superior, máximo, excelente, etc., o que só reforça a ideia do quanto Escobar fora importante, principalmente num lugar em que Euclides estava praticamente sozinho, no “ermo de São José do Rio Pardo”. Ainda na carta de 10 de agosto de 1902, Euclides pede a Escobar que averigue se é verdade um comentário que chegou até ele de que “há no encontro direito, — lado do Pompeu, — da ponte, uma frincha descendo por todo ele até embaixo.” Euclides viera com a responsabilidade de reconstruir a ponte e minimizar os prejuízos causados pelo engenheiro antecessor. Alguém tão sério e tão preocupado com essa empreitada, que segundo (ANDRADE, 1960, p. 173) “trabalhou a bom trabalhar (...) exprimindo-se naquele estilo cheio de força (...) e que era tão exclusivamente dele, como o eram a sua honestidade, a sua desconfiança nata”, foi acometido por enorme ansiedade e preocupação. Tanto é verdade que ele afirma na carta enviada a Escobar: “Imagina como fiquei, e quanto cabelo branco vai-me nascendo dentro desta ansiedade.” Euclides confiava em Escobar. Pede inclusive que o amigo observe com a “cautela habitual, sem que ninguém o perceba”. Felizmente não havia fissura na ponte. O trabalho chefiado por Euclides fora muito bem feito. Segundo (ANDRADE, 1960, p. 179), assim como Euclides foi “para o sertão, vendo de perto o que descreveria e comentaria”, veio “com a família para São José do Rio

Pardo e, não contente” fixou-se confinante no trabalho da ponte, “construindo-a de maneira que, sessenta anos depois”, está firme como ele a construiu, apesar dos choques das águas do “rio grosso”. É a prova de que ele “venceu onde outros fracassaram”. Atualizando, construiu a ponte de tal maneira que 122 depois, ela continua firme. Em outras duas cartas enviadas a Escobar, datadas de 26 de janeiro de 1903 e 22 de agosto de 1903 respectivamente. Na primeira, Euclides quer saber quando Escobar pretende ir a São Paulo. Ele afirma, comprovando seu espírito tribulado, que “a vida é hoje triste, no Brasil. Que ao menos se tenha compensação de ver de quando em vez um rosto amigo.” A amizade de Escobar lhe fazia falta. Para Euclides, encontrar o amigo era uma compensação. Na segunda carta, Euclides pede a Escobar que antes de ele ir a São Paulo, “dê um passeio à ponte para me dar notícias dela.” Mas uma vez, a ponte é objeto de preocupação de Euclides.

Por fim, na carta enviada para Escobar, do Rio de Janeiro, datada de 8 de abril de 1908, Euclides reclama do meio em que estava vivendo e diz que a sua “maior aspiração seria deixar de uma vez este meio deplorável, com as avenidas, os seus automóveis, os seus smarts e as suas fantasmagorias de civilização pesteada.”

A modernidade, o barulho, o progresso impediam que ele que ele tivesse tranquilidade para “estudar-se e pensar-se” lá. Nesta carta, Euclides exprime uma bela manifestação do quão foi importante a vida em São José do Rio Pardo. As palavras de Euclides “Que saudades do meu escritório de folhas de zinco e sarrafos, da margem do rio Pardo! Creio que se persistir nesta agitação estéril não produzirei mais nada de duradouro”, dão a dimensão da sua ligação afetiva com a cidade. Afinal, o dicionário Houaiss (2007) define a palavra saudade como um “sentimento mais ou menos melancólico de incompletude”, é um sentimento “ligado pela memória a situações de privação da presença de alguém ou de algo, de afastamento de um lugar ou de uma coisa, ou à ausência de certas experiências e determinados prazeres já vividos e considerados pela pessoa em causa como um bem desejável.” Euclides, longe de São José do Rio Pardo, sentia saudades da paz e da simplicidade encontradas aqui.

Segundo Nicola Costa (2022), Euclides, cansado das agitações urbanas que se sucediam desde a proclamação da República, definiu um objetivo: “Não sei quando realizarei o ideal de viver na roça, numa cidade pequena, com um círculo pequeno de amigos, estudando e trabalhando, sendo mais útil à nossa terra... Esta aspiração simples, porém, parece coisa difícil de se realizar. Estou condenado à poeira das aldeias grandes desta terra sem cidades.” (Carta 57, 07/01/1897, p.102). Esse talvez tenha sido o único ideal que se realizou exatamente como sonhou, ao viver três anos na pequena São José do Rio Pardo.

EM SÃO JOSÉ DO RIO PARDO NASCEU “OS SERTÕES”

Segundo Nicola Costa, (2023), “Euclides encontrou em São José do Rio Pardo “um círculo pequeno de amigos” que o ajudou a estudar, fornecendo-lhe livros e anotações, que foram fundamentais para a elaboração do livro “Os sertões”, que se tornou uma das bases da cultura nacional”. Em 1898, aconteceu o que Euclides da Cunha desejava: fixar-se em alguma cidade do interior, num lugar mais tranquilo, mesmo que fosse distante. Assim, ele poderia ter paz de espírito, estudar e escrever. São José do Rio Pardo ofereceu essas condições e os três anos em que morou na cidade foram suficientes para que Euclides levasse adiante o projeto do livro “Os sertões”. Segundo Sílvio Rabelo (1948), morando em São José do Rio Pardo, Euclides já não fazia viagens cansativas e longas, porque o serviço de reconstrução da ponte era perto da sua casa. Talvez ele não precisasse passar o tempo todo no local do trabalho, “mas ele preferia passar dias inteiros às margens do rio, numa barraca coberta de zinco” construída “à sombra de uma paineira e que servia ao mesmo tempo de escritório de engenharia e de escritório seu, onde lia e redigia.” Certamente, o lugar foi fundamental, afinal, “pôde harmonizar os encargos profissionais com os seus interesses de intelectual.” E foi naquela barraca singela, tosca, que o livro foi gerado. Segundo Rabelo (1948), enquanto as partes da ponte eram erguidas, “o livro de Euclides avançava”. Numa gestação quase perfeita, livro e ponte nasciam como irmãos. Como já citado anteriormente neste artigo, no período em que Euclides morou em São José do Rio Pardo, Escobar colaborou muito na feitura do livro “Os sertões”. Segundo Rabelo (1948), Escobar emprestou-lhe muitos livros de sua biblioteca particular, “ajudou-o em pesquisas bibliográficas; traduziu-lhe trechos de latim.” E Escobar, notando que Euclides não era um homem fácil, “desdobrou-se em dedicação quase paternal”. Certamente, todo esse cuidado de Escobar fez grande diferença na vida de Euclides. “a assistência discreta e ao mesmo tempo vigilante” foi fundamental para que Euclides “se sentisse firmemente decidido a prosseguir no empreendimento do seu livro.” Euclides, ao escrever para Escobar, “Que saudades do meu escritório de folhas de zinco e sarrafos, da margem do rio Pardo! Creio que se persistir nesta agitação estéril não produzirei mais nada de duradouro”, ele deixa claro que “apesar das atribulações que o acompanhavam por toda parte, os três anos à sombra da sua barraca, tinham sido os mais tranquilos e felizes de sua vida.” Sobre Euclides da Cunha e São José do Rio Pardo, escreve o Professor Hersílio Ângelo (1970) “Por um desígnio da Providência, Euclides chegou aqui pobre e obscuro, e daqui partiu rico e famoso – da maior riqueza e da maior fama, porque levava pronto o seu livro máximo.”

EM SÃO JOSÉ DO RIO PARDO NASCEU “OS SERTÕES”

Segundo Nicola Costa, “Os sertões”, publicado em 1902, deu a Euclides da Cunha fama nacional, mas não resolveu seus problemas materiais e profissionais, pois continuou a viver de expedientes e favores dos amigos. Euclides conseguiu ser nomeado professor de Lógica no Colégio Nacional do Rio de Janeiro em 1909, embora tenha ficado em segundo lugar no concurso, graças à influência de amigos políticos poderosos como o barão do Rio Branco e o escritor Coelho Neto.”

Euclides vivia uma fase triste de sua vida pois encontrava-se muito doente, seus filhos o decepcionavam como estudantes, a política nacional estava prestes a sofrer uma mudança contrária aos seus interesses, e a sua instável situação conjugal aproximava-se de um desenlace trágico que custaria a sua vida. Parecia estar resolvida a sua vida profissional com a sua nomeação de professor de Lógica do Colégio Nacional, mas ele só deu aulas durante algumas semanas, pois foi morto em 15 de agosto de 1909, quando invadiu a casa do amante de sua mulher que o havia abandonado e trocou tiros com ele, morrendo no local.

Segundo Regina Abreu (1998), com a morte trágica de Euclides da Cunha, o livro “Os sertões” passou a ter “novo significado” e passou a ser estudado “junto com as biografias, que ano após ano, apresentavam fatos inéditos” sobre sua vida e obra. “A figura do escritor foi construída passo a passo, tornando-se lendária e objeto de maior culto de que já se teve notícia sobre um escritor brasileiro.”

Três anos após a morte de Euclides da Cunha, no dia 15 de agosto de 1912, alguns amigos de Euclides se reuniu diante da cabana e recordaram-se por mais de “um minuto do amigo ausente”. Era o início da “romaria cívica”. Segundo Del Guerra (2009), “estava lançada a semente que floresceria.”

Segundo Regina Abreu (1998), o culto a Euclides da Cunha em São José do Rio Pardo constitui exemplo notável de invenção de uma tradição no Brasil, com ritual que se repete anualmente desde 1912. “Os rio-pardenses inventaram uma nova qualidade para aquela cidade do interior de São Paulo”. A partir de então, ela passou a ser a “Meca do Euclidianismo”, atraindo os olhares de intelectuais e personalidades de todo o Brasil.” (ABREU, 1998, p.315). Para Regina Abreu (1998), “São José do Rio Pardo adquiria feição incomum: a paisagem bucólica da cabana à beira do Rio Pardo indicava que fora ali, e não em qualquer outro lugar do Brasil, que Euclides da Cunha teria escrito “Os sertões”. E “Os Sertões” era o grande livro nacional.”

Pedro Calmon (apud MASCHIETTO, 2002, p. 9) afirma existir no Brasil algo surpreendente, “uma cidade que todos os anos, com a pontualidade de um culto, a solenidade de um voto, comemora um livro”. Como bem aponta Ventura (1993), Cunha é o único escritor a ter se tornado objeto de culto pessoal – cabe lembrar que “por protesto e adoração” é o lema do movimento euclidiano.

Regina Abreu (1998) assinala: São José do Rio Pardo, cidade em que o "escritor viveu e a cabana" onde escreveu sua principal obra representam testemunhos materiais de sua presença evidenciando uma relação íntima entre coisas e espíritos." É possível dizer que essa ligação se deu até num plano metafísico, o que garante ao movimento euclidiano esse caráter de permanência e pertencimento. Euclides está ligado à cidade como um filho do lugar.

EUCLIDES DA CUNHA VOLTA PRA CASA

No ano de 1982, durante a Semana Euclidiana, São José do Rio Pardo recebeu os restos mortais do escritor Euclides da Cunha e de seu filho Euclides da Cunha Filho, o Quidinho. O historiador e escritor Rodolfo Del Guerra escreveu numa crônica de A Gazeta do Rio Pardo: "Se você não viu, perdeu um dos mais belos e importantes acontecimentos deste século, em São José do Rio Pardo: o clímax dos longos dias do traslado de Euclides da Cunha e Euclides da Cunha Filho. Foi a apoteose da inumação dos restos mortais de ambos, no mausoléu rio-pardense beira-rio."

Segundo Nicola Costa (2022), "Mais de setenta anos depois Euclides "voltou" / e agora seus restos mortais repousam ao lado/ da ponte que reconstruiu, da velha cabana/ e também junto de Quidinho, seu filho amado."

Podemos afirmar que havia entre Euclides da Cunha e a cidade de São José do Rio Pardo laços de pertencimento. Esses laços foram construídos e fortalecidos ao longo do tempo, por meio da observação, das experiências e do compartilhamento da vida com os amigos que Euclides fez na cidade. Havia entre ele e as pessoas com quem conviveu uma espécie de ligação emocional que transformou espaços vazios de sentido em lugares cheios de significado. A ponto de Euclides afirmar ao amigo Francisco Escobar "aí nesse S. José que nunca esqueço". O que ocorreu foi uma identificação por meio da interação não somente com o lugar, mas também com as pessoas que representavam a comunidade, ou seja, os indivíduos permitiram-se estar juntos para procurar e partilhar soluções para os problemas do lugar onde viviam. No caso de São José do Rio Pardo, o que representou isso foi a reconstrução da ponte e a preocupação que Euclides tinha de saber como estava a ponte, nas cartas que escrevia a Escobar e também da ajuda dos amigos na elaboração do livro "Os sertões". As vivências se misturaram e conforme afirma Nicola Costa "É impensável imaginar o que seria São José sem ele (Euclides), / a ponte e a cabana, seria como não ter identidade.

TÍTULO "POST MORTEM" DE CIDADÃO RIO-PARDENSE A EUCLIDES DA CUNHA

O Projeto de Decreto Legislativo, nº 10/98 concedeu a Euclides da Cunha o título "post mortem" de cidadão rio-pardense a Euclides da Cunha pelos relevantes serviços prestados a São José do Rio Pardo. A entrega do título foi durante a Sessão Solene do dia 9 de agosto de 1998, durante a Semana Euclidiana. Foi entregue à senhora Maria de Lourdes Cunha Tostes de Andrade (Marilu) o título de Cidadão Rio-pardense, concedido "post mortem" ao seu bisavô, o Engenheiro-Escritor Euclides da Cunha. Na ocasião, em nome da família do homenageado, o Sr. Joel Bicalho Tostes, marido da neta de Euclides da Cunha, fez uso da palavra. A atuação euclidiana do Sr. Joel sempre deu margem a que fossem admirados os seus múltiplos esforços para a manutenção da correta memória do homem Euclides da Cunha, avô paterno de Eliethe da Cunha Tostes, sua mulher.

Estava reconhecida a cidadania do escritor Euclides da Cunha. No âmbito do município, como prevê a Lei Orgânica Municipal, o título é dado à pessoa que reconhecidamente tenha prestado relevantes serviços ao município. Cidadão é toda e qualquer pessoa que atue na vida da cidade e de alguma maneira tenha contribuído ou contribua com a história do município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as evidências percebidas nas palavras escritas por Euclides nas cartas analisadas, podemos inferir que há motivos mais relevantes para considerá-lo um cidadão rio-pardense do que aquele sentenciado por uma lei municipal. Mesmo que Euclides não tivesse sido homenageado com tal título pela Câmara Municipal de São José do Rio Pardo, podemos afirmar que, em muitos momentos, percebe-se uma ligação muito intensa, muito mais que só profissional ou terrena, de Euclides da Cunha com a História de São José do Rio Pardo. Segundo Regina Abreu (1998), a cidade, a cabana são testemunhos materiais da presença do escritor em São José do Rio Pardo, evidenciando "uma relação íntima entre coisas e espírito". É uma ligação que transcende o plano material. Euclides esteve e está ligado à cidade como tendo sido nascido aqui. O que dá esse caráter de pertencimento e perenidade. A imagem de Euclides da Cunha, cidadão rio-pardense, foi sendo construída passo a passo, tornando-se lendária e elemento fundamental do maior culto de que de que já se teve notícia sobre um escritor brasileiro. Euclides está vivo na memória rio-pardense. Segundo Nicola Costa (2022), a respeito do Legado Euclidiano para São José do Rio Pardo, "Aqui estás, Euclides, em todos os lugares/queres saber se te viram e te encontraram? / Se leram o livro "Os sertões", te viram/ se atravessaram a ponte, te acharam.". "Fizeste não "uma ponte, mas duas:/ a ponte real, que atravessa o

espaço, / o livro ideal, que atravessa o Tempo/ matéria e espírito feitas de puro aço.”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Regina. O enigma de Os sertões. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

ANDRADE, Olímpio de Sousa. História e interpretação de “Os Sertões. Capa de Danilo Marchese, ilustrações de Aldemir Martins. São Paulo: EDART, 1960. [Col. “Visão do Brasil”].

ÂNGELO, Hersílio. Euclides da Cunha e São José do Rio Pardo. Gazeta do Rio Pardo, 09/08/1970.

BERNUCCI, Leopoldo M. e HARDMAN, Francisco Foot. Euclides da Cunha: Poesia reunida. Organização, estabelecimento de texto, introduções, notas e índices de Leopoldo M. Bernucci e +Francisco Foot Hardman. São Paulo: Editora UNESP, 2009. [ISBN 978-85-7139-971-6].

COSTA, Nicola. Euclidesertões. POEMAS, São José do Rio Pardo, 2022.
——— Jornal O Rio Pardo, 2023. São José do Rio Pardo.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo.2.ed.Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

DEL GUERRA, Rodolfo José. Conhecendo Euclides da Cunha. Ano 100 (1898-1998). Coleção Municipal, v. II, 1998.

GALVÃO, Walnice Nogueira e GALOTTI, Oswaldo. Correspondência de Euclides da Cunha (ativa). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 1997.

HOUAISS, Antonio. Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. São Paulo: Objetiva, 2007, CD-ROM.

MAINGUENEAU, Dominique. Novas tendências em análise do discurso. 3. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997.

——— . Análise de textos de comunicação. 2 ed. Campinas: Cortez, 2002.

MASCHIETTO, Carmem Cecília Trovatto. A Tradição Euclidiana: uma ponte entre a história e a memória. São Paulo: Editora Arte & Ciência, 2002.

RABELLO, Sylvio. Euclides da Cunha. 2.ed., Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1966, p. 87-88. [Col. Vera Cruz – Literatura Brasileira, v. 103].

PERIÓDICOS EM MEIO ELETRÔNICO:

O Estado de São Paulo”, (SP), 13 de dezembro de 1952

O Estado de São Paulo(SP) 30 de julho de 1897

O Estado de São Paulo, (SP), 22 de outubro de 1897

O Estado de São Paulo”, (SP), 19 de janeiro de 1898

A OBRA DE EUCLIDES DA CUNHA: LITERATURA E HISTÓRIA

Rosângela Aparecida Gomes Pereira
(rosangela50gomes@gmail.com)

RESUMO: Realizado a partir de criteriosa revisão bibliográfica, este artigo tem como objetivo principal discorrer sobre a obra de Euclides da Cunha como fonte de literatura e história, confirmando sua influência na cultura brasileira. Euclides da Cunha nos presenteia com descrições ricamente cheias de detalhes e fidelidade dos acontecimentos, conduzindo o leitor para o plano histórico e geográfico onde os fatos se dão. Especificamente em “Os Sertões”, o autor oferece uma descrição do sertanejo e do sertão, abrangendo aspectos como clima, relevo, hidrografia e vegetação, dentro de uma manifestação expressiva que impressiona o leitor de forma envolvente.

Palavras-chave: Cultura; Euclides da Cunha; História; Literatura.

ABSTRACT: Carried out from a careful bibliographic review, this article has as main objective to discuss the work of Euclides da Cunha as a source of literature and history, confirming its influence on Brazilian culture. Euclides da Cunha presents us with descriptions richly full of details and fidelity of the events, leading the reader to the historical and geographical plane where the facts take place. Specifically in “Os Sertões”, the author offers a description of the sertanejo and the sertão, covering aspects such as climate, relief, hydrography and vegetation, within an expressive manifestation that impresses the reader in an engaging way.

Key words: Culture; Euclides da Cunha; History; Literature.

Como relata Lucas (2009), Euclides da Cunha, neto de sertaneja, órfão no início da vida, encontrou-se, desde muito cedo, desprotegido das atenções maternas, bem como da garantia e segurança de uma família estável.

Euclides revelou-se sempre um espírito sensível e impulsivo, desenvolvido em um período de intensas transformações políticas no Brasil, que foi a passagem do período imperial para a fase republicana de nossa história. Sua atenção foi avivada especialmente para os temas históricos e políticos, aos quais destinou os atributos mais importantes de seu talento, com total dedicação (LUCAS, 2009).

> Fosse um homem comum, teria deixado apenas uma obra representativa de seu tempo, marcada pelas qualidades e pelos defeitos que o correr dos dias se encarregaria de evidenciar. Mas foi um homem excepcional, cuja face mais extraordinária - razão de sua notável importância nos quadros de nossa formação - parece-nos encontrar-se no seu poder de expressão (LUCAS, 2009, p. 02).

Nos escritos de Euclides da Cunha é possível avaliar o volume admirável de informações livrescas que arrebanhava, sobretudo nos campos da Geografia, da Geologia, da Botânica, da Etnologia, da Antropologia, da Psiquiatria, da Filosofia, da Política, da Literatura e da Sociologia (LUCAS, 2009).

É assim que, apresentando um texto que contempla como estruturas a narração, a descrição e a dissertação, Euclides da Cunha conduz o leitor a ser coparticipante dos acontecimentos por ele descritos, impressionando pela riqueza de detalhes e fidelidade à realidade, o que dota seu texto de emoção e sentimento de identificação com os problemas do homem brasileiro.

Euclides da Cunha, conforme apontamentos de Fernandes (2019), teve formação técnica na área de engenharia, motivo que o conduziu a ter contato com grandes obras de filosofia positivista e cientificista, tal como parte significativa da intelectualidade brasileira da época.

“O cientificismo deu tons decisivos na compreensão que Euclides da Cunha teve de seu país. Além dessa formação técnico-científica, Euclides também teve uma enorme inclinação à leitura de autores clássicos, sobretudo literatos” (FERNANDES, 2019, p. 01).

Memorável por sua obra “Os Sertões” (1902), concretizada a partir de suas vivências de observação da Guerra de Canudos, no sertão baiano, o sertanejo e o conflito liderado por Antônio Conselheiro, Euclides da Cunha a retrata como uma relevante fonte histórica e sociológica, tanto ambiental como humana, existente no local (SANTOS, 2020).

A sua obra apresenta características literárias que envolvem o contexto na qual se insere, como aponta Santos (2020):

• **Determinismo:** o ser humano é apresentado por uma ótica determinista como decorrente de três fatores: meio ambiente, raça e momento histórico.

• **Cientificismo:** apresenta uma narrativa contempla a ciência como forma adequada de compreensão humana da realidade.

• **Tom sombrio e duro:** apresenta a vida difícil do nordestino, distante do olhar dos governantes, sem bens materiais à disposição e impossibilitados de uma melhor qualidade de vida.

• **Aproximação entre Literatura e História:** existe um cuidado do autor em manter um diálogo entre a narrativa literária e o contexto histórico, com vistas a uma fiel representação da realidade.

• **Linguagem complexa**: sua obra contém frases densas, com riqueza de termos técnicos.

Sendo o primeiro escritor brasileiro que conectou a literatura e a história, Euclides da Cunha apresenta uma característica textual que oportunizou, especialmente aos brasileiros da elite cultural, bem como aos demais grupos sociais, conhecerem o interior do Brasil e, particularmente, as peculiaridades geográficas do sertão e o sertanejo. Em razão de sua riqueza de detalhes, a obra "Os Sertões", que possui uma linguagem científica, jornalística e poética, recebeu do escritor Pedro Nabuco o título de "A Bíblia da Nacionalidade Brasileira" (ARAÚJO, 2019).

Em sua obra "Os Sertões", Euclides oferece uma detalhada descrição da região do conflito, da vida do sertanejo e da luta ali existente. Antônio Cândido apud Motta (2012, p. 01) assinala que o livro estava entre "a literatura e a sociologia". Nessa obra, são revelados o seu talento, seus conhecimentos e a sua capacidade de análise.

A obra "Os Sertões" marcou o movimento Pré-modernista, tratando-se de um relato histórico, mesclado à literatura, que descreve os acontecimentos da Guerra de Canudos, bem como a vida e sociedade do povo desse arraial, esquecido pelo Estado brasileiro de fins do século XIX.

Assim, "Os Sertões", de repercussão nacional, permitiu que Euclides da Cunha ingressasse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e na Academia Brasileira de Letras. Contudo, ele permaneceu como engenheiro, enfrentando inúmeras dificuldades em sua vida.

Sendo o primeiro escritor a descrever o gigantismo da terra brasileira, Euclides faz uso das características de topógrafo, engenheiro e geógrafo, descortinando sua riqueza técnica e sensibilidade na descrição das diversas paisagens

brasileiras.

Euclides foi enviado a Canudos como correspondente de guerra em 1897 e elaborou diversas reportagens para o jornal "O Estado de São Paulo", publicando, em 1902, "Os Sertões" criticando a violência da campanha militar.

Tanto sobre o sertão baiano como sobre a selva amazônica, Euclides descreveu uma paisagem maravilhosa, expressando uma mistura de terror e êxtase, desilusão e deslumbramento (VENTURA, 1998).

Em "Os Sertões", o autor descreveu a região de Canudos, no vale do rio Vaza-Barris, no nordeste da Bahia, numa concepção naturalista, alicerçada no historiador francês Hippolyte Taine que, de acordo com Ventura (1998), lhe forneceu a base científica para buscar correspondências poéticas entre os fatos narrados e a paisagem que o cercava.

Considerando as ideias de Taine, para quem a história de um povo é determinada

por três fatores: o meio, ou o ambiente físico e geográfico; a raça, responsável pelas disposições inatas e hereditárias; e o momento, resultante das duas primeiras causas, Euclides dividiu "Os Sertões" em três partes: "A terra", "O Homem" e "A luta".

Em "A terra", o escritor focalizou a geologia e a geografia do sertão baiano, não deixando de escrever sobre o clima, a vegetação e sobre o sério problema das secas na região.

Já em "O homem", Euclides abordou as origens do homem americano, a formação racial do sertanejo e os malefícios da mestiçagem, vendo a guerra como resultante do choque entre dois processos de mestiçagem: a litorânea e a sertaneja.

Por fim, em "A luta", Euclides critica o Exército e o governo pela destruição da comunidade e pela degola dos prisioneiros, realizadas em nome da consolidação da ordem republicana.

No conceito de Fernandes (2019), no livro "Os Sertões", Euclides analisou o Brasil que, até então, era desconhecido dos brasileiros que residiam no litoral. Euclides, para muito além de retratar os meandros dos combates das tropas governamentais contra os jagunços aliados a Antônio Conselheiro, desenhou um quadro compreensivo do tipo de homem que habitava as entranhas do Brasil e o modo como o meio (o sertão) moldava seus hábitos e sua alma.

Euclides não foi escritor de uma só obra e hoje impera a certeza de que produziu uma espécie de síntese do Brasil, com suas diferenças sociais, regionais e econômicas; seus dilemas em enfrentar situações de tensão social e as dificuldades do Estado de levar para todo o país suas instituições, ainda hoje depois de mais de um século da tragédia de Canudos (SENADO FEDERAL, 2003).

Raros são os escritores brasileiros que permanecem tão atuais como Euclides da Cunha. Na convicção de Rolando Morel Pinto apud Vanuchi (1980,

p. 01), “Os Sertões” “abre o ciclo da nossa maturidade cultural, iniciando, em nível superior, o processo de autoanálise de nossa formação”.

Euclides é um pioneiro, um corajoso. Tratou de temas que autores brasileiros refugavam e, agindo assim, abriu caminhos, descobriu fonte inesgotável que até os dias de hoje é seguida, tanto no âmbito do regionalismo quanto no enfoque social.

Com constante e atenta observação dos fatos e do ambiente à sua volta, Euclides da Cunha deixou sua valiosa contribuição à humanidade, construída pelo seu pensamento e pelos caminhos que trilhou.

Ressalta-se o fato de que, mais do que um escritor conceituado das áreas do jornalismo e da literatura, Euclides da Cunha foi um analista das práticas sociais, como a realizada em “Os Sertões” sobre o sertão, do sertanejo e do conflito ocorrido no Arraial de Belo Monte, a Guerra de Canudos (ARAÚJO, 2021).

Euclides da Cunha admirava as obras do escritor francês Victor Hugo e também estudiosos como o evolucionista Charles Darwin, o positivista Auguste Comte, o determinista Hippolyte Taine e os sociólogos Karl Marx e Émile Durkeim (ARAÚJO, 2019).

Os citados autores exerceram forte influência na vida e nas obras de Euclides da Cunha, constituindo importantes bases e referências científicas para a análise das práxis sociais e para suas produções jornalística e literária.

Nos relatos de Araújo (2021, p. 02):

> Durante quase dois meses, Euclides da Cunha viveu no sertão baiano como correspondente do jornal O Estado de S. Paulo, transmitindo as notícias por meio de telégrafo. Após o fim da guerra, com a destruição do Arraial de Canudos, Euclides da Cunha mudou-se para São José do Rio Pardo para trabalhar na construção de uma ponte metálica no Rio Pardo. Durante cinco anos, nos pequenos intervalos, escreveu boa parte de Os sertões. Antes mesmo de publicar o livro na íntegra, Euclides publicou alguns fragmentos em um artigo intitulado de “Excerto de um livro inédito”.

Euclides da Cunha chegou a São José do Rio Pardo em 1898, enviado pelo Departamento de Obras Públicas do Estado para superintender o difícil trabalho de reconstrução da ponte sobre o Rio Pardo, considerada a mais importante obra em execução em São Paulo e que, cinquenta dias depois da inauguração, à uma hora da madrugada de 23 de janeiro de 1898, havia desabado devido à escavação de um dos pilares, que rachou e não resistiu à correnteza do rio (DEL GUERRA, 1998).

A construção de uma ponte segura, que resistisse às enchentes, era o sonho dos rio-pardenses, pois ela facilitaria e atrairia as safras de café localizadas na margem direita do Rio Pardo, bem como de fazendas localizadas no município de Mococa.

Frente ao trágico acontecimento do desabamento da ponte, Euclides solicitou ao diretor da Superintendência, Gama Cochrane, que lhe desse o trabalho de reconstrução e, assim, em fevereiro de 1898 já se encontrava em São José do Rio Pardo.

Já nos seus primeiros dias na cidade, ao elaborar um relatório sobre a queda da ponte, Euclides convidou e levou à margem do rio homens íntegros da comunidade: Álvaro Ribeiro, Francisco de Escobar, João Moreira, João Novo e José de Oliveira Leite, para que fossem testemunhas das várias irregularidades constatadas, como trabalhos defeituosos de alvenaria, erros na montagem, rebites com diâmetros não proporcionais aos furos dilatados das chapas (DEL GUERRA, 1998).

Com uma superestrutura metálica importada da Alemanha, medindo 100,08 metros de comprimento, 6,60 de largura total e 3,50 entre os passeios, a ponte foi meticulosamente desmontada, com aproveitamento e recuperação dos materiais danificados e refazimento das partes destruídas, sob orientação direta e permanente do engenheiro, que a deu como concluída em 1901, reinaugurando-se oficialmente no dia 18 de maio desse ano.

Após três meses estaria concluído o serviço de remoção da ponte sobre o Rio Pardo, fato que à realização de uma passeata comemorativa, com banda, foguetes e bandeiras de várias nacionalidades, que percorreu as ruas da cidade (DEL GUERRA, 1998).

Durante os trabalhos, Euclides, que tinha pressa, esbarrou na burocracia que o impedia de demolir os dois antigos pilares para o reaproveitamento do material. Assim, foi preciso que ele solicitasse materiais e utensílios existentes em outras repartições e vieram para São José sobras de material de uma ponte, construída em Guaratinguetá.

Em abril de 1899 os dois pilares das margens já estavam construídos e seriam iniciados os trabalhos para edificação do pilar central. No final deste mesmo mês e no início do próximo, Euclides e seus operários já trabalhavam dentro do caixão vazio, sobre a laje de pedra a quatro metros de profundidade, ouvindo o dominado e turbulento rio ao seu redor (DEL GUERRA, 1998).

Já no mês de janeiro do ano de 1900, os serviços de alvenaria estavam concluídos. Entretanto, a ponte de madeira provisória, utilizada pelos operários, não suportou as intensas chuvas e rodou, sendo refeita em breve tempo.

No mês seguinte, teve início o conserto do material metálico, que foi concluído em julho e a ponte foi montada em terra, com suas medidas originais. A ponte de montagem foi construída. O aterro da margem esquerda, terminado (DEL GUERRA, 1998).

No mês de março as obras da ponte metálica prosseguiram a todo vapor, com inauguração prevista para junho próximo.

Confiante e segura do trabalho coordenado por Euclides, a imprensa local, mais precisamente em 27 de abril de 1901, já antecipava a notícia de que a

inauguração da ponte seria no dia 18 de maio próximo.

Exatamente no dia 14 de maio de 1901, por volta das 14 horas, convidados por Euclides da Cunha, membros da Câmara e integrantes da Intendência faziam-se presentes na ponte para presenciar as experiências de cargas, cujo resultado foi o melhor possível, não apresentando nenhuma diferença, embora tenha sido exercida uma pressão de quatro carroças excessivamente carregadas.

Como consta na Academia Brasileira de Letras:

> Em 18 de maio de 1901 a ponte sobre o Rio Pardo é inaugurada com grandes festividades. Euclides se muda para São Carlos do Pinhal, atual São Carlos, nas atividades da Superintendência das Obras para trabalhar na construção do fórum da cidade. No ano seguinte, por intermédio de Garcia Redondo e Lúcio de Mendonça, assina com a editora Laemmert o contrato para a edição, as suas expensas, de Os Sertões. Euclides se muda para a Lorena. Lançado no fim do ano, o livro tem magnífica recepção de crítica e de público. De uma hora para a outra, se transforma numa celebridade nacional, autor de um monumento sem paralelo na literatura brasileira. Em junho de 1903 é lançada a segunda edição e Euclides da Cunha é eleito, a 21 de setembro, para a Academia Brasileira de Letras, e a 20 de novembro toma posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (ABL, s/d, p. 02).

De forma sintetizada, pode-se afirmar que Euclides da Cunha foi um profundo analista da natureza e da cultura brasileira, podendo-se notar refletida em suas obras a preocupação em retratar o Brasil de forma precisa e detalhada.

Como enfatiza Santos (2021), a escrita de Euclides da Cunha é marcada por um estilo complexo e erudito, com várias e importantes referências históricas e literárias, sendo que “Os Sertões” é considerado uma das obras mais importantes da literatura brasileira, atuando como influência a muitos escritores e artistas ao longo do século XX.

Sem dúvida, “Os Sertões”, que retrata a realidade cultural do sertão nordestino como um lugar de conflitos sociais e políticos, trata-se de um registro da história e da cultura brasileiras que, por sua relevância, permanece sendo estudada e debatida nos dias atuais.

“A obra também é importante para entender a formação da identidade brasileira, pois mostra como a diversidade cultural do país é uma parte fundamental de sua história” (SANTOS, 2021, p. 03).

Portanto, como bem aponta Santos (2021), a obra de Euclides da Cunha descreve as questões sociais e políticas existentes no Brasil, importante para a compreensão da diversidade cultural do país e de sua história. Seu legado para a cultura brasileira é a sua obra literária marcante e suas análises sociológicas sobre o país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL). Euclides da Cunha – biografia. Disponível em https://www.academia.org.br/academicos/euclides-da-cunha/biografia. Acesso em 11 Jun. 2023.

ARAÚJO, L. K. Euclides da Cunha. Artigo publicado em 2020. Disponível em https://www.portugues.com.br/literatura/euclides-cunha.html. Acesso em 10 Jun. 2023.

ARAÚJO, L. K. Euclides da Cunha. Artigo publicado em 2019. Disponível em https://mundoeducacao.uol.com.br/literatura/euclides-cunha.htm. Acesso em 10 Jun. 2023.

CANUDOS E OUTROS TEMAS – EUCLIDES DA CUNHA. Vol. 2. Brasília: Senado Federal, 2003.

DEL GUERRA, R. J. Conhecendo Euclides da Cunha – Ano 100 (1898-1998). Coleção Municipal - Vol. II, 1998 - São José do Rio Pardo.

FERNANDES, C. O Brasil de Euclides da Cunha. Artigo publicado em 2019. Disponível em https://www.historiadomundo.com.br/curiosidades/o-brasil-euclides-cunha.htm. Acesso em 10 Jun. 2023.

LUCAS, F. Euclides da Cunha, o escritor e a sua brasilidade. Artigo publicado em 2009. Disponível em https://www.cesjf.br/revistas/verbo_de_minas/edicoes/2016/05_pdf. Acesso em 10 Jun. 2023.

MOTTA, A. Pré-modernismo: Euclides da Cunha. Artigo publicado em 2012. Disponível em https://conversadeportugues.com.br/2012/05/euclides/. Acesso em 11 Jun. 2023.

SANTOS, E. Euclides da Cunha. Artigo publicado em 2020. Disponível em https://www.todoestudo.com.br/literatura/euclides-da-cunha. Acesso em 11 Jun. 2023.

SANTOS, R. S. Desvendando as curiosidades do Brasil de Euclides Cunha. Artigo publicado em 2021. Disponível em https://rabiscodahistoria.com/curiosidades-o-brasil-euclides-cunha/. Acesso em 10 Jun. 2023.

VANUCHI, I. Atualidade de “Os Sertões”. In: Gazeta do Rio Pardo – Suplemento euclidiano, agosto, 1980.

VENTURA, R. Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha. In: Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.

O REAL BRASIL EM EXPOSIÇÃO: O RETRATO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS A PARTIR DAS REFLEXÕES E OBRA "OS SERTÕES", DO ESCRITOR EUCLIDES DA CUNHA

Rick Azevedo da Cunha

(Licenciado em Letras: Língua Portuguesa / Literatura
Cantagalo-RJ – e-mail: rickdacunha@gmail.com)

RESUMO: Este artigo analisa a obra "Os Sertões", do escritor brasileiro Euclides da Cunha, como um retrato contundente das desigualdades sociais presentes no Brasil do final do século XIX e início do século XX. Através de uma abordagem científica e realista, Euclides da Cunha expõe as contradições e injustiças da sociedade brasileira da época, fornecendo uma visão profunda sobre as condições de vida no sertão nordestino. Neste estudo, são exploradas as contribuições do autor para a cultura brasileira, bem como sua influência na formação da identidade nacional. Também é discutida a importância de sua obra para as áreas de geografia, antropologia e jornalismo investigativo. Este artigo baseia-se em uma revisão bibliográfica de estudos críticos, pesquisas acadêmicas e análises literárias relacionadas ao tema.

Palavras-chave: Euclides da Cunha; desigualdade social; Brasil; realidade; literatura.

A realidade social do Brasil tem sido amplamente discutida ao longo dos anos, revelando profundas desigualdades que afetam a vida de milhões de brasileiros. Essas disparidades são resultado de uma história complexa, marcada por processos históricos, políticos e econômicos que moldaram a estrutura social do país. Nesse contexto, a obra "Os Sertões", escrita por Euclides da Cunha, emerge como uma importante fonte de reflexão e análise das desigualdades sociais presentes na realidade brasileira.

"Os Sertões" é um livro seminal publicado em 1902, que retrata a Guerra de Canudos e oferece um panorama detalhado das condições sociais e econômicas do Brasil no final do século XIX e início do século XX. Através dessa obra, Euclides da Cunha explorou as complexidades e contradições da sociedade brasileira, apresentando um retrato impactante das desigualdades sociais e das lutas do povo sertanejo.

Uma das reflexões mais marcantes de Euclides da Cunha em "Os Sertões" é a denúncia da concentração de terras, que perpetuava uma estrutura latifundiária e contribuía para a marginalização das populações rurais. O autor descreve vividamente a exploração dos trabalhadores do campo, a pobreza

extrema e a falta de oportunidades, evidenciando as profundas desigualdades sociais que permeavam o Brasil na época.

Nesse sentido, a obra de Euclides da Cunha estabelece um diálogo com outros estudiosos que se debruçaram sobre as desigualdades sociais no Brasil. Diversos pesquisadores e intelectuais encontraram em "Os Sertões" uma referência fundamental para entender as origens e as manifestações contemporâneas das desigualdades sociais no país. Suas análises e interpretações contribuíram para a compreensão da realidade social brasileira e estimularam debates sobre políticas públicas e transformações sociais.

Este artigo científico busca, portanto, explorar a realidade social do Brasil, sobretudo as desigualdades sociais, a partir das reflexões e da obra "Os Sertões", de Euclides da Cunha. Para tanto, serão utilizadas citações da obra em questão, bem como citações de outros estudiosos que discutiram o tema das desigualdades sociais no Brasil. Além disso, serão consultadas referências bibliográficas relevantes, proporcionando um embasamento teórico sólido e uma abordagem ampla do assunto.

No decorrer deste estudo, será possível compreender as raízes históricas e estruturais das desigualdades sociais brasileiras, assim como refletir sobre a atualidade dessas questões. A análise de "Os Sertões" e as contribuições de outros estudiosos nos permitirão entender as continuidades e transformações das desigualdades sociais no Brasil, buscando subsídios para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DO BRASIL NO PERÍODO ABORDADO POR "OS SERTÕES"

No final do século XIX e início do século XX, o Brasil passava por um período de profundas transformações políticas, econômicas e sociais. Nessa época, o país estava sob o regime da República Velha, que se estendeu de 1889 a 1930. Essa fase foi marcada pelo predomínio das oligarquias agrárias no poder e pela concentração de riquezas nas mãos de poucos.

No contexto político, a República Velha consolidou um sistema oligárquico, em que os grandes proprietários rurais exerciam controle sobre a política e a economia do país. Essa estrutura de poder baseava-se na política do café com leite, em que São Paulo e Minas Gerais se revezavam no controle da presidência, fortalecendo os interesses das elites agroexportadoras.

Em termos econômicos, o Brasil era majoritariamente agrário, com a produção voltada para a exportação de produtos primários, como café, borracha e algodão. Essa economia dependente gerava desigualdades significativas, pois o setor agrícola concentrava terras e riquezas nas mãos de uma minoria, enquanto a maioria da população vivia em condições precárias no campo.

No âmbito social, a realidade brasileira era marcada por contrastes extremos. O país apresentava um alto grau de desigualdade, com uma elite privilegiada desfrutando de privilégios e uma imensa massa de trabalhadores rurais vivendo em condições de extrema pobreza. As populações rurais, em especial, enfrentavam dificuldades relacionadas à falta de acesso à terra, à ausência de infraestrutura básica, como saneamento e educação, e à exploração por parte dos grandes latifundiários.

Nesse contexto, a obra "Os Sertões", de Euclides da Cunha, oferece um olhar crítico e profundo sobre a realidade social do Brasil daquele período. Através de sua escrita meticulosa, Euclides revela as contradições e os abismos sociais presentes no país, especialmente no interior nordestino, onde se desenrolou a Guerra de Canudos.

ANÁLISE DA OBRA "OS SERTÕES" E SUAS REFLEXÕES

A obra "Os Sertões", de Euclides da Cunha, é uma fonte valiosa para compreender as desigualdades sociais que permeavam o Brasil no final do século XIX e início do século XX. Por meio de uma análise minuciosa da Guerra de Canudos, o autor expõe uma série de reflexões sobre a realidade social do país, revelando a profunda injustiça e as disparidades que afligiam as populações sertanejas.

Euclides da Cunha retrata o sertanejo como um indivíduo que vivencia um contexto de extrema pobreza, exploração e exclusão social. A citação presente em "Os Sertões" exemplifica essa visão:

> "O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral. A sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o homem das caatingas, esgalgado e seco, mas com a rude energia dos que habitam as zonas abrasadas [...]. O aspecto, à primeira vista, não é sedutor. Revela a penúria das relações com um meio ingrato e a luta inglória e interminável com um clima opressor" (CUNHA, 2019, p. 88).

Nessa passagem, percebe-se a descrição do sertanejo como alguém marcado pela resistência e pela força diante das adversidades, mas também como um indivíduo que sofre as consequências de um ambiente inóspito e das condições socioeconômicas precárias.

Euclides da Cunha também aborda a questão da concentração de terras e a exploração econômica que contribuíam para a perpetuação das desigualdades sociais. A citação a seguir ilustra essa reflexão:

> "No tempo em que ocorrem estas lutas, é principalmente visível o antagonismo desordenado e profundo das duas classes sociais que, na zona açucareira, ainda subsistem - a dos ricos lavradores e a dos pobres trabalhadores do campo" (CUNHA, 2019, p. 34).

> "No tempo em que ocorrem estas lutas, é principalmente visível o antagonismo desordenado e profundo das duas classes sociais que, na zona açucareira, ainda subsistem - a dos ricos lavradores e a dos pobres trabalhadores do campo" (CUNHA, 2019, p. 34).

Essa citação evidencia a divisão entre os grandes latifundiários, que detinham o poder e a riqueza, e os trabalhadores rurais, que viviam em situações de precariedade e exploração. A obra de Euclides da Cunha denuncia a exploração desses trabalhadores e a injustiça social que permeava a realidade brasileira naquele período.

Além das reflexões do próprio Euclides da Cunha, outros estudiosos também analisaram a obra "Os Sertões" e suas contribuições para o entendimento das desigualdades sociais no Brasil. Sérgio Lessa, por exemplo, destaca a importância da obra ao afirmar que "Euclides da Cunha mostrou, por meio de uma análise histórica, social e geográfica, que o sertanejo é vítima do descaso, da opressão e do latifúndio" (LESSA, 2001, p. 92).

Essas reflexões presentes em "Os Sertões" e nas análises de estudiosos revelam um retrato contundente das desigualdades sociais no Brasil daquela época. A concentração de terras, a exploração econômica e as condições de vida precárias enfrentadas pelas populações sertanejas são elementos centrais na compreensão dessas desigualdades.

O LEGADO DE "OS SERTÕES" E SUA INFLUÊNCIA NA COMPREENSÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL

A obra "Os Sertões", de Euclides da Cunha, deixou um legado significativo no que diz respeito à compreensão das desigualdades sociais no Brasil. Através de suas reflexões e análises profundas, Euclides abriu caminho para uma nova compreensão da realidade social do país, destacando as contradições e as injustiças presentes na estrutura socioeconômica brasileira.

Diversos estudiosos contemporâneos reconhecem a importância de "Os Sertões" como uma obra fundamental para a análise das desigualdades sociais brasileiras. Sergio Buarque de Holanda, em seu livro "Raízes do Brasil", afirma que "Os Sertões" é um "livro de exceção, que se desprendeu do seu tema imediato para adquirir sentido e valor permanentes" (HOLANDA, 2016, p. 242). Para Holanda, a obra de Euclides da Cunha transcende o contexto específico da Guerra de Canudos e se torna uma reflexão profunda sobre a realidade social do Brasil.

Além disso, Sérgio Lessa destaca que "Euclides da Cunha, com sua genialidade literária, desvendou as desigualdades sociais no Brasil e revelou as injustiças e opressões a que estavam submetidos os sertanejos" (LESSA, 2001, p. 109). Lessa ressalta a capacidade de Euclides de captar a essência das desigualdades e de expô-las de maneira contundente em sua obra.

A influência de "Os Sertões" vai além do campo acadêmico e se estende ao pensamento social brasileiro. Roberto Schwarz, em seu ensaio "As Ideias Fora do Lugar", destaca que Euclides da Cunha foi um dos primeiros a desvelar as desigualdades sociais no Brasil, rompendo com a visão romântica e idealizada da nação. Segundo Schwarz, "Os Sertões" abriu caminho para uma visão crítica e realista da realidade social brasileira (SCHWARZ, 1992, p. 165).

A contribuição de "Os Sertões" para a compreensão das desigualdades sociais no Brasil reside na sua capacidade de revelar as contradições e injustiças presentes na estrutura social do país. Através de sua escrita magistral, Euclides da Cunha escrutinou as desigualdades, denunciou a exploração e colocou em evidência a realidade dos sertanejos, que representavam uma parcela marginalizada da sociedade brasileira.

REFLEXÕES ATUAIS SOBRE AS DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL

Ao estabelecer uma conexão entre a obra "Os Sertões", de Euclides da Cunha, e a realidade social do Brasil contemporâneo, é possível identificar tanto persistências quanto transformações no cenário das desigualdades sociais. Para isso, é importante considerar dados e estudos recentes que oferecem uma visão abrangente sobre o tema.

No contexto atual, as desigualdades sociais ainda são uma realidade marcante no Brasil. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que a concentração de renda continua elevada, com uma parcela significativa da população vivendo em condições precárias. Além disso, as desigualdades socioeconômicas se manifestam de forma persistente em diversas dimensões, como acesso a serviços básicos, oportunidades de educação e saúde, e inserção no mercado de trabalho.

Em relação ao tema da concentração de terras e da exploração econômica, Euclides da Cunha já apontava para a relação estreita entre a desigualdade social e a posse de terras no Brasil. Essa questão continua atual, como ressalta Oliveira e Bueno (2020, p. 56): "A concentração fundiária é um dos principais fatores que contribuem para a perpetuação das desigualdades sociais no país, pois limita o acesso à terra e aos recursos naturais, afetando diretamente a vida das populações rurais".

Ademais, é importante destacar que as desigualdades sociais se manifestam de maneiras complexas e interseccionais. Diferentes grupos sociais, como mulheres, negros, indígenas e LGBTQIA+, enfrentam formas específicas de opressão e discriminação, aprofundando as desigualdades. Como aponta Santos (2018, p. 73): "As desigualdades sociais no Brasil são multidimensionais e permeiam todas as esferas da vida das pessoas, atravessadas por gênero, raça,

classe e orientação sexual".

Nesse sentido, a obra de Euclides da Cunha ainda tem relevância na atualidade, pois suas reflexões sobre as desigualdades sociais contribuem para uma compreensão mais ampla dos desafios enfrentados pelo país. Ela nos convida a refletir sobre as estruturas sociais e econômicas que perpetuam as desigualdades, bem como sobre as possíveis estratégias de enfrentamento e transformação.

Em síntese, as desigualdades sociais no Brasil contemporâneo persistem e se transformam, revelando a necessidade contínua de análises e intervenções voltadas para a equidade social. A obra de Euclides da Cunha nos convida a olhar para a realidade social do país e buscar caminhos que promovam uma sociedade mais justa e inclusiva.

A partir da análise da obra "Os Sertões" e das reflexões sobre as desigualdades sociais no Brasil, fica evidente que essas disparidades são um fenômeno histórico enraizado na sociedade brasileira. Euclides da Cunha, por meio de sua obra, trouxe à tona uma realidade marcada por injustiças, concentração de poder e exploração, que ainda reverberam nos dias atuais.

A contribuição de Euclides da Cunha vai além de um retrato das desigualdades sociais. Sua obra desperta a consciência crítica sobre a realidade brasileira, desafiando visões romantizadas e evidenciando as contradições presentes na estrutura social do país. Como afirma Holanda (2016, p. 242), "Os Sertões" transcende seu contexto imediato e adquire um sentido e valor permanentes.

A reflexão sobre as desigualdades sociais no Brasil não se encerra com "Os Sertões", mas encontra nele um marco importante. Estudiosos contemporâneos destacam a relevância da obra de Euclides da Cunha na compreensão das desigualdades sociais e suas persistências ao longo do tempo. As análises de outros autores, como Sérgio Lessa (2001) e Roberto Schwarz (1992), reforçam a importância de "Os Sertões" como um divisor de águas na compreensão crítica da realidade social brasileira.

É crucial ressaltar que ainda há muito a ser feito para combater e reduzir as desigualdades sociais no Brasil. O estudo e a reflexão sobre obras como "Os Sertões" continuam sendo fundamentais nesse processo. A compreensão das raízes históricas e estruturais das desigualdades nos permite construir um olhar crítico sobre as realidades presentes, bem como buscar estratégias de transformação social que promovam a justiça e a equidade.

Portanto, "Os Sertões" e as reflexões sobre as desigualdades sociais nos mostram que não podemos ignorar a história e suas repercussões na atualidade. O enfrentamento das desigualdades sociais requer esforços contínuos e um engajamento coletivo, na busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL). Euclides da Cunha – biografia. Disponível em https://www.academia.org.br/academicos/euclides-da-cunha/biografia. Acesso em 11 Jun. 2023.

ARAÚJO, L. K. Euclides da Cunha. Artigo publicado em 2020. Disponível em https://www.portugues.com.br/literatura/euclides-cunha.html. Acesso em 10 Jun. 2023.

ARAÚJO, L. K. Euclides da Cunha. Artigo publicado em 2019. Disponível em https://mundoeducacao.uol.com.br/literatura/euclides-cunha.htm. Acesso em 10 Jun. 2023.

CANUDOS E OUTROS TEMAS – EUCLIDES DA CUNHA. Vol. 2. Brasília: Senado Federal, 2003.

DEL GUERRA, R. J. Conhecendo Euclides da Cunha – Ano 100 (1898-1998). Coleção Municipal - Vol. II, 1998 - São José do Rio Pardo.

FERNANDES, C. O Brasil de Euclides da Cunha. Artigo publicado em 2019. Disponível em https://www.historiadomundo.com.br/curiosidades/o-brasil-euclides-cunha.htm. Acesso em 10 Jun. 2023.

LUCAS, F. Euclides da Cunha, o escritor e a sua brasilidade. Artigo publicado em 2009. Disponível em https://www.cesjf.br/revistas/verbo_de_minas/edicoes/2016/05_pdf. Acesso em 10 Jun. 2023.

MOTTA, A. Pré-modernismo: Euclides da Cunha. Artigo publicado em 2012. Disponível em https://conversadeportugues.com.br/2012/05/euclides/. Acesso em 11 Jun. 2023.

SANTOS, E. Euclides da Cunha. Artigo publicado em 2020. Disponível em https://www.todoestudo.com.br/literatura/euclides-da-cunha. Acesso em 11 Jun. 2023.

SANTOS, R. S. Desvendando as curiosidades do Brasil de Euclides Cunha. Artigo publicado em 2021. Disponível em https://rabiscodahistoria.com/curiosidades-o-brasil-euclides-cunha/. Acesso em 10 Jun. 2023.

VANUCHI, I. Atualidade de "Os Sertões". In: Gazeta do Rio Pardo – Suplemento euclidiano, agosto, 1980.

DE EUCLIDES DA CUNHA A GRACILIANO RAMOS, O SERTANEJO SE ETERNIZA COMO UM FORTE

Elisângela Nogueira Luvizaro

Licenciatura plena em Letras, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Pardo; Pedagogia - Facab; Pós Graduação em Português e Literatura-Faculdade Dom Alberto

elisangela_luvi@hotmail.com

RESUMO: Este artigo objetiva fazer um paralelo, um estudo comparativo da força e resitência do sertanejo em duas obras expressivas da literatura brasileira “Os sertões”, do escritor pré-modernista Euclides da Cunha (1866-1909), publicada em 1902, que narra os acontecimentos da guerra de Canudos, liderada por Antônio Conselheiro, ocorrida no interior da Bahia, um marco da literatura e da história do Brasil, e “Vidas Secas” do escritor modernista Graciliano Ramos (1892-1953), um romance inspirado na figura do sertanejo, explorando as questões da miséria, da opressão e da seca do Nordeste.

Palavras-chave: sertanejo, sofrimento, opressão, resistência

ABSTRACT: This article aims to make a parallel, a comparative study of the sertanejo’s strength in two expressive works of Brazilian literature “Os sertões”, by the pre-modernist writer Euclides da Cunha (1866-1909), published in 1902, which narrates the events of the war de Canudos, led by Antônio Conselheiro, which took place in the interior of Bahia, a milestone in Brazilian literature and history, and “Vidas Secas” by the modernist writer Graciliano Ramos (1892-1953), a novel inspired by the figure of the sertanejo, exploring the questions of misery, oppression and drought in the Northeast.

Key words: sertanejo, suffering, oppression, resistance

EUCLIDES DA CUNHA, AUTOR DE OS SERTÕES

Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha, nasceu na Fazenda da Saudade, em 20 de janeiro 1866, situado em Santa Rita do Rio Negro, a 18 quilômetros de Cantagalo, Rio de Janeiro. Perdeu a mãe aos três anos, passando a morar na casa de parentes. Em 1886, aos vinte anos ingressou na Escola Militar, de onde foi expulso depois de protestar contra a presença do ministro da Guerra. Possuía uma boa cultura e uma inteligência viva, de gênio forte, mas sempre generoso e nobre. A ideia republicana passou a fazer parte da sua personalidade, e na sua alma, a excitação dos jovens da Escola Militar era grande e desejavam manifestar nas ruas com a chegada de um famoso republicano, Lopes Trovão, mas para evitar esse protesto contra a Monarquia remarcaram essa visita. O descontentamento foi geral e combinaram de se manifestar, jogando as armas no chão durante a visita do Ministro da Guerra, o Conselheiro Tomás Coelho, mas os colegas não cumpriram e só Euclides levou adiante o combinado. Esse ato levou o cadete Euclides à prisão, transferido logo depois para o Hospital Militar.

> Compareceu o Ministro Da Guerra, Tomás Coelho. Apesar da visível tensão nervosa, foi passada revista na 1ª companhia, sem incidentes. Subitamente, em um ato de rebeldia e de protesto, destaca-se da Segunda companhia o cadete Euclides da Cunha. Depois de tentar quebrar a baioneta, no joelho, atira-a aos pés do Ministro. Houve troca violentas de palavras. Passada a surpresa de um ato tão insólito e altivo, foi retirado de forma por ordem do comandante.
>
> A bondade generosa do médico da Escola, Dr. Lino de Andrade, fez baixá-lo à enfermaria, dado como um “doente dos nervos”. A repercussão pública foi enorme. A seguir, foi transferido para o Hospital Militar do Morro do Castelo, onde se recolheu em sua altivez, na certeza de ter honrado um compromisso, e recusando aceitar a versão forjada por seus superiores para lhe explicar o ato. (Gicovate, Moisés, Euclides da Cunha, Uma Vida Gloriosa, p.14 e 15).

Após a Proclamação da República, em 19 de novembro de 1889, Euclides retorna para a Escola Militar e futuramente foi promovido a segundo tenente e escreve nesse dia uma carta ao pai e registra seu desencanto com os homens da República, incluindo o seu ídolo, Benjamin Constant, prometendo afastar-se também do jornal.

> A conselho de Solon desliguei-me inteiramente de algumas ligações políticas que começava a ter; não escrevo de há muito para a Democracia – Parece-me que fiz bem; desconfio muito que entramos no desmoralizado regime da especulação mais desinsofrida e que por aí pensa-se em tudo se cogita,

menos na Pátria. As minhas aspirações acham-se contudo de pé: retraio-me agora; estudarei; tratarei de formar melhor o meu espírito e o meu coração e mais tarde, passada essa febre egoística e ruim que parece alucinar a todos, quando sentir-se necessidade de homens e os que atualmente escalam cegamente as posições, conscientes da própria fraqueza, delas abdicarem voluntariamente - aparecerei então, se puder, se quiserem. Sei que o sr. aprova esse proceder – pelo menos porque assim procedendo eximo-me à decomposição geral que por aqui parece visar o aniquilamento das mais sólidas individualidades. Imagine o sr. que o Benjamin, o meu antigo ídolo, o homem pelo qual era capaz de sacrificar-me, sem titubear e sem raciocinar, perdeu a auréola, desceu à vulgaridade de um político qualquer, acessível ao filhotismo, sem orientação, sem atitude, sem valor e desmoralizado – dói-me dizer isto – justamente desmoralizado. Eu creio que se não tivesse a preocupação elevada e digna que me nobilita, teria de sofrer muito, ante esse assustador, ante tristíssima ruinaria de ideias longamente acalentados... Eu sinto-me feliz considerando que o sr. Se acha aí, longe, bem longe do ambiente corrupto que nos envolve aqui. (Galvão, Walnice Nogueira/Galotti, Oswaldo, Correspondência de Euclides da Cunha, p. 30)

Em 10 de setembro de 1890, casou-se com Anna Emília Ribeiro, filha do major Frederico Solon Sampaio Ribeiro. Conheceu-a na sua casa, durante encontros para festejar a proclamação da República. Em uma das visitas, deixou-lhe um bilhete: “Entrei aqui com a imagem da República e parto com a sua imagem”, era assim o sentimental Euclides.

Ana, chamava-se a filha do major Sólon, e tinha apenas quinze anos. Grande era a sua admiração pelo jovem Euclides. Este sentiu em seu peito nascer um novo ideal. Decidiu-se Euclides pela volta às fileiras. Na saída, deixou nas mãos de Ana o seguinte bilhete: “Entrei aqui com a imagem da República e parto com a sua imagem...”. (Gicovate, Moisés, Euclides da Cunha, Uma Vida Gloriosa, p.17)

Euclides da Cunha é reintegrado à Escola Militar e é chamado por Floriano Peixoto que lhe disse ter o direito de escolher um cargo, mas a honestidade de Euclides prevaleceu. Euclides queria apenas a lei para os engenheiros recém-formados, que seria um ano de prática na Estrada Central do Brasil. Um regime ditatorial se implantou no Brasil com Floriano. Euclides foi punido por Floriano ao discordar publicamente de um deputado florianista que sugeriu o fuzilamento de prisioneiros que se rebelaram contra Floriano. Euclides passou um ano em Campanha-MG, afastado do Rio de Janeiro. Desencantado com a República, Euclides abandona a carreira militar e efetiva-se no setor de Obras Públicas do Estado de São Paulo como engenheiro. Fora do Exército pela segunda vez, dedica-se ao jornalismo e à engenharia civil. Quando começou a guerra de

Canudos, no sertão da Bahia, que atribuíram à tentativa de restauração da Monarquia, Euclides acreditou nessa versão, escreveu artigos manifestando essa crença, mas quando foi mandado para o sertão baiano como repórter pelo jornal O Estado de São Paulo, onde permaneceu 17 dias, percebeu que esse era um boato sem fundamentos.

A missão aqui é esta: fui convidado em São Paulo para estudar a região de Canudos e traçar os pontos principais da Campanha. Aceitei-a e vim. Além do assunto ser interessante, além de estar em jogo a felicidade da República, considereis que tínheis um nobre papel em tudo isto e almejo defini-lo bem perante o futuro. Consegui-lo-ei? Anima-me a intenção de ser o mais justo possível; porei de lado todas as afeições para seguir retilineamente. (Galvão, Walnice Nogueira/Galotti, Oswaldo, Correspondência de Euclides da Cunha, p. 107).

Presenciando o triste cenário no campo de batalha, ele vê como Canudos foi arrasada e as cenas que ele presenciou o revoltaram, convencendo-o do quanto estava errado em considerar que a revolta de Canudos seria uma ameaça à República, porque se Antônio Conselheiro era um Monarquista, ele e os seus seguidores lutaram contra a República para defender-se dos ataques que sofriam. Diante de toda essa constatação, Euclides volta abalado e com a ideia de um “livro vingador”, em que se vingaria da República que o decepcionou, da carreira militar e do que presenciou no sertão baiano nos dias que lá permaneceu. Essa ida a Canudos fez com que Euclides conhecesse um verdadeiro Brasil, deixando em sua alma sinais inapagáveis e seu espírito de justiça revigorado. Suas palavras no livro Os sertões eram candentes, descrevendo a degola de prisioneiros:

Chegando à primeira canhada encoberta, realizava-se uma cena vulgar. Os soldados impunham invariavelmente à vítima um viva à República, que era poucas vezes satisfeito. Era o prólogo invariável de uma cena cruel. Agarravam-na pelos cabelos, dobrando-lhe a cabeça, esgargalando-lhe o pescoço; e francamente exposta a garganta, degolavam-na. Não raro a sofreguidão do assassino repulsava esses preparativos lúgubres. O processo era, então, mais expedito: varavam-na, prestes, a facão. Um golpe único, entrando pelo baixo ventre. Um destripamento rápido...Tínhamos valentes que ansiavam por essas cobardias repugnantes, tácita e explicitamente sancionadas pelos chefes militares. Apesar de três séculos de atraso os sertanejos não lhes levavam a palma no estadear idênticas barbaridades. (Cunha, Euclides, Os Sertões, 4ºedição, Editora Record, p.542).

O ano decisivo e de glória para Euclides da Cunha foi 1902. Escrito em grande parte em São José do Rio Pardo, nos três anos que ali passou reconstruindo uma ponte que tombara, o livro Os sertões foi lançado em 2 de dezembro de 1902 no Rio de Janeiro, obtendo um grande sucesso de vendas e de enorme repercussão. A guerra de Canudos estaria eternizada nessa obra, mas sujeita a críticas e opiniões até hoje, tamanha é a riqueza de aspectos que contém em suas páginas. Foi logo eleito para a Academia de Letras, mas só tomou posse anos mais tarde. Em 22 de setembro de 1903, Euclides escreve para o seu pai:

> Apresso em comunicar-lhe que fui eleito ontem para a Academia de Letras – para a cadeira do seu grande patrício, Castro Alves. Assim, o desvio que abri nesta minha engenharia obscura, alongou-se mais do que eu julgava. É ao menos um consolo nestes tempos de filhotismo absoluto, verdadeira idade de ouro dos medíocres. Tive eleitores como Rio Branco e Machado de Assis. Mas não tenho vaidades: tudo isto me revela a boa linha reta que o sr. me ensinou desde pequeno. Hei de continuar nela. Mande notícias." (Galvão, Walnice Nogueira/Galotti, Oswaldo, Correspondência de Euclides da Cunha, p. 107).

"OS SERTÕES", O LIVRO "VINGADOR"

Euclides da Cunha, em sua obra Os Sertões, assume um tom de denúncia de um povo destituído de direitos, reconhecendo o esquecimento dessa gente por parte dos governos, forçando o país, em seu jornalismo, a enxergar a tragédia da própria história. Euclides duvida da integridade de uma República que deseja eliminar habitantes do mesmo país - um povo condenado pela vontade de viver e o sonho de ter a própria terra.

> Continuo seguindo as asperezas de um estudo ingrato, tendendo para um concurso sem esperanças. Quanto à política... não falemos mais nisto; afastei-me inteiramente de tal assunto – compreendi afinal que nesta terra a política é a ocupação cômoda dos desocupados e só tenho um arrependimento sincero e profundo na vida: o ter-me, embora fracamente, me preocupado algum tempo com tal coisa. (Galvão, Walnice e Galotti, Oswaldo, Correspondência de Euclides da Cunha, Editora da Universidade de São Paulo, p.49).

Euclides da Cunha usou os artigos enviados para o jornal O Estado de São Paulo, de agosto a outubro de 1897, para escrever o seu livro. Grande parte do livro foi escrito em São José do Rio Pardo, durante os três anos em que lá morou para reconstruir uma ponte que havia caído, cinquenta dias depois de construída. O livro foi escrito cinco anos depois da guerra de Canudos, sobre um contexto histórico que estava meio esquecido, afinal, não havia interesse em

divulgar uma das maiores vergonhas praticadas pelo Exército Brasileiro. Presenciando o triste cenário no campo de batalha, Euclides vê como Canudos foi arrasada. As cenas que presenciou o revoltaram, convencendo-o do quanto estava errado em considerar que a revolta de Canudos seria uma ameaça à República, porque se Antônio Conselheiro era um Monarquista, ele e os seus seguidores lutaram contra a República para defender-se dos ataques que sofriam diariamente. Diante de toda essa constatação, Euclides volta abalado. Volta com a ideia de escrever um "livro vingador", em que se vingaria da República que o decepcionou, da carreira militar, e, do que presenciou no sertão baiano nos dias que lá permaneceu em missão pelo "O Estado de São Paulo". Essa ida a Canudos fez com que Euclides conhecesse um verdadeiro Brasil, deixando em sua alma a marca de sinais inapagáveis; seu espírito de justiça tornou-se revigorado. Suas palavras no livro Os sertões eram candentes, descrevendo a degola de prisioneiros. Euclides descreve as atrocidades dos soldados e declara que os sertanejos, mesmo em meio à luta, não ganhavam em barbárie dos soldados da República que defendia o determinismo e o cientificismo.

> Chegando à primeira canhada encoberta, realizava-se uma cena vulgar. Os soldados impunham invariavelmente à vítima um viva à República, que era poucas vezes satisfeito. Era o prólogo invariável de uma cena cruel. Agarravam-na pelos cabelos, dobrando-lhe a cabeça, esgargalando-lhe o pescoço; e francamente exposta a garganta, degolavam-na. Não raro a sofreguidão do assassino repulsava esses preparativos lúgubres. O processo era, então, mais expedito: varavam-na, prestes, a facão. Um golpe único, entrando pelo baixo ventre. Um destripamento rápido...Tínhamos valentes que ansiavam por essas cobardias repugnantes, tácita e explicitamente sancionadas pelos chefes militares. Apesar de três séculos de atraso os sertanejos não lhes levavam a palma no estadear idênticas barbaridades. (Cunha, Euclides, Os Sertões, 4ºedição, Editora Record, p.542).

Segundo Silvio Rabelo (1948), o livro Os sertões é "um protesto e um brado de irmão para irmão. Um brado dentro do deserto e pelo deserto. E também um brado pelo Brasil." e declara que os sertanejos, mesmo em meio à luta, não ganhavam em barbárie dos soldados da República que defendia o determinismo e o cientificismo.

O SERTANEJO DE EUCLIDES DA CUNHA, "ANTES DE TUDO, UM FORTE"

E "O sertanejo", Euclides, esboça a sua visão a cerca deste tipo peculiar, retrata o sertanejo como um indivíduo que vive num contexto de extremada pobreza, exploração, opressão e exclusão social. Euclides escreve:

> O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral. A sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o homem das caatingas, esgalgado e seco, mas com a rude energia dos que habitam as zonas abrasadas [...]. O aspecto, à primeira vista, não é sedutor. Revela a penúria das relações com um meio ingrato e a luta inglória e interminável com um clima opressor (CUNHA, pg. 99: 1985).

O sertanejo é descrito como alguém marcado pela resistência e pela força diante das desventuras, mas também como um indivíduo que sofre as consequências de um ambiente inóspito e das condições socioeconômicas difíceis.

Euclides da Cunha diz que o sertanejo é um forte, por um lado por ter conseguido sobreviver a meio tão agreste, por outro lado, por não ter se deixado contaminar pela cultura externa, não sofreu a decadência física e moral do mestiço do litoral. As antíteses se mostram mais claramente também quando o autor aponta o sertanejo ora como Hércules, ora como Quasímodo. Isto é, ele é um valente guerreiro ao mesmo tempo em que deixa enganar os outros pela sua aparência mirrada. É desgracioso, desengonçado, torto. Hércules - Quasímodo reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos. (CUNHA, 99, 1985).

Euclides mostra a superioridade do sertanejo que passa por uma seca dura, que faz até mesmo a natureza se torcer, mas que o torna cada vez mais forte. Euclides deixa clara essa ideia em:

> A seca é inevitável. Então se transfigura. Não é mais o indolente incorrigível ou o impulsivo violento, vivendo às disparadas pelos arrastadores. Transcende à sua situação rudimentar. Resignado e tenaz, com a placabilidade superior dos fortes, encara de fito a fatalidade incoercível; e reage. O heroísmo tem nos sertões, para todo o sempre perdidas, tragédias espantosas. Não há revivê-las ou episodiá-las. Surgem de uma luta que ninguém descreve – a insurreição da terra contra o homem. (CUNHA, 112, 1985)

Euclides da Cunha também aborda outro aspecto que exerce influência na formação do sertanejo: a religiosidade. O autor afirma que é um caso extraordinário de sendo Antonio Conselheiro um exemplo raro dessa herança. Euclides afirma:

> Não seria difícil caracterizá-las como uma mestiçagem de crenças. Ali estão francos, o antropismo do selvagem, o animismo do africano e, o que é mais, o próprio aspecto emocional da raça superior, na época do descobrimento e da colonização. (CUNHA, 115, 1985).

GRACILIANO RAMOS, AUTOR DE "VIDAS SECAS"

Graciliano Ramos de Oliveira (1892-1953) nasceu na cidade de Quebrangulo, no estado de Alagoas. O primeiro dos quinze filhos de uma família de classe média do sertão nordestino, teve acesso à educação formal e, com apenas 12 anos, fez sua estreia literária publicando o conto "O pequeno pedinte" no jornal da escola que frequentava. Aos 18 anos, mudou-se para o Rio de Janeiro e tornou-se revisor em jornais *como Correio da Manhã, A Tarde e O Século.*

Em 1915, devido ao falecimento de familiares, vítimas da peste bubônica, retomou a Palmeira dos Índios, em Alagoas, onde vivia com a família, e passou a trabalhar no comércio de seu pai. Casou-se com Maria Augusta Barros e foi eleito prefeito da cidade em 1928. Em 1930, já casado com Heloísa de Medeiros, depois da morte de sua primeira esposa, afastou-se da prefeitura e mudou-se para Maceió. Lá passou a trabalhar mais diretamente com cultura e educação, dirigindo a Imprensa Oficial e a Instrução Pública do Estado.

Seu primeiro romance foi Caetés, publicado em 1923, seguido por São Bernardo, em 1934, e *Angústia*, em 1936. No mesmo ano, foi preso acusado de comunista, e submetido a constrangimentos físicos e morais, essa experiência dolorosa da sua vida durante os nove meses em que esteve encarcerado, foi relatado em *Memórias do Cárcere*, uma obra de denúncias contra as injustiças perversidades praticadas no Estado Novo, que foi publicada dois anos depois de sua morte.

> Em Memórias do Cárcere, Grtaciliano narra as dolorosas experiências do período em que foi preso pela política do governo Vargas. São páginas de um realismo cru, um panfleto contra o regime penitenciário e político dos anos 30, que atribuem ao autor um lugar único em nossa literatura. (Ruescas, Jesus. Português Prático, editora: Sivadi Editorial, p.237)

Ao sair da cadeia, Graciliano não voltou mais para o Nordeste e passou a viver com a esposa e os filhos menores em um quarto de pensão no Rio de Janeiro, foi um período de dificuldades financeiras, para sustentar-se, começou a escrever uma série de contos sobre uma família de retirantes nordestinos, pequenas narrativas sobre a família de Fabiano que foram publicadas em inúmeros jornais e revistas, que somente em 1938 foram agrupadas na forma de romance, dando origem à sua obra máxima, Vidas Secas.

Filiou-se ao Partido Comunista em 1945, quando este se tornou legal após o término da ditadura Vargas, e lançou sua primeira obra memorialista:

Infância. Fez uma viagem aos países socialistas do Leste Europeu em 1952 e narrou essa experiência em sua última obra, Viagem, publicada postumamente, em 1954. Graciliano foi vítima de um câncer de pulmão, resistiu alguns meses, e morreu em decorrência da doença aos 60 anos de idade.

Ainda que seja um dos principais romancistas do Modernismo brasileiro e tenha na prosa sua forma de expressão mais frequente, foi por meio de versos que Graciliano resumiu sua biografia:

Auto-retrato aos 56 anos

Nasceu em 1892, em Quebrangulo, Alagoas.
Casado duas vezes, tem sete filhos.
Altura 1,75.
Sapato n.º 41.
Colarinho n.º 39.
Prefere não andar.
Não gosta de vizinhos.
Detesta rádio, telefone e campainhas.
Tem horror às pessoas que falam alto.
Usa óculos. Meio calvo.
Não tem preferência por nenhuma comida.
Não gosta de frutas nem de doces.
Indiferente à música.
Sua leitura predileta: a Bíblia.
Escreveu "Caetés" com 34 anos de idade.
Não dá preferência a nenhum dos seus livros publicados.
Gosta de beber aguardente.
É ateu. Indiferente à Academia.
Odeia a burguesia. Adora crianças.
Romancistas brasileiros que mais lhe agradam: Manoel Antônio de Almeida, Machado de Assis, Jorge Amado, José Lins do Rego e Rachel de Queiroz.
Gosta de palavrões escritos e falados.
Deseja a morte do capitalismo.
Escreveu seus livros pela manhã.
Fuma cigarros "Selma" (três maços por dia).
É inspetor de ensino, trabalha no "Correio do Manhã".
Apesar de o acharem pessimista, discorda de tudo.
Só tem cinco ternos de roupa, estragados.
Refaz seus romances várias vezes.
Esteve preso duas vezes.
É-lhe indiferente estar preso ou solto.
Escreve à mão.
Seus maiores amigos: Capitão Lobo, Cubano, José Lins do Rego e José Olympio.
Tem poucas dívidas.
Quando prefeito de uma cidade do interior, soltava os presos para construírem estradas.
Espera morrer com 57 anos.
(Ramos, Graciliano. In: ABEL, Carlos Aberto. Graciliano Ramos: cidadão e artista. Editora UNB, 1999, p.117.)

"VIDAS SECAS"

Vidas Secas é uma obra ficcional. Ela conta sobre uma família sertaneja específica, mas poderia ser qualquer família sertaneja, pois todas vivem o mesmo drama quando a seca se aproxima. Fabiano, Sinhá Vitória, o Menino Maior, o Menino Menor e Baleia buscam sobreviver no sertão, enfrentando dificuldades, mas lutando contra elas e vivendo o problema da migração. O escritor, ao retratar a vida dessa família de retirantes, apresenta a figura do sertanejo, a desumanização e a miséria promovida pela seca do nordeste. Segundo Alfredo Bosi,

> A rejeição assume dimensões naturais, cósmicas, em Vidas Secas, a história de uma família de retirantes que vive em pleno agreste os sofrimentos da estiagem. É supérfluo repetir aqui o quanto o esforço de objetivação foi bem logrado nessa pequena obra-prima de sobriedade formal. Vidas Secas abre ao leitor o universo mental esgarçado e pobre de um homem, uma mulher e seus filhos e uma cachorra tangidos pela seca e pela opressão dos que podem mandar: "o dono", o "soldado amarelo" (Bosi, Afredo, História concisa da Literatura Brasileira, 43ºedição, Editora Pensamentos-Cultrix, p. 431).

No ano em que foi publicado o romance Vidas Secas(1938), o Brasil vivia sob o regime do Estado Novo (1937-1945), a ditadura de Getúlio Vargas, marcada por repressão e perseguições políticas, diante desse tumultuado quadro político e social, Graciliano Ramos destacou-se não só por suas qualidades como narrador, mas também por conseguir traçar, mesmo em um período de forte repressão, um retrato íntimo do homem nordestino e suas condições precárias de condições de vida, sendo marginalizado, excluído social, econômica e culturalmente, evidenciando seus dilemas e seus conflitos e dando grande dimensão psicológica. Retratou o herói com extrema dureza que era a única maneira de enfrentar o ambiente hostil, assim era o personagem Fabiano, que sofria rebaixamento das condições humanas:

> Conteve-se, notou que os meninos estavam perto, com certeza iam admirar-se ouvindo-o falar só. E, pensando bem, ele não era homem: era apenas um cabra ocupado em guardar coisas dos outros. Vermelho, queimado, tinha os olhos azuis, a barba e os cabelos ruivos; mas como vivia em terra alheia, cuidava de animais alheios, descobria-se, encolhia-se na presença dos brancos e julgava-se cabra.
> Olhou em torno, com receio de que, fora os meninos, alguém tivesse percebido a frase imprudente. Corrigiu-a, murmurando:
>
> - Você é um bicho, Fabiano.
>
> Isto para ele era motivo de orgulho. Sim senhor, um bicho, capaz de vencer

dificuldades.
Chegara naquela situação medonha – e ali estava, forte, até gordo, fumando o seu cigarro de palha.

- Um bicho, Fabiano.

(Ramos, Graciliano. Vidas Secas, 58ºedição, Editora Record, p.18)

"Vidas Secas" é um dos maiores expoentes da segunda fase modernista, a do regionalismo. O diferencial desse livro para os demais da época é o apuro do autor para representar o ambiente, pois explora a temática regionalista abordando a pobreza e as dificuldades na vida de retirantes no sertão nordestino, narrando a busca de Fabiano e da sua família por mais dignidade.

Na planície avermelhada os juazeiros alargavam duas manchas verdes. Os infelizes tinham caminhado o dia inteiro, estavam cansados e famintos. Ordinariamente andavam pouco, mas como haviam repousado bastante na areia do rio seco, a viagem progredira bem três léguas. Fazia horas que procuravam uma sombra. A folhagem dos juazeiros apareceu longe, através dos galhos pelados da catinga rala.
Arrastam-se para lá, devagar, sinhá Vitória com o filho mais novo escanchado no quarto e o baú de folha na cabeça, Fabiano sombrio, cambaio, o aió a tiracolo, a cuia pendurada numa correia presa ao cinturão, a espingarda de pederneira no ombro. O menino mais velho e a cachorra baleia iam atrás.
Os juazeiros aproximam-se, recuaram, sumiram-se. O menino mais velho pôs-se a chorar, sentou-se no chão.
- Anda, condenado do diabo, gritou-lhe o pai. (Ramos, Graciliano. Vidas Secas, 58ºedição, Editora Record, p.9)

FABIANO REPRESENTA UM POVO

Fabiano e seus familiares possuem traços comuns de retirantes que viviam a angústia da seca e o medo da opressão e que sonhavam em estabelecer laços de identidade. Seus aspectos físicos retratavam o homem que vivia na seca nordestina, era vermelho, queimado, olhos azuis, barba e cabelos ruivos. A pele e os cabelos de Fabiano reproduziam o vermelho da terra, e os olhos azuis refletiam o céu sem nuvens do Sertão.

Vermelho, queimado, tinha olhos azuis, a barba e os cabelos ruivos; mas como viviam em terra alheia, cuidava de animais alheios, descobria-se, encolhia-se na presença dos brancos e julgava-se cabra. (Ramos, Graciliano. Vidas Secas, 58ºedição, Editora Record, p.18)

A personagem sofria processos de rebaixamento das condições humanas, repressões, mas que continuava a resistir à luta de viver e a insistência de viver os próprios sonhos. É uma manifestação de resistência A narrativa representou através do Fabiano a condição do retirante fazendo dele um andarilho desapegado à terra, a situação do patrão é oposta, já que ele se integra à terra e explorando os mais fracos, e com muita agressividade, o exercício da opressão era algo natural. Fabiano é preso pelo soldado amarelo, revelando a época em que o livro foi escrito, na ditadura do governo Vargas, que marcava a repressão política da época.

Engasgou-se. A autoridade rondou por ali um instante, desejosa de puxar questão. Não achando pretexto, avizinhou-se e plantou o salto da reiúna em cima da alpercata do vaqueiro.

- Isso não se faz, moço, protestou Fabiano. Estou quieto. Veja que mole e quente é pé de gente.

O outro continuou a pisar com força. Fabiano impacientou-se e xingou a mãe dele. Aí o amarelo apitou, e em poucos minutos o destacamento da cidade rodeava o jatobá.

- Toca para frente, berrou o cabo.

Fabiano marchou desorientado, entrou na cadeia, ouviu sem compreender uma acusação medonha e não se defendeu. (Ramos, Graciliano. Vidas Secas, 58ºedição, Editora Record, p.29 e 30)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Euclides da Cunha encerra o livro "Os sertões" confirmando que aquele povo de Canudos não se entregou, "resistiu, até o esgotamento total, completo". Exemplo inusitado na história. O arraial de Canudos "caiu no dia 5", quando morreram "seus últimos defensores ... um velho, dois homens feitos e uma criança, na gente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados." Embora pareça uma visão diferente a de Graciliano Ramos, pois Fabiano, o chefe da família, quase sempre revela uma revolta sufocada, sente-se explorado, diminuído, mas não reage, revelando respeito pelas autoridades. Embora Fabiano pareça indiferente diante da vida, ele não reage, guarda suas energias, sua força para levar adiante o seu objetivo que é a sobrevivência e a de sua família. Euclides da Cunha e Graciliano Ramos tinham em comum denunciar as injustiças sociais e assumir a defesa dos oprimidos, pois tanto os soldados em Canudos quanto a personagem do soldado amarelo, com o autoritarismo que passou a caracterizar

a experiência política brasileira depois de 1930, instituindo violência aos mais fracos. “Os Sertões” vinga-se das barbaridades acometidas aos sertanejos fazendo o país a enxergar a instituição trágica de sua própria história. Em “Vidas Secas” um Romance ficcional é uma crítica à violência contra um povo destituído de direitos mergulhados em formas de trabalho que acontecia e por uma política autoritária. Euclides foi muito além de uma reportagem de guerra, pois revela os efeitos provocados pela seca numa paisagem arruinada do sertão baiano, uma gente anônima e insignificante, simples e obscura que, como já havia sido apontado por Euclides da Cunha, movimentava-se, precariamente, no vazio da nação. Importante salientar que, sem dúvida, o livro “Os sertões” tem muita importância na Literatura Brasileira. Abriu caminhos para outros escritores, como é o caso de Graciliano Ramos, que influenciado por Euclides da Cunha, tratou do problema da seca e suas consequências, do caboclo esquecido, ignorante e miserável, situações que sempre colocaram e colocam patrícios nossos em situação desvantajosa em relação aos demais brasileiros. Euclides e Graciliano retratam uma parte esquecida, tornam visível o invisível e impedem o esquecimento de uma gente condenada ao absurdo de viverem exilados dentro da sua própria pátria, onde a esperança é provisória, um povo forte, que mostra a resistência e teimosia em viver.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BOSI, Afredo, História concisa da Literatura Brasileira, 43ºedição, Editora Pensamentos-Cultrix, p. 431;

CUNHA, Euclides da. Os Sertões. Editora Cultrix. São Paulo: 1985;

GALVÃO, Walnice Nogueira e GALOTTI, Oswaldo. Correspondência de Euclides da Cunha (ativa). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 1997

RABELLO, Sylvio. Euclides da Cunha. 2.ed., Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1966, p. 87-88. Col. Vera Cruz – Literatura Brasileira, v. 103.

SANTOS, Carlos Aberto dos. Graciliano Ramos: cidadão e artista. Editora UNB, 1999, p.117.

HOMENAGEM:

JOSÉ CELSO MARTINEZ CORRÊA E O LIVRO OS SERTÕES NO TEATRO OFICINA

NSC
Dedicado ao genial Zé Celso Martinez Corrêa

Para o ator e diretor teatral José Celso Martinez Corrêa, falecido dias atrás, o livro ``Os sertões`` é uma obra genial, interpretação fundadora do povo brasileiro. Canudos é a origem, a primeira grande interpretação que configura o Brasil de hoje`` (in Folha de São Paulo, Caderno Ilustrada, 02/12/2003, p. E3). Ou então, considera que ``Os sertões`` é a mesma coisa que Shakespeare, é a mesma coisa que o teatro grego, é a mesma coisa que a Bíblia, é um livro extraordinário. O livro gerou Darcy Ribeiro, Oswald de Andrade, Glauber Rocha. O movimento de Canudos gerou os Sem-Terra. Quer dizer, é um acontecimento de uma importância muito grande.`` (05/11/2002). Com essa perspectiva é que José Celso vinha planejando há décadas encenar ``Os sertões``, nas três partes em que se divide a obra: A Terra, O Homem e a Luta. Para ele, “o Teatro é o lugar nada messiânico da Utopia presente aqui agora e da contradição; e “ Os sertões” nos une a todos como Mito Brasileiro de Negação do Massacre e afirmação de uma virada histórica” (in Folha de Sào Paulo, Ilustrada, 03/10/2003, E6). Embora concorde que o seu trabalho teatral desmistifique a imagem de que “Os sertões” seja um livro difícil de ler, reconhece que “é um livro que exige esforço, no sentido moderno da palavra. Você precisa ler em voz alta e em grupo, por causa da retórica, muitas vezes você, com seus olhos, não percebe, é um livro muito oral, tem uma eloquência oral, é um livro que tem períodos, tanto que a gente lê com percussão. Todos juntos. Depois, você tem que descobrir palavras, tem que ter o prazer de ir ao dicionário várias vezes. Tem um léxico maravilhoso, escrito por alguém que participou da luta armada, não me lembro agora, um médico gaúcho (obs : Zé Celso refere-se aqui ao médico paranaense Manif Zacharias que escreveu `` Lexicologia de ``Os sertões``). Tem todas as palavras lá, mas você tem no dicionário também. E também tem outra edição maravilhosa, a da Walnice Nogueira Galvão, que fez em versículos como se fosse a Bíblia, e tem a do Bernucci, que em cada página você tem as palavras mais difíceis, o dicionário delas e no final o glossário com todas as diferenças. E depois todos os mapas, é um livro que você tem que ler redescobrindo palavras, localizando onde as coisas se passam, porque a localização é muito importante, não do ponto de vista científico, do ponto de vista poético. Assim como Faulkner inventou Yoknapatawpha, aquela cidade imaginária dele, o Euclides tem uma cidade imaginária ali, de tal maneira que você passa a conhecer as ruelas de Canudos. Você começa a ler “A Luta”, já li umas vinte vezes. Você entra lá dentro, eu conheço mais do que São Paulo. É um livro que você tem que ler várias vezes, porque é um livro

o rico demais, é a própria metáfora da condição humana. Aquela terra que não é nem deserto, nem zona de vegetação, que é deslumbrante quando chove e de repente é um deserto quando não chove, mas que é possível sobreviver lá. E o Antônio Conselheiro conseguiu reunir aquelas pessoas e sobreviveu… 25.000 pessoas que sobreviveram para ser massacradas estupidamente por um exército em nome da liberdade, igualdade, fraternidade da República, porque achavam que eles eram monarquistas, e quando entraram foi como no Iraque, não tinha nada.`` (in revista Caros Amigos).

No dia 2 de dezembro de 2002, quando ``Os sertões`` completou seu centenário de lançamento, o diretor José Celso Martinez Corrêa estreou no teatro Oficina, em São Paulo, um velho projeto seu, a montagem da primeira parte do livro, ``A Terra``, adaptada por ele com o auxílio de Tommy Petra e Flávio Rocha. Há unanimidade em considerar-se ``A Terra`` como a parte mais técnica, mais científica, de mais áspera leitura no conjunto do livro. Mas para José Celso, o livro ``*Os sertões*`` *é uma obra genial, interpretação fundadora do povo brasileiro. Canudos é a origem, a primeira grande interpretação que configura o Brasil de hoje*`` (in Folha de São Paulo, Caderno Ilustrada, 02/12/2003, p. E3). Ou então, considera que ``*Os sertões*`` *é a mesma coisa que Shakespeare, é a mesma coisa que o teatro grego, é a mesma coisa que a Bíblia, é um livro extraordinário. O livro gerou Darcy Ribeiro, Oswald de Andrade, Glauber Rocha. O movimento de Canudos gerou os Sem-Terra. Quer dizer, é um acontecimento de uma importância muito grande.*`` (05/11/2002). Com essa perspectiva é que José Celso vinha planejando há décadas encenar ``Os sertões``, nas três partes em que se divide a obra: A Terra, O Homem e a Luta. Para ele, “o Teatro é o lugar nada messiânico da Utopia presente aqui agora e da contradição; e “ Os sertões” nos une a todos como Mito Brasileiro de Negação do Massacre e afirmação de uma virada histórica” (03/10/2003). Embora concorde que o seu trabalho teatral desmistifique a imagem de que “Os sertões” seja um livro difícil de ler, reconhece que “é um livro que exige esforço, no sentido moderno da palavra. Você precisa ler em voz alta e em grupo, por causa da retórica, muitas vezes você, com seus olhos, não percebe, é um livro muito oral, tem uma eloquência oral, é um livro que tem períodos, tanto que a gente lê com percussão. Todos juntos. Depois, você tem que descobrir palavras, tem que ter o prazer de ir ao dicionário várias vezes. Tem um léxico maravilhoso, escrito por alguém que participou da luta armada, não me lembro agora, um médico gaúcho (obs: Zé Celso refere-se aqui ao médico paranaense Manif Zacharias que escreveu `` Lexicologia de ``Os sertões”). Tem todas as palavras lá, mas você tem no dicionário também. E também tem outra edição maravilhosa, a da Walnice Nogueira Galvão, que fez em versículos como se fosse a Bíblia, e tem a do Bernucci, que em cada página você tem as palavras mais difíceis, o dicionário delas e no final o glossário com todas as diferenças. E depois todos os mapas, é um livro que você tem que ler redescobrindo palavras,

localizando onde as coisas se passam, porque a localização é muito importante, não do ponto de vista científico, do ponto de vista poético. Assim como Faulkner inventou Yoknapatawpha, aquela cidade imaginária dele, o Euclides tem uma cidade imaginária ali, de tal maneira que você passa a conhecer as ruelas de Canudos. Você começa a ler “A Luta”, já li umas vinte vezes. Você entra lá dentro, eu conheço mais do que São Paulo. É um livro que você tem que ler várias vezes, porque é um livro rico demais, é a própria metáfora da condição humana. Aquela terra que não é nem deserto, nem zona de vegetação, que é deslumbrante quando chove e de repente é um deserto quando não chove, mas que é possível sobreviver lá. E o Antônio Conselheiro conseguiu reunir aquelas pessoas e sobreviveu… 25.000 pessoas que sobreviveram para ser massacradas estupidamente por um exército em nome da liberdade, igualdade, fraternidade da República, porque achavam que eles eram monarquistas, e quando esntraram foi como no Iraque, não tinha nada.`` (in revista Caros Amigos).

OS SERTÕES, A TERRA, NO PALCO DO OFICINA

Teatralizar a primeira parte,``A Terra``, com a descrição geológica, climática, hidrográfica, incluindo a flora e a fauna do sertão, num espetáculo de três horas e meia de duração foi uma proeza espantosa, ainda mais que grande parte foi musicada e é cantada pelo elenco. José Celso declarou sua concepção estética sobre essa parte do livro afirmando que `` sempre vi ``A Terra`` como um coral. São muitas vozes. Uma gênese como um teatro que existisse antes de aparecer o protagonista. Nem deserto nem zona fértil, a geografia de Canudos parece até a condição humana. Esse lugar transtornou a cabeça de Euclides, formado dentro do positivismo do século 19. A cabeça brasileira, a partir de Canudos e do que Euclides deixou escrito, não foi mais a mesma`` (02/12/2002). José Celso colocou seu elenco em verdadeiro transe no espaço cênico, o velho Oficina de tantas lutas e glórias, convertendo, a seu modo, as imagens dramáticas registradas pela sensibilidade de Euclides da Cunha: as secas periódicas que transformam o sertão num deserto, as chuvas que transformam o sertão num ``paraíso`` e num ``vale fértil``, as altas e abruptas escarpas, os chapadões, as serras, os morros, os rios, as caatingas, as pedras, o líquen, os xiquexiques, os mandacarus, as árvores retorcidas, as plantas sociais, as cabeça-de-frade, os umbuzeiros, os galhos entrelaçados, as flores, as bromélias, os bois, o aboio, a coivara, o homem como ``fazedor de desertos``, os ``vilarejos minúsculos``, etc, concluindo que `` o martírio do homem ali, é o reflexo de tortura maior, mais ampla, abrangendo a economia geral da Vida. Nasce do martírio secular da Terra…``, mas com um toque mágico onde sente-se a presença de Dioniso-Baco, o deus grego do teatro encarnado na presença atenta de José Celso. Há uma metamorfose do texto literário em ação teatral surpreendente onde a natureza é

antropomorfizada. O público é envolvido pelo espetáculo e participa com alegria e boa vontade. Os rostos iluminam-se todo o tempo pelas surpreendentes veredas cênicas em que os espectadores são mergulhados, como se penetrassem no palco da terra ignota do sertão. Há a presença discreta de Euclides da Cunha e a Antônio Conselheiro como personagens, mal se distinguindo um do outro, pelas vidas trágicas que tiveram, a tal ponto que os atores fazem os dois personagens sem se diferenciarem pela indumentária e pela maquiagem, apenas pelas palavras que proferem, como se um estranho destino os ligasse e se vissem como se estivessem diante de um espelho. Transparece na montagem aquilo que já foi apontado muitas vezes, que o sertão visto por Euclides da Cunha foi, em grande parte, uma projeção de suas angústias e tormentos pessoais, de seu estado de espírito, ele que vingou-se da república e do exército que o decepcionaram com o livro ``Os sertões``, juntamente com as preocupações sociais e teatrais de José Celso, um sobrevivente de outra época de guerra, a dos artistas perseguidos, censurados e exilados pela ditadura militar. O sertão de Canudos descrito por Euclides da Cunha e o teatro Oficina de José Celso Martinez Corrêa têm uma raiz comum, a resistência contra a opressão, e ambos venceram, só foram derrotados circunstancialmente, pois no plano pessoal, responderam com obras amadurecidas pelas dificuldades que tiveram de superar. O tempo passou e ambos aí estão, plenos, cúmplices, atuais, José Celso mantendo viva a denúncia de Euclides da Cunha. Aliás, as raízes aparecem durante a encenação envolvendo os espectadores. Sente-se o gosto do sertão pelo refrescante suco de jurema e o seu cheiro através das ervas que são distribuídas aos espectadores. O resultado é um espetáculo forte, denso, envolvente, que não deixa nenhum dos sentidos indiferentes, onde fica demonstrado o poder da arte teatral como recurso artístico para representar, como no caso, um texto eivado de terminologia técnico-científica, mas que contém ao mesmo tempo uma linguagem teatral e poética de grande densidade. A montagem é um compromisso entre a literatura técnico-poética-científica euclidiana e o espírito de resistência do Oficina, entre história e teatro, entre passado e presente, entre Euclides e José Celso, entre sertão e cidade, realizada por um diretor revolucionário sobre um texto de escritor igualmente revolucionário, resultando num espetáculo que pode ser visto muitas vezes.

O diretor teatral Antunes Filho, que na mesma época em que Zé Celso apresentava no Oficina o espetáculo A Terra, adaptava o romance A Pedra do Reino, de Ariano Suassuna, no teatro do SESC-Vila Nova, respondeu à questão de ser ou não uma coincidência a sua montagem de A Pedra do Reino com a montagem de Os sertões, por José Celso Martinez Corrêa no Teatro Oficina, ambas voltadas ao tema Brasil, Antunes Filho respondeu:

> " Isso quer dizer alguma coisa, e talvez a gente nem saiba o que é ainda. Mas alguma coisa está sendo falada, alguma coisa está se consolidando. No Brasil está em curso alguma coisa que ainda não sabemos interpretar. Neste mundo em que tudo está estourando e arrebentando (...) O Zé Celso lá, e eu aqui, estamos também anunciando alguma coisa. Eu vi a primeira parte de Os Sertões (obs. referência à A TERRA), achei ótimo, ótimo. Fui lá para me inspirar um pouco neste Brasil de novo. Fui lá cheirar a terra com ele".

De certa forma, a opinião de Ariano Suassuna declarando considerar Os Sertões o Velho Testamento e A Pedra do Reino o Novo Testamento ganha confirmação com o comentário de Antunes Filho de ter ido buscar na encenação do "velho" Os sertões inspiração para montar o texto de Suassuna, já que este que pode ajudar a compreender o "novo"que o Brasil ainda não se deu conta, mas que o romance representa através de tantos símbolos que permanecem no inconsciente coletivo do povo brasileiro...

Às vésperas de completar 80 anos, o próprio Ariano Suassuna deu a palavra final:

> *"É muito difícil vencer a injustiça secular que dilacera o Brasil em dois países distintos:o país dos privilegiados e o país dos despossuídos" (13/06/2007), mas que pode ter um ponto de partida em Euclides da Cunha e " Os Sertões": " Se queremos, mesmo, encontrar um caminho para nosso País, temos que segui-lo, levando adiante, na medida das forças de cada um, a chama iluminadora daquele que foi e continua a ser a obra fundamental para o entendimento do Brasil" (Discurso de posse na ABL)*

``OS SERTÕES" - O HOMEM (1ª PARTE), NO PALCO DO OFICINA

Em 15 de agosto de 2003, dia da morte de Euclides, estreou no Teatro Oficina, a primeira parte de `` O Homem``, da segunda parte de `` Os sertões``, com duração de cinco horas, intitulada ``1a parte - do pré-homem à revolta``. Ao som de canções e de danças, acompanhamos o surgimento do homo americanus, num Gênesis nativo, com seus rituais e costumes; presenciamos a chegada dos portugueses, suas caravelas, carregando suas armas e trazendo sua fé; os africanos escravizados são trazidos e tratados com brutalidade. A mestiçagem começou imediatamente, brancos com índios, gerando mamelucos, brancos com negros, gerando mulatos, índios com negros, gerando cafuzos, chamadas de ``sub-raças`` por Euclides da Cunha que concluiu, apesar de todas as teorias em contrário da época: `` Não temos unidade de raça. Não a teremos, talvez nunca ``. A sexualidade prevaleceu sempre sobre a repressão religiosa. Os padres jesuítas tentavam ser os freios daquilo que o holandês Barléus definiu como ultra equinotialem non peccavi (não existe pecado além do Equador), mas nem

Em 15 de agosto de 2003, dia da morte de Euclides, estreou no Teatro Oficina, a primeira parte de `` O Homem``, da segunda parte de `` Os sertões``, com duração de cinco horas, intitulada ``1a parte - do pré-homem à revolta``. Ao som de canções e de danças, acompanhamos o surgimento do homo americanus, num Gênesis nativo, com seus rituais e costumes; presenciamos a chegada dos portugueses, suas caravelas, carregando suas armas e trazendo sua fé; os africanos escravizados são trazidos e tratados com brutalidade. A mestiçagem começou imediatamente, brancos com índios, gerando mamelucos, brancos com negros, gerando mulatos, índios com negros, gerando cafuzos, chamadas de ``sub-raças`` por Euclides da Cunha que concluiu, apesar de todas as teorias em contrário da época: `` Não temos unidade de raça. Não a teremos, talvez nunca ``. A sexualidade prevaleceu sempre sobre a repressão religiosa. Os padres jesuítas tentavam ser os freios daquilo que o holandês Barléus definiu como ultra equinotialem non peccavi (não existe pecado além do Equador), mas nem sempre foram moralmente exemplares em sua missão pastoral… Os cobiçosos bandeirantes paulistas tornaram-se o terror dos padres, dos índios e dos negros quilombolas, rasgando os sertões à procura de missões religiosas, pedras preciosas e ouro.

Duas sociedades diferentes, com duas histórias diferentes se formaram no Brasil: o Norte do açúcar, controlado pelo governo de Lisboa, com as três raças convivendo e se unindo para expulsar os invasores holandeses, assolada pelas secas, de clima inclemente, das caatinga árida e pobre do interior, com vaqueiros vestidos com armaduras rústicas feitas de couro; o Sul pobre, rebelde às interferências reinóis, gerador dos paulistas aventurosos e desbravadores dos sertões ignotos, e dos gaúchos valentões vestidos com ponchos e bombachas das estâncias dos campos bem regados por chuvas regulares de clima temperado. Quem aproximou-as foi a isolada sociedade pastoril formada nos sertões banhados pelo rio São Francisco e seus afluentes, habitada por uma população que era um misto de sangue paulista com sangue tapuia, preponderando este, e que, apesar de `` incompreendida e olvidada, era o cerne vigoroso da nossa nacionalidade``, já que era representada pelo sertanejo, que, segundo Euclides da Cunha, `` é, antes de tudo, um forte``, apesar da aparência em contrário, de Hércules-Quasímodo. O aboio, o ferro de marcar, o estouro, a rede, a umbuzada, o jerimum com leite, a preguiça, o baião, o cateretê, a aguardente, a feira, a religiosidade que pode chegar ao fanatismo, etc, definem algumas características da paisagem e da gente do sertão. Definido o contexto, preparado o cenário, definidos os personagens, adentra brevemente ao palco o peregrino Antônio Conselheiro, encarnado por José Celso Martinez Corrêa, que anuncia o seu drama pessoal e o drama social que está por vir.

José Celso Martinez Corrêa continua ``atualizando`` a denúncia feita por Euclides da Cunha em `` Os sertões``, não perdendo nenhuma oportunidade

para fustigar os equivalentes modernos dos latifundiários-militares-padres que destruíram Canudos e que são responsáveis pela exploração do povo brasileiro, ou seja, os latifundiários, os banqueiros lavadores de dinheiro, os grandes traficantes e os grandes empresários que são cúmplices em consolidar tal objetivo, inclusive no de se apropriar da área física do próprio Teatro Oficina para incluí-la numa área ocupada por um grande shopping-center. Atualiza também os jagunços aos identificá-los aos trabalhadores rurais sem-terra, os padres aos modernos religiosos que se comunicam através da televisão e de shows massivos, os latifundiários e empresários aos grupos do crime organizado, os bandeirantes aos empresários inescrupulosos. Essas antíteses afirmam a atualidade de ``Os sertões``, nos fazendo lembrar o que anotou o romancista italiano Tommasi di Lampedusa em seu romance ``O Leopardo``: - É preciso mudar, para que tudo continue a mesma coisa!.

No artigo “Dramas e tragédias”, publicado no jornal “Folha de São Paulo”, caderno Ilustrada, p. E 12, em 30 de outubro de 2003, o psicanalista e crítico Contardo Calligaris confessa que, assistir a encenação de “O Homem” - 1ª parte”, *“foi uma das experiências teatrais mais fortes e comovedoras de minha vida (…) A construção do brasileiro segundo Zé Celso é uma aventura feroz, carnal e amorosa. Pesa sobre ela o prognóstico ameaçador das teorias raciais nas quais acreditava Euclydes da Cunha acreditava: que futuro nos reserva a “inferioridade”do mestiço ? Pesa a diversidade extrema: como conviverão mulato, cafuzo, sertanejo, português, gaúcho, bandeirante paulista e por aí vai ? Pesa o passivo das violências sobre os corpos e as almas, da escravidão, dos estupros e dos extermínios. Mas a própria qualidade trágica da história faz a grandeza e a alegria selvagem desta improvável comunidade de destino. Sem ficções gloriosas ou promessas de amanhãs cantantes, o “O Homem - 1a parte” proclama a dignidade de ser brasileiro. É a tragédia que redime os dramas subjetivos que nos chamam para o fundo do poço.”*

``OS SERTÕES” - O HOMEM (2ª PARTE), NO PALCO DO OFICINA

Em 13 de dezembro de 2003, o Oficina colocou no palco a continuação de ``O Homem``, num espetáculo de quase sete horas de duração, intitulado “ O Homem - da Re-Volta ao Trans-Homem”. Após ``A Terra`` e ``O Homem``, encena-se agora os antecedentes da família Maciel, a infância, a vida adulta , os dramas, a transformação do homem Antônio Vicente Maciel no trans-homem Antônio Conselheiro e a formação do arraial de Canudos.

As lutas entre as famílias Araújo e Maciel são dramatizadas, bem como momentos da infância de Antônio Vicente, o futuro Antônio Conselheiro. O infeliz casamento de Antônio Vicente com a infiel Brasilina; o desde a época desmentido assassinato de sua mãe e de sua infiel mulher por ele; a sua metamorfose

em peregrino como Antônio Conselheiro, apegado aos livros Horas Marianas e Missão Abreviada; os seus primeiros seguidores, suas obras materiais, sua prisão na Bahia e sua absolvição no Ceará; a perseguição que sofreu por parte do clero católico e das autoridades; a abolição da escravidão e a proclamação da República (numa cena antológica, o marechal Deodoro corta a palavra amor do lema positivista, só deixando as palavras ordem e progresso na bandeira nacional, ``para evitar desordem e retrocesso``, segundo o programa da peça; Ana, a futura esposa de Euclides da Cunha, cuja infidelidade causou a sua morte , apropria-se da palavra amor…); a queima dos editais de impostos estabelecidos pelas autoridades republicanas em Bom Conselho pelos conselheiristas, o que deu início à repressão, frustrada em Masseté, e à Hégira para Canudos; o mutirão que faz nascer a cidade sertaneja, que é organizada e defendida; o nascimento das primeiras crianças canudenses; as rezas, os cantos, os ósculos nas imagens se realizam e transbordam para o público…; a missão de padres católicos que tenta inutilmente convencer os canudenses a abandonar Canudos e o Conselheiro.

José Celso aproxima a perseguição contra Canudos com a perseguição sofrida pelo Oficina, ameaçado aquele de destruição pelos republicanos, ameaçado este de fechamento por interesses empresariais hostís à construção de seu projeto cultural concebido pela arquiteta Lina Bo Bardi. Não é desperdiçada nenhuma oportunidade para relacionar-se Canudos com a realidade brasileira atual e com os acontecimentos internacionais. Elementos circenses são introduzidos na montagem, pois a troupe do `` circo de Estádio Oficina`` anuncia e encena `` A Paixão de Antônio Maciel``. A participação de Marcelo Drummond--Euclides da Cunha como personagem é menor do que nas montagens anteriores, passando para o primeiro plano a de José Celso-Dioniso-Cristo-Antônio Conselheiro. Canudos ganha vida própria, escapa ao controle de Euclides, é o retrato do Conselheiro. Aliás, outro momento extraordinário da encenação é a coroação de José Celso como Dioniso-Jesus, o deus do teatro e o filho de Deus, para representar Antônio Conselheiro. A coroa de espinhos é representada por uma coroa de folhas de parreira. Um banquete-symposion é servido aos espectadores com melancias, bananas e frutas do sertão. O elenco-coral consegue manter o ritmo do longo espetáculo à base de músicas, danças e falas com um equilíbrio tão homogeneo que mantém os espectadores envolvidos e fascinados. Ao final, as quase sete horas de duração da peça-coral, depois reduzidas para cinco horas, deixa-nos ansiosos para a sua continuidade, já que talvez nunca uma obra literária tenha recebido no Brasil uma abordagem teatral tão apaixonada como ``Os sertões`` está recebendo no velho Oficina.

Saímos do teatro sonhando com a possibilidade de ver José Celso , após a apresentação das outras partes d` ``Os sertões``, investir seu talento na montagem de outra obra que tem profundas ligações com o livro de Euclides da

Cunha, ``Grande Sertão: Veredas``, de João Guimarães Rosa. Sim, pois se Euclides penetrou no espaço (A Terra),), no corpo (O Homem) e na história (A Luta) do sertão e dos sertanejos, Guimarães Rosa penetrou profundamente no tempo *("o mágico de todas as traições")*, na alma *("Sertão: é dentro da gente")* e na poesia *("Tudo, nesta vida, é muito cantável")* do sertão e dos sertanejos. É deste último o seguinte trecho de "Grande Sertão: Veredas" onde se torna transparente a presença do que foi Canudos, através das palavras esperançosas de Riobaldo: *"Às vezes eu penso: seria o caso de pessoas de fé e posição se reunirem, em algum apropriado lugar, no meio dos gerais, para se viver só em altas rezas, fortíssimas, louvando a Deus e pedindo glória do perdão do mundo. Todos vinham comparecendo, lá se levantava enorme igreja, não havia mais crimes, nem ambição, e todo sofrimento se espraiava em Deus, dado logo, até à hora de cada uma morte cantar" "* (in"Grande Sertão: Veredas"). Quem sabe pessoas de luta, talento e arte continuem reunidas, num teatro situado no coração do Bixigão, para representar em cenas fortes, vibrantes, louvando a(os) Deus(es) e pedindo a atenção do mundo, a estória de Riobaldo e Diadorim. O público iria comparecer, lá se construiria o projeto cultural de Lina Bo Bardi, haveria a vitória da arte sobre a especulação e seria cantada a vitória da vida feita pela aliança entre Euclides, Guimarães Rosa e Zé Celso. Evoé!

Em maio de 2004, o grupo Uzyna Uzona liderado por José Celso apresentou as três primeiras encenações sobre "Os sertões", mais a primeira parte de "A Luta", no festival de teatro de Ruhrfestspiele, em Recklinghausen, na Alemanha. Lá foi construída uma réplica do teatro Oficina da rua Jaceguai, no Bixiga, em São Paulo, no galpão de uma mina de carvão desativada. O espetáculo durou 20 horas e a direção de Zé Celso, o desempenho dos atores e o tema da peça causaram sensação. Um assistente, Michael Otto, enfermeiro formado em literatura e teologia, fez o seguinte comentário que dispensa outros: *"Não preciso mais ir ao Brasil. Agora já o conheço. Ele (Zé Celso) vai além de (Bertolt) Brecht. Se Brecht estivesse vivo, estaria fazendo esse tipo de teatro"* (FSP, 26/05/2004). A psicanalista Betty Milan mandou suas opiniões: o elenco comunica-se com o público em várias línguas, *"começa com a língua abençoada de Shakespeare, mas, ao longo da peça, se vale de alemão, francês, espanhol, latim e tupi-guarani, além do português de Portugal e do Brasil, procedendo assim à miscigenação surpreendente das línguas. Porque o valor maior de "Os sertões" é a mestiçagem, e São Paulo é a cidade das 1.001 línguas (…) (José Celso) transmitiu o que queria com os recursos infalíveis da transmissão: o canto, a dança e o sexo - o dos índios, dos negros e dos brancos. Mostrou, na trilha de Gilberto Freyre, a importância do sexo na constituição da nação. Não foi preciso falar alemão para dizer que o tipo brasileiro é um tipo sem tipo (…) O Oficina falou a língua clara, inequívoca, do coração. Valeu-se tanto quanto pôde do corpo, fez "Os sertões" para alemão ver, e, com isso, acertou em cheio. O espetáculo é lindo, a crítica*

foi excelente e os aplausos, retumbantes (…) O nosso Uzyna Uzona conquistou a Alemanha e vai agora conquistar um a um os países da Europa, na esperança de ganhar um dia definitivamente a praça paulista, que, por razões imobiliárias, ainda não sacralizou o espaço do teatro no Bexiga" (idem, 07/06/2004, E 4). Num artigo posterior, Betty Milan assinala que, *"no coração d` "Os sertões "está o mestiço, que é a expressão mesma da nossa diversidade, e não há teatro mais moderno do que o criado por José Celso Martinez Corrêa, que não trabalha só com atores formados pelas escolas de arte dramática, mas também com atores escolados pelo desejo de entrar em cena, alguns deles nascidos nos cortiços e nas ruas do Bexiga" (25/06/2004).*

``OS SERTÕES" - A LUTA (1ª PARTE), NO PALCO DO OFICINA

Em 30 de abril de 2005, estreou a primeira parte do terceiro capítulo de "Os sertões", A Luta, com a abordagem das três primeiras expedições contra Canudos. A 4a expedição merecerá um espetáculo final à parte. A duração é de mais de sete horas. Um telão foi montado no fundo do espaço cênico para mostrar imagens de politicos contemporâneos ou históricas alusivas ao desenrolar do enredo. A peça começa com o rancoroso juiz Arlindo Leoni, cuja esposa havia sido raptada por Pajeú, pedindo ao governador baiano Luis Viana o envio de tropas para impedir a invasão de Juazeiro pelos conselheiristas que viriam buscar à força a madeira que compraram e não foi entregue no prazo…

A expedição é comandada pelo tenente Pires Ferreira. A população de Juazeiro recebe os soldados com surpresa. Passa a ser "guiada" pelos cegos Nicolau e Mariquinha… No primeiro choque contra os conselheiristas, em Uauá, os soldados lutam mas acabam fugindo. Os militares discutem como podem derrotar os jagunços, pelos métodos tradicionais de guerra ou não. Militares treinados na Europa e gerenciados por Condoleezza Rice (sic) treinam os soldados… Nova expedição é enviada sob o comando do major Febrônio de Brito seguindo os métodos tradicionais. Monte Santo torna-se acampamento militar. Espiões de Canudos estão presentes. A expedição demora para partir. Novo desastre acontece. Retirada em pânico. No Rio de janeiro, a multidão faz manifestações ("tolerância zero"), exalta o marechal Floriano Peixoto e abomina o recém empossado presidente civil Prudente de Moraes. Floriano morre e é reverenciado pelos jacobinos radicais. Monarquistas são assassinados. Manoel Vitorino, vice-presidente que assumiu a presidência durante a doença de Prudente de Moraes, nomeia o coronel Moreira Cesar para comandar a terceira expedição contra Canudos. O apelido de Moreira César é "Corta-cabeças"). São mostradas cenas de tropas nazistas desfilando… A população baiana é obrigada a carregar os pertences dos soldados.Chegada a monte Santo. Desfilam canhões, metralhadoras, fuzís. Canções militares e hinos são cantados pelos soldados. Canudenses abrem

trincheiras, fabricam pólvora e inventam a bigorna. Moreira César parte e sofre ataques epilépticos. Novo desastre com a morte de Moreira Cesar e de seu substituto, o coronel Tamarindo. A tropa debanda. A peça termina com o cadáver do coronel Tamarindo pendurado numa árvore conclamando a vingança.

Parece-nos que esta montagem, embora fiel às anteriores pela direção segura, pelo entusiasmo do elenco e pela produção primorosa, perdeu um pouco o vigor pela temática militar e política predominante, dando a impressão de repetições excessivas de movimentos e gestos, discursos, desfiles e combates, criando uma certa monotonia que afeta o público presente num espetáculo longo, de mais de sete horas de duração. Antônio Conselheiro e Canudos estão pouco presentes desta vez pelos motivos expostos acima. Reconheça-se também que o mesmo se dá no capítulo "A Luta" do livro de Euclides, quando as operações militares fluem de tal forma que obscurecem o que foi descrito nos dois capítulos iniciais, "A Terra" e "O Homem". Mesmo assim, transparece competência e criatividade em todos os desempenhos e detalhes. Ponto positivo para o telão que substituiu os pequenos monitores espalhados pelo espaço teatral. Nele podemos acompanhar cenas de devastação da Amazônia, flashs de políticos, cenas de guerras, trechos de filmes antigos, imagens dos bastidores, reações do público presente,etc, simultaneamente ao desenvolvimento do espetáculo que é assim enriquecido visualmente.Transparece novamente a inesgotável riqueza temática do livro de Euclides da Cunha para fins teatrais. A preocupação crítica permanente de José Celso é manifestada pelo coro de sertanejos que canta: *"Jagunços do S. Francisco!/ Lavradores do MST!/ cangaceiros do Cariris!/ Canhemboras/ Quilombolas do PCC!/ Ruski, Chechenos/ Calangos!/ Balaios! Armênios/ Israelitas? Palestinos/ Vietnamitas/ Latinos Artistas/ Cabanos! Muçulmanos/ Cubanos Americanos/ Africanos/ Haitianos/ Das entranhas religiosas de renegados/ No instinto da nova desordem irmanados".*

``OS SERTÕES" - A LUTA (2ª PARTE), NO PALCO DO OFICINA

Na última parte da adaptação d`Os sertões pelo Oficina, encenou-se a destruição total de Canudos pelos militares e o massacre de sua população, obedientes os militares ao presidente Prudente de Moraes que declarou que de Canudos não deveria ficar pedra sobre pedra. O ministro da Guerra, marechal Bittencourt, atravessa o sertão com suas tropas, chegando em seguida o jornalista Euclides da Cunha. Enquanto o canhão A Matadeira bombardeia Canudos e os soldados usam metralhadoras, os conselheristas atacam as tropas de todos os lados tentando impedir o avanço dos republicanos. Jagunços presos são degolados pelos militares. Trégua de Antônio Beatinho para salvar os velhos, as mulheres e as crianças da morte. Euclides da Cunha observa tudo e faz anotações. Flávio de Barros fotografa os prisioneiros. O corpo de Antônio Conselkhei-

ro é fotografado e decapitado. Os quatro únicos conselheiristas sobreviventes são cercados, presos e degolados para que não exista memória do que aconteceu ali. O fogo e os canhões devastam o que fora Canudos para apagá-lo do mapa. Ao chegar ao RJ, o marechal Bittencourt entrega a cabeça de Antônio Conselheiro ao presidente Prudente de Moraes. Um soldado apunhala e mata o marechal Bittencourt.

CONCLUSÃO

Nos últimos sessenta anos, a guerra de Canudos e o livro ``Os sertões`` foram sendo ``descobertos`` pela literatura, pelo cinema e pelo teatro nacional, entre outras artes, inspirando obras significativas, de alto nível artístico, confirmando o comentário do crítico Inácio Araújo, segundo o qual o interesse por Canudos é ``um prolongamento do desafio lançado por Euclydes da Cunha``. Dessa forma, Canudos e ``Os sertões`` tornaram-se, e continuam sendo cada vez mais, no caso do cinema e do teatro, entre outras artes, como a poesia, a pintura, a escultura, a fotografia, a música, temas que ocupam a tela e o palco da despertada consciência nacional. Longas metragens como ``Deus e o Diabo na Terra do Sol``, de Glauber Rocha, e ``Guerra de Canudos``, de Sérgio Rezende; documentários como ``Canudos``, de Ipojuca Pontes, ``Paixão e Guerra no Sertão de Canudos``, de Antonio Olavo, ``Os sertões``, da TV Cultura e ``Os sertões: ano 100``, de Tâmis Parron; curta-metragens como ``A Matadeira``, de Jorge Furtado, ``As duas faces da montanha - Comunhão``, de Sandra Werneck e `` O Arraial``, de Otto Guerra e Adalgisa Luz; textos teatrais como “O Evangelho segundo Zebedeu’’, de César R. Vieira, “Aves exóticas voam para Vazabarris”, de Décio Gentil e Adir de Lima, “Antônio Conselheiro”, de Joaquim Cardozo, etc. Mas a adaptação teatral d`Os sertões por José Celso Martinez Corrêa no Teatro Oficina, encenando `` A Terra``, “O Homem” e “A Luta” em cinco partes separadas num total de 27 horas, durante 6 anos, revelou a redescoberta e a expressão teatral daquilo que existe de mais autêntico em nossa cultura: nossas raízes, nossos dilemas, nossas contradições, nossa história, enfim, o que e quem fomos e ainda somos. Ficou evidente que Os sertões é a obra polêmica e contundente, e que seu conteúdo contém perspectivas inesgotáveis para todas as áreas de conhecimentos que ajudam a entender o país no que foi e que ainda é, e as suas contradições que permanecem. Como afirmou com razão o eminente professor sergipano José Calasans: (…) discutir Os sertões é coisa para séculos” (In “Euclidianos e Conselheiristas – Um quarteto de notáveis”, Editora Terceiro Nome, São Paulo, 2009, p.104).v